

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

MARIELE BOSCARDIN

**REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE
DEMOGRÁFICA EM PROPRIEDADES FAMILIARES SEM SUCESSORES NO
MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN, RS**

**Porto Alegre
2017**

MARIELE BOSCARDIN

**REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE
DEMOGRÁFICA EM PROPRIEDADES FAMILIARES SEM SUCESSORES NO
MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN, RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

**Porto Alegre
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Boscardin, Mariele

Reprodução social da agricultura familiar: uma análise demográfica em propriedades familiares sem sucessores no município de Frederico Westphalen, RS / Mariele Boscardin. -- 2017.

168 f.

Orientador: Marcelo Antonio Conterato.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Mudanças demográficas. 2. Migrações. 3. Sucessão familiar. I. Conterato, Marcelo Antonio, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIELE BOSCARDIN

**REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE
DEMOGRÁFICA EM PROPRIEDADES FAMILIARES SEM SUCESSORES NO
MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN, RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de abril de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

UFRGS

Prof. Dr. Marcelino de Souza

UFRGS

Profa. Dr. Rosani Marisa Spanevello

UFSM

A minha **Mãe**, agricultora, que (por falta de oportunidade), fez desta profissão seu modo de vida no meio rural. A ela todo meu amor, carinho e gratidão.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste mestrado é a realização de um sonho pessoal e profissional e, assim, como os demais momentos de minha vida, nesta trajetória estive cercada de pessoas especiais, com as quais compartilhei momentos de alegrias e dificuldades. Deste modo, mesmo correndo o risco de cometer injustiças ao não lembrar de alguém, faço questão de registrar aqui minha gratidão do que me eximir da mesma. Por isso, neste momento, dirijo algumas palavras de carinho e afeto àquelas pessoas que mais diretamente participaram, junto comigo, desse processo de construção e aprendizado, as quais merecem meu agradecimento, admiração e respeito.

Primeiramente agradeço a Deus, por todas as graças alcançadas, por iluminar meu caminho e minhas escolhas, me abençoar, me dar saúde e principalmente por manter sempre minha fé em todos os momentos especialmente na construção deste trabalho.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela oportunidade de estudar em uma das melhores instituições de ensino superior do Brasil e à CAPES pelo apoio financeiro em forma de bolsa durante a realização do mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), agradeço por ter me recebido de braços abertos e com tanto carinho e pelo apoio financeiro para realização de pesquisa de campo e participação em evento.

A todos os professores do PGDR, que fazem deste programa uma referência na área de atuação, pelo conhecimento e experiência transmitidos nestes dois anos de mestrado. Especialmente a aqueles professores com os quais tive relação mais próxima, seja cursando disciplinas ou dialogando informalmente (refiro-me aqui ao professor Egon Froelich, professora Daniela Garcez e professor Marcelino Souza).

Aos funcionários do programa, em especial a Marlene pelo carinho e abraço apertado, e a Macarena e Danielle, que, com muita agilidade, não mediam esforços para me auxiliar sempre que precisei.

Ao professor Marcelo Conterato, meu orientador, agradeço pelo conhecimento transmitido, pelo incentivo, apoio e principalmente por entender minhas dificuldades em momentos difíceis vividos neste período, desde o cumprimento das disciplinas até a construção deste trabalho.

Aos professores, membros da banca examinadora, que atenderam prontamente o convite de participação para a defesa da dissertação.

A equipe do Plageder, Tania, Jorge, Carlos, Laura e demais envolvidos, pela oportunidade que tive de participar como tutora à distância deste curso. Agradeço ainda, os professores das disciplinas com os quais atuei, Flávia, Lovois, Daniela, Fabiana. Sem dúvida essa experiência com a docência foi fundamental para meu amadurecimento e crescimento profissional.

A todos os colegas da turma de Mestrado e Doutorado 2015, pelos momentos e experiências vivenciadas nesse período. Agradeço especialmente a Jaqueline, que compartilhou diversos momentos comigo, inclusive de coleta de dados para nossas dissertações. Agradecimento também especial à Dina e ao Anderson pelos momentos especiais compartilhados. Registro aqui também meu carinho ao colega Francisco que hoje, infelizmente, não está mais entre nós, mas seu jeito alegre de ser permanecerá sempre presente em nossos corações.

Aos agricultores familiares sem sucessores, os quais contribuíram, de forma mais direta para a concretização deste trabalho, eles que me acolhiam em suas residências com tanto carinho durante a realização da pesquisa, compartilhando não apenas informações, conhecimentos, opiniões, mas também momentos de descontração, mates, bolachas e até jantas. Obrigado por permitirem a realização desta pesquisa, sem a colaboração de vocês este estudo não seria possível.

Agradeço também algumas pessoas que acreditaram em mim e sempre me incentivaram para que eu seguisse a carreira acadêmica. A professora Rosani, minha orientadora de graduação, e demais professores, Adriano, Tanice, Sibebe e Luciana pelo apoio, incentivo e atenção. Minha gratidão também as queridas Alessandra Matte e Leticia Chechi, pelo incentivo no processo seletivo do mestrado. Obrigada por fazerem parte desta trajetória.

Às minhas queridas amigas Renata Milani e Daniela Marchi, agradeço a vocês pela amizade, e que, mesmo que o mestrado nos reservou caminhos diferentes, nada mudou e vocês permaneceram sempre ao meu lado. Obrigada pela amizade e por estarem sempre presentes em minha vida.

Aos demais amigos que estiveram comigo durante o mestrado, Letícia, Rayssa, Andréia, Tamara, João, Ane, Ale e Cris compartilhando momentos de dificuldade e outros nem tanto, como aqueles vividos na Cidade Baixa. Vocês são especiais.

A partir deste momento deixo aqui os agradecimentos mais sinceros a minha família que tanto amo. A minha mãe, pessoa adorável, a quem dedico este trabalho e ao meu pai, obrigada pelos ensinamentos, pelo exemplo de vida e por estarem sempre presentes, inclusive me acompanhando em parte da coleta de dados deste estudo. Amo vocês incondicionalmente.

À minha irmã Marinice e meu irmão Michel que compartilham comigo momentos de alegrias e de dificuldades. Obrigada por estarem presentes em minha vida. Amo vocês.

Gratidão imensa à duas pessoas que me receberam de braços abertos em Porto Alegre, Fernando e Tia Elda, obrigada por toda a ajuda, atenção, carinho e preocupação. Vocês tornaram meus dias mais felizes, por isso os guardarei sempre em meu coração.

Ao pequeno Pedro Henrique, meu afilhado, sei que hoje você não vai conseguir ler, mas tenho dever de registrar nos agradecimentos o quanto tu és importante pra mim e o quanto eu amo você.

À Simone e o João, meus “irmãos de coração” e ao pequeno Davi, obrigada por estarem sempre ao meu lado me auxiliando e principalmente vibrando e torcendo com minhas conquistas.

Finalmente agradeço à três pessoas que infelizmente não estão mais aqui, mas continuam presentes em meu coração, enviando-me muita luz e energia, Nona Luiza, Maurício e Nono Benjamin, meu amor por vocês é eterno.

A TODOS MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS !!!

RESUMO

Tradicionalmente, a reprodução social da agricultura familiar está largamente assentada na permanência de, pelo menos, um dos filhos na condução das propriedades rurais familiares, materializando-se assim o processo sucessório. Atualmente e por razões variadas, dentre as quais se destaca o distanciamento dos jovens rurais das atividades agrícolas e a busca por outras estratégias laborais, além é claro de mais instrução formal, as famílias estão tendo dificuldades para concretizar a sucessão das propriedades, uma vez que os filhos adotam a migração enquanto estratégia de inserção no meio urbano. Somada a migração, as perspectivas sucessórias tornam-se ainda mais restritas devido a redução no número de filhos entre as famílias. Com isso, o modelo sucessório, padrão e uniforme, estabelecido na agricultura familiar e amplamente estudado e difundido pela literatura especializada parece não mais prevalecer, sinalizando-se assim uma espécie de novo padrão sucessório, embora com contornos ainda não muito claros. Ocorre que a ausência de sucessores faz com que o destino das propriedades se torne um problema social relevante entre os agricultores familiares, causando preocupação entre os pais, mas algo pouco evidente entre os filhos. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo principal investigar em que medida as mudanças demográficas mais gerais afetam a reprodução da agricultura familiar no município de Frederico Westphalen/RS, especialmente em relação às propriedades familiares sem sucessores na medida em que estes representariam com maior fidedignidade alguns dos entraves à reprodução social da agricultura familiar. Com o intuito de atender ao objetivo proposto, o estudo foi realizado no município de Frederico Westphalen, região norte do estado do Rio Grande do Sul, uma das muitas regiões historicamente caracterizadas pela ampla presença de agricultores familiares. Foram entrevistados 23 agricultores familiares sem sucessores no período Janeiro a Abril de 2016. Os agricultores foram amostrados intencionalmente, distribuídos entre as diversas áreas agrícolas do município, tratando-se, portanto, de uma amostra não estatística, direcionada aos agricultores familiares sem sucessores, conceito este desenvolvido ao longo da dissertação. Na percepção dos agricultores, são diversos os motivos que levam os jovens a não desejar permanecer no meio rural e na agricultura. Além do acesso aos ensinos médio e superior, bem como oportunidades mais promissoras de trabalho no meio urbano, os jovens migram em busca de possibilidades de obtenção de renda própria, de autonomia para exercer atividades independentes dos pais, de redução da penosidade do trabalho, entre outros aspectos. De modo geral, os resultados apontaram que apesar de haver um aumento na “carga” de trabalho realizado pelos pais a

partir da saída dos filhos das propriedades familiares devido a menor disponibilidade de mão de obra, não houve alterações nas dinâmicas produtivas no curto prazo, ou seja, as mudanças tendem a ocorrer ao longo do tempo. Nestes termos, essas mudanças são amplamente impactadas pela aposentadoria rural e pelas restrições de ordem física que acometem os pais em virtude da idade avançada. O fato é que a migração dos filhos se dá, quase que exclusivamente, no momento em que os pais ainda apresentam boas condições físicas de trabalho. Por isso o abandono das atividades rurais pelos agricultores somente acontece mais tarde. Embora os dados da pesquisa apontem que, no momento da realização do presente estudo, não há desejo e intensão por parte dos agricultores em deixar suas propriedades rurais, não fica totalmente descartada a hipótese de que por algumas razões estes agricultores futuramente possam migrar para o meio urbano. Contudo, os agricultores pretendem permanecer no meio rural até “o limite de suas forças” devido ao apego às propriedades e a vida construída no meio rural. No entanto, os agricultores têm clareza de que em casos de problemas de saúde ou de falecimento de um dos dois cônjuges, a única alternativa, mesmo que contra vontade, será deixar o meio rural e suas propriedades para residir próximo ou junto dos filhos, tendo em vista que os filhos não retornarão. Assim, o destino das propriedades torna-se motivo de preocupação entre os agricultores. São registradas distintas situações ou encaminhamentos que levam em consideração deixar a propriedade para os filhos como herança ou vender a propriedade. No primeiro caso, os pais optam por deixar a terra como herança aos filhos, mesmo sabendo que estes não pretendem retornar a propriedade. Além disso, o amparo na velhice também é razão de incertezas entre os agricultores familiares; se no passado cabia ao sucessor o cuidado com os pais, recebendo a terra como recompensa, hoje a situação é outra. Possibilita-se serem amparados pelos filhos ou, caso contrário, amparados por terceiros, pagando por estes cuidados. De modo geral, os resultados obtidos confirmam a desestruturação de um padrão sucessório que prevalecia nas antigas gerações, revelando ainda, a existência, mesmo que em construção, de um novo padrão sucessório entre os agricultores familiares, agora sustentado na ideia de que haveria herdeiros, mas não necessariamente sucessores.

Palavras-chave: Mudanças demográficas. Migração. Sucessão familiar.

ABSTRACT

Traditionally, the social reproduction of family farming is largely based on the permanence of at least one of the children in the running of family farms, thus materializing the succession process. Nowadays, for a variety of reasons, such as the distancing of rural youth from agricultural activities and the search for other labor strategies, and of course more formal education, families are having difficulties to complete the succession of properties, since The children adopt the migration as a strategy of insertion in the urban environment. In addition to migration, succession prospects are further constrained by the reduction in the number of children among families. Thus, the standard and uniform succession model, established in family agriculture and widely studied and disseminated in the specialized literature, seems no longer to prevail, signaling a kind of new inheritance pattern, although with not yet clear contours. It happens that the absence of successors makes that the destiny of the properties becomes a relevant social problem among the familiar farmers, causing concern among the parents, but something little evident between the children. The main objective of this study was to investigate the extent to which the most general demographic changes affect the reproduction of family farms in the municipality of Frederico Westphalen / RS, especially in relation to family properties without successors, insofar as they would represent with greater reliability Some of the obstacles to the social reproduction of family farming. The study was carried out in the municipality of Frederico Westphalen, in the northern region of the state of Rio Grande do Sul, one of the many regions historically characterized by the large presence of family farmers. Twenty-three family farmers without successors were interviewed between January and April 2016. Farmers were intentionally sampled, distributed among the various agricultural areas of the municipality, thus being a non-statistical sample, aimed at family farmers without successors, concept Developed throughout the dissertation. In the perception of farmers, there are several reasons why young people do not want to stay in rural areas and in agriculture. In addition to access to higher and higher education, as well as more promising opportunities for work in the urban environment, young people migrate in search of opportunities to earn their own income, autonomy to carry out activities independent of their parents, reduction of labor pain, among Other aspects. In general, the results pointed out that although there was an increase in the "load" of work performed by the parents after leaving the children of the family farms due to less labor availability, there were no changes in the productive dynamics in the short term, That is, changes tend to occur over time. In these terms, these changes are largely impacted by rural retirement and physical restraints that

affect parents because of their old age. The fact is that the migration of the children occurs, almost exclusively, at the moment in which the parents still present good physical conditions of work. For this reason the abandonment of the rural activities by the farmers only happens later. Although the research data indicate that, at the time of the present study, there is no desire and intention on the part of the farmers to leave their rural properties, it is not completely ruled out that for some reasons these farmers may migrate to the environment in the future urban. However, farmers intend to stay in rural areas "to the limit of their strength" due to their attachment to property and rural life. However, farmers are clear that in cases of health problems or the death of one of the two spouses, the only alternative, even unwillingly, is to leave the rural environment and their property to live near or In view that the children will not return. Thus, the fate of the properties becomes a matter of concern among farmers. There are different situations or referrals that take into account leaving the property to the children as an inheritance or selling the property. In the first case, the parents choose to leave the land as an inheritance to their children, even though they do not intend to return the property. In addition, shelter in old age is also a reason for uncertainty among family farmers; If in the past it was up to the successor to care for the parents, receiving the land as a reward, today the situation is different. It is possible to be supported by the children or, otherwise, supported by third parties, paying for these care. The results obtained, in general, confirm the destructuring of an inheritance pattern that prevailed in the old generations, also revealing the existence, even under construction, of a new succession pattern among family farmers, now supported by the idea that there would be heirs, but not necessarily successors.

Keywords: Demographic changes. Migration. Family succession.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição da população brasileira por situação de domicílio, 1950-2010.....	35
Figura 2 - População e taxas brutas de mortalidade (TBM) e natalidade (TBN), Brasil, 1950-2100.	37
Figura 3 - Estrutura etária e projeções futuras da população brasileira.	39
Figura 4 - Índice de envelhecimento, Brasil, 1950-2100.....	40
Figura 5 - Transição da fecundidade no Brasil: 1940-2020.....	42
Figura 6 - Localização geográfica da microrregião de Frederico Westphalen- RS.....	75
Figura 7 - Pirâmide etária do município de Frederico Westphalen distribuição por sexo, segundo os grupos de idade no período de 1991 a 2010.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das principais características das propriedades familiares.....	105
Quadro 2 - Síntese das principais características dos agricultores.	110
Quadro 3 - Síntese das principais características referentes ao sustento dos agricultores familiares sem sucessores.	118
Quadro 4 - Síntese das principais características dos filhos não sucessores.	125
Quadro 5 - Principais motivações que, na visão dos pais contribuem para a migração dos jovens do meio rural para o meio urbano.	134
Quadro 6 - Síntese das principais características referentes a saída dos filhos do meio rural.	135
Quadro 7 - Síntese das principais características referentes às alterações nas dinâmicas produtivas das propriedades familiares após a migração dos filhos.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação do emprego agrícola no emprego total. Brasil e grandes regiões, 2003 a 2013 (%).....	48
Tabela 2 - Dinâmica populacional da microrregião e do município de Frederico Westphalen no período de 1970 a 2010.	80
Tabela 3 - Dinâmica populacional total e rural (por gênero) na microrregião e no município de Frederico Westphalen no período de 1991 a 2010.	82
Tabela 4 - Estrutura etária da população total e rural da microrregião e do município de Frederico Westphalen (RS) no período de 1991 a 2010.....	83
Tabela 5 - Esperança de vida ao nascer e fecundidade do município de Frederico Westphalen (RS) no período de 1991 a 2010.....	84
Tabela 6 - IDH e seus componentes do município de Frederico Westphalen no período de 1991 a 2010.....	87
Tabela 7 - Renda, pobreza e desigualdade no município de Frederico Westphalen no período de 1991 a 2010.....	88
Tabela 8 - Valor agregado bruto (VAB) separado por setor no município de Frederico Westphalen.	90
Tabela 9 - Vínculos ativos nas mais diversas atividades no período entre 2008 e 2014 no município de Frederico Westphalen.	91
Tabela 10 - Estabelecimentos agropecuários por estrato de área de terra na microrregião e no município de Frederico Westphalen no ano de 2006.....	93
Tabela 11 - Número de estabelecimentos agropecuários chefiados por pessoas segundo faixas etárias no município de Frederico Westphalen no ano de 2006. ..	94
Tabela 12 - Ocupação das principais lavouras temporárias na microrregião e em Frederico Westphalen (RS) no período entre 1990 e 2015.....	95
Tabela 13 - Ocupação das principais culturas permanentes na microrregião e em Frederico Westphalen (RS) no período entre 1990 e 2015.....	97
Tabela 14 - Produção de leite (mil litros) em Frederico Westphalen (RS) no período entre 1975 a 2015.....	98
Tabela 15 - Número de vacas ordenhadas em Frederico Westphalen (RS) no período entre 1975 e 2015.....	99
Tabela 16 - Área média, mínima e máxima das propriedades familiares e estratos de área das propriedades. Frederico Westphalen, 2016.....	102

Tabela 17 - Idade média, mínima e máxima dos agricultores familiares e estrato de idade (anos) dos indivíduos. Frederico Westphalen, 2016.	105
Tabela 18 - Grau de instrução dos agricultores familiares no município de Frederico Westphalen, 2016.	107
Tabela 19 - Número médio, mínimo e máximo de irmãos e de filhos dos agricultores. Frederico Westphalen, 2016.	108
Tabela 20 - Número de irmãos e número de filhos distribuídos por número de agricultores no município de Frederico Westphalen, 2016.	109
Tabela 21 - Fontes de ingressos monetários agrícolas e autoconsumo familiar.	112
Tabela 22 - A aposentadoria rural e a participação no ingresso monetário total.	114
Tabela 23 - Grau de instrução dos filhos dos agricultores no município de Frederico Westphalen, 2016.	123

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO	22
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
2	TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS E OCUPACIONAIS: MIGRAÇÃO, ENVELHECIMENTO E OS DESAFIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O MEIO RURAL BRASILEIRO	29
2.1	ASPECTOS TEÓRICOS ACERCA DAS QUESTÕES DEMOGRÁFICAS E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	29
2.2	TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL	34
2.2.1	Transição da mortalidade e fecundidade e mudanças na estrutura etária da população.....	36
2.2.2	Mudanças nos arranjos familiares	44
2.3	AS TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS E O MEIO RURAL BRASILEIRO	47
3	AGRICULTURA FAMILIAR E SUCESSÃO	53
3.1	ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS ACERCA DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR	53
3.2	A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E FATORES CONDICIONANTES	64
3.2.1	Mudanças nos padrões sucessórios e a emergência de novas estratégias diante da não sucessão.....	70
4	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO EMPÍRICO DE PESQUISA	75
4.1	IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO E DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN	75
4.2	ASPECTOS DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO	76
4.3	DINÂMICA POPULACIONAL E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	79
4.4	ASPECTOS ECONÔMICOS	89
4.5	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA, ASPECTOS PRODUTIVOS E CRÉDITO RURAL.....	92
5	OS AGRICULTORES FAMILIARES SEM SUCESSORES DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN	101
5.1	CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES FAMILIARES.....	101
5.2	CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES	105

5.3	O SUSTENTO DOS AGRICULTORES: ENTRADAS MONETÁRIAS AGRÍCOLAS, PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO E APOSENTADORIA RURAL	110
6	A SAÍDA DOS FILHOS DO MEIO RURAL: (NOVOS) ARRANJOS, ESTRATÉGIAS E PROJETOS DOS PAIS	119
6.1	O ENTENDIMENTO DOS AGRICULTORES ACERCA DA PROBLEMÁTICA DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR	119
6.2	CARACTERIZAÇÃO DOS FILHOS NÃO SUCESSORES.....	122
6.3	SOBRE A SAÍDA DOS FILHOS DO MEIO RURAL E DAS PROPRIEDADES FAMILIARES: RAZÕES E LOCAL DE MIGRAÇÃO	126
6.4	APÓS A SAÍDA DOS FILHOS DO MEIO RURAL: AS ALTERAÇÕES NAS DINÂMICAS PRODUTIVAS DAS PROPRIEDADES FAMILIARES	135
6.5	O DESTINO DAS PROPRIEDADES E OS PROJETOS DOS PAIS DIANTE DA AUSÊNCIA DE SUCESSORES	139
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS	148
	APÊNDICE A - ENTREVISTA APLICADA AOS AGRICULTORES FAMILIARES SEM SUCESSORES NO MUNÍCIPIO DE FREDERICO WESTPHALEN	159
	APÊNDICE B - QUADRO DEMONSTRATIVO DOS AGRICULTORES FAMILIARES SEM SUCESSORES QUE FIZERAM PARTE DA PESQUISA DE CAMPO.....	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Economia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDESE	Índice Desenvolvimento Socioeconômico
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RFP	Regiões Funcionais de Planejamento
TBM	Taxas Brutas de Mortalidade
TBN	Taxas Brutas de Natalidade
VAB	Valor Adicionado Bruto

1 INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro tem protagonizado nas últimas décadas uma série de transformações em decorrência de diversos fatores. Talvez a que mais ganhou notoriedade e ainda recebe “rios de tinta” refere-se à modernização da agricultura¹, fundamentalmente em função do seu viés tecnológico vinculado ao avanço do progresso técnico na agricultura.

Notadamente, este amplo processo de mudança na base técnica da agricultura ocasionou alterações significativas na alocação dos meios de produção, especialmente capital e mão de obra, com reflexos expressivos nas dinâmicas tecnológicas e produtivas das atividades agropecuárias, nas economias locais, regionais e nacionais e no meio ambiente. No entanto, também resultou em alterações e fenômenos demográficos intensos, como é o caso das migrações rural-urbanas, ocasionadas paralelamente à incorporação de modernas tecnologias, poupadoras de mão de obra.

Em suma, cabe dizer que a tecnologia dominou a agricultura, buscando o aumento da produtividade das propriedades por meio do uso de maquinários e pacotes tecnológicos (insumos), reduzindo assim a necessidade de mão de obra, o que resultou em intenso êxodo rural. Conforme destaca Schneider (1994), esse deslocamento de expressivo número de pessoas para o meio urbano ocorrido no Brasil pode ser explicado pelo reflexo das transformações ocorridas na esfera da organização da produção e da realocação de recursos econômicos ocorridos naquele momento.

De acordo com a mesma autora, (SCHNEIDER, 1994), na década de 1970 cerca de 16 milhões de brasileiros deixaram o meio rural. No caso do Rio Grande do Sul, aproximadamente 1,2 milhões de gaúchos seguiram este mesmo destino. Estes dados, atrelados a outras variáveis, levam-nos a crer que a modernização da agricultura foi um fator de aceleração da saída das pessoas do meio rural rumo ao meio urbano.

Atualmente, ao analisarmos dados estatísticos referentes a população, percebemos que esse deslocamento de pessoas, iniciado, sobretudo, a partir de 1960, permanece até os dias atuais, mesmo que em menor proporção, porém transforma-se, nas últimas décadas, de um êxodo rural “generalizado” para um processo mais “seletivo”(CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ANJOS; CALDAS, 2005; FROEHLICH, 2011).

¹ As compreensões e reflexões acerca do tema estão balizados, sobretudo, pelos debates mais clássicos de Angela Kageyama e Graziano da Silva que se propuseram em analisar a modernização da agricultura e seus efeitos.

Em outras palavras, Froehlich (2011), explica que até aproximadamente a década de 1980 o êxodo rural apresentava-se de forma bastante intensa, porém uniforme, quanto ao sexo e idade, ou seja, toda a família deixava o meio rural rumo aos centros urbanos, motivada principalmente pelas condições adversas ocasionadas pela modernização conservadora da agricultura, combinada com o acelerado processo de industrialização do país e a demanda por mão de obra barata no meio urbano. Após esse período, a migração remete às cidades a população mais jovem, ou seja, em idade ativa e altamente produtiva, deixando para trás uma população envelhecida, e, em alguns casos ainda, com predominância feminina, acelerando o fenômeno de envelhecimento e cristalizando a masculinização da população rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ANJOS; CALDAS, 2005).

Somada à migração dos jovens, a evolução das variáveis demográficas, especialmente as quedas nas taxas de fecundidade entre as mulheres e o aumento na expectativa de vida, acentuam ainda mais a tendência ao envelhecimento populacional rural em períodos mais recentes. A esse envelhecimento, acrescenta-se ainda a permanência das pessoas mais idosas no meio rural devido a conquista do direito à aposentadoria rural, que passou a ter maior relevância a partir da reforma previdenciária ocorrida em 1992, quando as normas inscritas² na Constituição Federal de 1988 entraram efetivamente em vigor.

Os termos idosos e jovens, apesar de corriqueiros, apresentam-se de maneira complexa, pois possuem várias dimensões, tendo em vista que ambos os processos acontecem de formas e períodos diferentes para cada indivíduo. Em relação à definição de idosos, as duas principais leis brasileiras que asseguram os direitos dos mesmos são a Política Nacional do Idoso³ (PNI) e o Estatuto do Idoso⁴. De acordo com estas duas leis, são considerados idosos os indivíduos com 60 anos ou mais de idade. Esta definição é similar a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação à definição de jovens, os organismos internacionais de desenvolvimento, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) considera jovens, as pessoas com idades entre 15 e 24 anos. No Brasil, o IBGE considera jovens as pessoas que se encontram nesta mesma faixa etária.

² As principais mudanças normativas ocorridas a partir da Constituição Federal de 1988(as quais tiveram efetiva aplicação administrativa a partir de 1992) foram as seguintes: equiparação de condições de acesso para homens e mulheres, ou seja, as mulheres passaram a ter acesso à aposentadoria independentemente do cônjuge já ser beneficiário ou não (o antigo regime era específico para o “chefe” do casal); redução do limite de idade para aposentadoria por idade, de 65 para 60 anos e 60 para 55 anos para homens e mulheres, respectivamente e; o piso de benefícios para aposentadorias e pensões passou a ser de um salário mínimo (DELGADO; CARDOSO JR, 1999).

³ Lei nº8. 842, de 4 de janeiro de 1994.

⁴ Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Os fenômenos demográficos são amplamente discutidos na literatura⁵, mas marginalmente incorporados aos estudos sobre a agricultura familiar, à exceção dos estudos de inspiração chayanoviano⁶, metodologicamente apoiados em variáveis microeconômicas que privilegiam o caráter endógeno das famílias, e seus elementos constitutivos internos, tais como domínio sobre a terra via propriedade privada; controle sobre o trabalho, relativamente mais abundante em relação às formas capitalistas de agricultura; predomínio de uma suposta racionalidade limitada e a própria diferenciação ou ciclo demográfico chayanoviano⁷, que ressalta características como número e idade dos membros familiares.

Entretanto, nessa perspectiva pouca atenção é dada aos impactos das mudanças demográficas mais gerais (envelhecimento, redução das taxas de fertilidade e natalidade) na reprodução social da agricultura familiar, especialmente no que tange aos processos sucessórios. Com isso, pode-se inferir que, apesar de importantes, as contribuições de Chayanov perderam substancial poder explicativo, pois apresentam limitações no contexto atual.

Paralelamente às mudanças demográficas mais gerais observadas, emergem problemas sociais relevantes entre os agricultores familiares, os quais têm afetado os métodos usualmente adotados pelas famílias para conceber seus projetos futuros sob o ponto de vista sucessório, impondo, desta maneira, dificuldades quanto à manutenção e reprodução da agricultura e das propriedades ao longo do tempo.

De modo geral, tradicionalmente a reprodução socioeconômica do segmento agricultura familiar é caracterizada como sendo de curto e de longo prazo. Segundo Almeida (1986), a reprodução de ciclo curto diz respeito ao que a família faz no seu dia a dia para gerar renda e manter a unidade do grupo doméstico. Já a reprodução de ciclo longo está diretamente relacionada com a manutenção das propriedades ao longo das gerações, através da sucessão, migração, herança, entre outros.

A esse respeito, Spanevello (2008) destaca que a reprodução da agricultura familiar ocorre de forma endógena, sendo tradicionalmente um dos integrantes da família o sucessor

⁵ Conforme mostram os trabalhos de Anjos e Caldas (2005); Camarano e Abramovay (1999); Camarano et al. (2014); Camarano e Kanso (2010), entre outros. Ressalta-se ainda os estudos realizados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) que se propõem em analisar o crescimento populacional e os desafios para a segurança alimentar.

⁶ Wanderley (1996); Anjos (1995); Antonio Candido (1997); Schneider (2003), entre outros.

⁷ O conceito de diferenciação ou ciclo demográfico, elaborado por Chayanov é retomado mais tarde por Abramovay (1992).

da unidade produtiva. Portanto, a saída dos jovens do meio rural representa um entrave para o desenvolvimento desta forma social de trabalho e produção.

Além da migração, as perspectivas sucessórias tornam-se ainda mais restritas devido a diminuição nas taxas de fecundidade entre as mulheres, conforme ressalta a mesma autora (SPANVELLO, 2008). Ou seja, enquanto no passado as famílias eram numerosas, hoje se observa outra dimensão, a sucessão pode depender praticamente de um único filho. Em tese, mesmo que os agricultores tenham filhos não significa que estes terão sucessores.

Estes elementos nos permitem inferir as dificuldades em se identificar na atualidade um padrão sucessório tal como a literatura até então vinha informando, devido ao desmantelamento dos fatores endógenos à família na supremacia em relação à reprodução ou sucessão na agricultura familiar. Nestes casos, o ambiente exógeno exerce influência direta.

Com isso, conforme ressalta Niederle et al. (2014), mesmo que o meio rural e a agricultura experimentaram importantes avanços em decorrência de diversos fatores, dentre eles o reconhecimento institucional da agricultura familiar e o desenvolvimento de políticas públicas específicas para este setor, os mesmos não têm sido suficientes para reverter ou amenizar determinadas transformações em curso, como as questões demográficas que envolvem os movimentos migratórios no sentido rural urbano, especialmente dos jovens, as quedas nas taxas de fecundidade entre as mulheres e conseqüentemente a ausência de sucessores e o envelhecimento da população rural.

Atualmente, analisando-se as propriedades familiares sob a ótica demográfica, é possível se evidenciar as dificuldades que envolvem a reprodução da agricultura, especialmente a familiar, haja vista que nos dias atuais o processo de sucessão familiar necessita de outras razões para se concretizar e se manter, pois nem sempre os filhos estão dispostos a dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos pais na agricultura, considerando-se os fatores e razões já apresentados.

Diante disso, o tema dessa dissertação aborda a reprodução social da agricultura familiar em uma região historicamente caracterizada pela presença desta, sob a ótica de alguns dos aspectos demográficos, tomando como realidade o município de Frederico Westphalen, região norte do estado do Rio Grande do Sul, e tendo como referência as propriedades familiares sem sucessores, ou seja, àquelas em que vivem apenas os pais (casal), pois os filhos já migraram, o que será detalhado na seção sobre os procedimentos metodológicos.

Desta forma, procurar-se-á dar ênfase neste estudo aos “arranjos” e estratégias sociais, econômicos e (re) produtivos que os agricultores familiares elaboram e adotam frente aos

contextos de ausência de sucessão, e a partir disso, analisar as (novas) dinâmicas que se configuram no meio rural face as decisões que esses atores sociais desenvolvem.

Baseado nesse contexto, o problema de pesquisa é definido com a seguinte questão geral norteadora: As mudanças demográficas observadas na sociedade como um todo, incluindo-se no meio rural, são observadas junto aos agricultores familiares de Frederico Westphalen e implicam em alterações nas práticas e processos envolvendo a sua reprodução social?

Dessa maneira, buscando responder a este questionamento, estabeleceu-se o objetivo geral orientador desse estudo que consiste em analisar em que medida as mudanças demográficas afetam a reprodução da agricultura familiar no município de Frederico Westphalen/RS, especialmente em relação às propriedades familiares sem sucessores. Para tanto, foram definidos três objetivos específicos, sendo eles: 1) Identificar as razões pelas quais os agricultores familiares não obtiveram sucessão nas suas propriedades; 2) Evidenciar as mudanças que ocorreram nas propriedades familiares após a saída dos filhos; e3) Verificar quais os projetos futuros dos agricultores familiares sem sucessores, especialmente em relação ao destino das propriedades.

1.1 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Muitas foram as razões que motivaram e suscitaram as discussões sobre este tema, dando origem à presente dissertação. Primeiramente, ressaltam-se algumas mudanças que vem ocorrendo, sobretudo nos últimos 50 anos, na dinâmica da população como um todo. Tratando-se da população rural, tem se observado redução no número de pessoas ocupadas na agricultura e migração, especialmente da população mais jovem, o que tem impactado, juntamente com outros fatores, em envelhecimento populacional.

Conforme ressalta Kalache (1987), os fatores determinantes do envelhecimento de uma população são, fundamentalmente, ditados em maior proporção pelo comportamento de suas taxas de fertilidade, seguido de suas taxas de mortalidade. Ou seja, para que uma população envelheça, é necessário, primeiro, que haja uma queda da fertilidade. Esse menor ingresso de crianças na população faz com que a proporção de jovens, também diminua. A redução das taxas de mortalidade torna o processo de envelhecimento ainda mais acentuado. Este processo é conhecido como transição demográfica.

Somado a estes dois fatores, Camarano e Abramovay (1999) destacam que no caso da população rural, o envelhecimento é intensificado pela redução da participação da população

jovem devido a migração, fenômeno este que se intensificou nos últimos anos, demonstrando que o meio rural não possui poder atrativo para os jovens, diferentemente do meio urbano.

A migração dos jovens acaba impactando diretamente nos processos sucessórios da agricultura familiar, que atrelada a diminuição nas taxas de fecundidade entre as mulheres, acentuam ainda mais a tendência dos agricultores não obterem sucessão em suas propriedades, o que nos convoca a um debate a respeito do futuro das propriedades familiares e conseqüentemente da agricultura familiar. Tendo em vista que, para além da importância econômica, a agricultura familiar representa grande relevância social, sendo ela responsável pela “produção das novas gerações de agricultores” (SPANVELLO, 2008).

Assim, a permanência dos filhos na atividade agrícola é de suma importância, pois reflete na continuidade da profissão de agricultor, uma vez que, estes, serão os futuros atores sociais responsáveis pela produção de alimentos do país e pela base econômica no setor primário (BIEGER; GRIEBELER, 2014).

Outra razão que deu origem ao presente estudo foi que, a partir da análise do estado da arte, evidenciou-se a pouca tradição de estudos demográficos que privilegiassem o rural e a agricultura, tornando-se relevante um estudo que explore essas questões e contribua com o conhecimento científico já existente, tendo em vista o interesse da pesquisadora sobre o tema.

A partir das questões levantadas, este estudo também adquire importância devido às razões e motivações de ordem pessoal, pois trata-se de uma realidade empiricamente conhecida e vivenciada, uma vez que a pesquisadora é filha de agricultores familiares, nascida no município de Frederico Westphalen, e assim como a grande maioria dos jovens deixou o meio rural ao concluir o ensino básico. Permanecem na propriedade apenas os pais residindo (os irmãos também já saíram).

Portanto, há interesse particular com o tema e o desenvolvimento rural, e em como este deve ser pensado frente a este cenário de mudanças nas questões demográficas. Ou, dito de outra maneira, há uma preocupação em compreender quais os impactos das mudanças demográficas mais gerais na agricultura e no meio rural de Frederico Westphalen.

No intuito de responder à pergunta de pesquisa e atender aos objetivos propostos neste estudo, necessário fez-se desenvolver o que se pode chamar de caminho metodológico, o qual será apresentado na seção seguinte.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração da presente dissertação, utilizou-se tanto de dados secundários quanto de dados primários. Os dados secundários foram obtidos por meio dos Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010) e Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Como fonte de dados primários, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (Apêndice A) aplicadas pela autora, as quais ocorreram por meio da interrogação direta junto ao público alvo. Para a construção do questionário de coleta de dados realizaram-se dois procedimentos. Primeiramente, criou-se um questionário preliminar com o objetivo de realizar pré-testes. Nesse sentido, foram realizados três pré-testes com agricultores familiares sem sucessores. Estes dados foram descartados, não sendo utilizados neste estudo.

O segundo procedimento efetuado foi a realização de entrevistas semi-estruturadas (Apêndice A), por meio de um roteiro, o qual foi ajustado a partir dos pré-testes realizados. Assim, o instrumento de pesquisa empregado no estudo foi a denominada entrevista face a face, utilizando-se, portanto, de técnicas qualitativas de levantamento de dados.

A respeito da unidade de análise, elegeram-se os agricultores familiares sem sucessores. De forma conceitual, Spanevello (2008) conceitua agricultores familiares sem sucessores aqueles que, por distintas razões, não apresentam filhos ou filhas residindo nas propriedades familiares, os quais já estão encaminhados profissionalmente fora da atividade agrícola ou da propriedade familiar.

Os agricultores foram amostrados intencionalmente, distribuídos entre as diversas áreas agrícolas do município (Apêndice B) e atendendo à critérios pré-estabelecidos, quais sejam:

- a) ser agricultor familiar, critério estabelecido seguindo como base a Lei da Agricultura Familiar⁸ (BRASIL, Lei 11.326, 2006);
- b) residir no meio rural;
- c) ter pelo menos um filho, independente do sexo;
- d) não ter sucessor; e
- e) ter idade igual ou superior a 50 anos.

⁸ De acordo com esta lei, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e que atende simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder executivo; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Esse último critério estabelecido foi definido a exemplo do estudo realizado por Spanevello (2008) e se justifica pelo fato da pesquisa centrar-se em casos em que a sucessão já deva estar definida ou encaminhada.

Elegeu-se a microrregião de Frederico Westphalen para a realização deste estudo, mais especificadamente, o município de Frederico Westphalen, localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul⁹. A escolha deste município deu-se fundamentalmente a partir de critérios objetivos, indicados por meio de dados secundários que por sua vez estariam vinculados aos elementos conceituais.

Frederico Westphalen é o município mais representativo, dentre os demais que compõe a microrregião, em basicamente duas características, as quais contribuíram para sua escolha como contexto empírico deste estudo. A primeira diz respeito ao baixo percentual de pessoas residindo no meio rural (apenas 19%) e a segunda característica refere-se ao fato de maior parte dos estabelecimentos agropecuários serem “chefeidos” por pessoas com idade superior a 55 anos (38,9%), e apenas 0,43% dos estabelecimentos por pessoas jovens, com idade igual ou inferior a 25 anos, conforme indicam os dados do Censo Agropecuário de 2006.

Além destas duas características, optou-se também por realizar este estudo em Frederico Westphalen por conveniência, pois trata-se do município de origem da autora, havendo, desta forma, maior acesso às famílias, bem como maior acesso a organizações ligadas ao rural, bem como maior facilidade de deslocamento até o público entrevistado.

Definida a área de estudo, a segunda etapa da metodologia consistiu em identificar a amostra. Para tanto, optou-se pela escolha do método de amostragem *Snowball* ou Bola de Neve. Como abordado na literatura, este método é utilizado tipicamente em pesquisas sociais e consiste em definir uma amostra não probabilística. Além disso, é optado pela utilização deste método quando se trata de populações raras ou desconhecidas, neste caso, identificar previamente, encontrar ou contatar torna-se mais difícil, tendo em vista que não há nenhuma lista disponível onde constemos membros desta população (DEWES, 2013; BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Em relação aos agricultores familiares sem sucessores, os mesmos referiam-se a uma população “desconhecida”, tendo em vista que não havia nenhum banco de dados com estas informações, nem mesmo um informante chave que pudesse precisar exatamente quantas

⁹ As características da microrregião do município de Frederico Westphalen estão detalhadas no Capítulo 4.

propriedades naquele município possuíam as características pretendidas. No caso dos informantes chaves, apesar de ter sido realizado contato prévio com instituições ligadas ao rural, tais como Emater e Secretaria Municipal da Agricultura, não foi possível identificar nenhum cadastro prévio que identificasse o público pretendido. Assim, optou por este método, que se considerou adequado para esta situação.

Diante disso, o primeiro passo do método de amostragem em Bola De Neve consiste em identificar alguns indivíduos pertencentes a população alvo de estudo. De acordo com Dewes (2013), estes indivíduos serão as “sementes” da amostra, pois estes darão origem a todos os indivíduos amostrados. Na maioria dos casos, “as sementes” costumam ser as pessoas às quais o pesquisador possui maior acesso.

Portanto, a técnica Bola de Neve prevê que os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto, ou seja, a saturação de informações (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Neste sentido, esta técnica de amostragem utiliza uma espécie de rede, onde para que se obtenha uma amostra considerável, deve-se selecionar um número inicial de pessoas que, preferencialmente, devam exercer certa liderança no espaço a ser estudado e conhecer muitos membros da localidade (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

A partir da escolha da “semente” inicia-se o processo Bola de Neve. Os primeiros indivíduos são considerados “onda zero”. Na sequência, para dar continuidade ao processo, segue-se solicitando que cada “semente” indique outros indivíduos que eles considerem ser população alvo, dando origem a “onda um” e assim sucessivamente (DEWES, 2013).

Este processo deve seguir até que o tamanho da amostra desejado seja alcançado, ou então, quando uma nova onda não produza um determinado número de novos contatos. Ou ainda, quando as informações obtidas não são mais relevantes, ou seja, quando ocorra saturação das informações.

A saturação de informações ou saturação teórica é operacionalmente definida como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. Em outros termos, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido (FONTANELLA, 2008).

Seguindo a técnica de coleta de dados *Snowball* ou Bola de Neve, realizou-se um total de 23 entrevistas, as quais compõem o presente estudo. Durante a realização da coleta de dados primários, observou-se que por volta da vigésima entrevista iniciou-se o processo de

saturação de informações. No entanto, optou-se por realizar mais algumas entrevistas para garantir maior confiabilidade aos dados. Desta forma, suspendeu-se a coleta de dados ao realizar a vigésima terceira entrevista, visto que as informações obtidas já não estavam mais acrescentando questões novas e relevantes à pesquisa.

As entrevistadas realizaram-se junto aos agricultores familiares sem sucessores em suas propriedades e ocorreram na presença do casal. O primeiro bloco de perguntas consistia na caracterização dos entrevistados, abordando questões tais como idade e escolaridade, sendo realizadas de forma separada para o casal.

Já o restante do questionário foi realizado em conjunto, assim, ambos iam manifestando suas opiniões sobre os questionamentos, de modo que a participação de cada um (homem e mulher) variou entre as propriedades, tendo em vista que a capacidade de se expressar ou mesmo a personalidade de cada um variava. Percebeu-se, assim, que em algumas o homem respondia a maior parte das questões; em outras, a mulher. Cabe lembrar que não se realizou nenhuma diferenciação dos depoimentos entre os homens e as mulheres ao longo do estudo, até porque este não foi o foco.

O roteiro de entrevista apresentou questões de caráter qualitativo e quantitativo, do tipo abertas e fechadas. As perguntas abertas eram aquelas onde o entrevistado podia responder livremente, enquanto as perguntas fechadas ofereciam algumas opções restritas de respostas.

Além das anotações com base em observações, as entrevistas eram gravadas, a partir de consentimento dos entrevistados, garantindo-lhes sigilo quanto a identificação dos informantes. Em função disso, as citações serão identificadas ao longo deste estudo como “Família 1”, “Família 2” e assim por diante.

Finalizada a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas, gerando, num primeiro momento, um grande volume de dados, que foram organizados de modo a iniciar o processo de interpretação. Esta, deu-se da seguinte forma: para compreensão dos dados quantitativos realizou-se uma análise estatística descritiva por meio do software Microsoft Excel. Já os dados qualitativos foram descritos pela análise de conteúdo através de trechos retirados das entrevistas realizadas.

Deste modo, com os dados da pesquisa de campo disponíveis, o próximo desafio consistiu em analisá-los, a fim de construir os capítulos seguintes, os quais deram origem a esta pesquisa. Assim, presente dissertação é composta por sete capítulos, incluindo esta introdução, que apresenta a problematização, justificativa e importância do estudo, definição

da pergunta de pesquisa e da formulação do objetivo geral e dos objetivos específicos e os procedimentos metodológicos, como o primeiro capítulo.

O segundo e o terceiro capítulo apresentam a seguinte composição: a revisão bibliográfica que orienta o presente estudo, analisando e destacando como eixo central as questões demográficas no segundo; e a sucessão na agricultura familiar no terceiro capítulo. Já o capítulo quatro, por sua vez, dedica-se a caracterização socioeconômica e produtiva da microrregião e do município de Frederico Westphalen. O quinto e sexto capítulos consistem na apresentação e análise dos resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, buscando responder à pergunta de pesquisa e atender os objetivos propostos no estudo. Por último, para fechamento do trabalho são apresentadas as considerações finais.

2 TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS E OCUPACIONAIS: MIGRAÇÃO, ENVELHECIMENTO E OS DESAFIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O MEIO RURAL BRASILEIRO

Neste capítulo abordar-se-ão algumas questões demográficas. Para tanto, num primeiro momento apresenta-se uma breve discussão a respeito das principais teorias demográficas, bem como alguns dos principais estudos realizados no âmbito nacional. A partir disso, num segundo momento será abordada a evolução nas variáveis demográficas que vem ocorrendo no Brasil e no Rio Grande do Sul com base nos indicadores demográficos, tais como fecundidade, mortalidade e migração.

Por fim, num terceiro momento, a última seção retratará as transformações demográficas ocorridas especialmente no meio rural, as quais refletem no envelhecimento populacional e na redução do número de filhos (núcleos familiares menores) que acabam se transformando em elementos cada vez mais presentes e com implicações diretas nas questões sucessórias.

2.1 ASPECTOS TEÓRICOS ACERCA DAS QUESTÕES DEMOGRÁFICAS E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As questões demográficas, especialmente no que tange seus impactos e desafios para o crescimento econômico dos países, historicamente impulsionam acalorados debates, predominantemente por economistas e demógrafos ao longo do tempo. Ainda ao final do século XVIII, estas questões já eram alvo de discussões filosóficas entre o iluminista Jean Antonio Nicholas Caricot, Marquês de Condorcet, e o pastor anglicano Thomas Robert Malthus (GODOI, 2014).

Antecipa-se, de antemão, que as discussões iniciais a respeito do tema tinham por base a preocupação com a explosão populacional, especialmente nos espaços urbanos, sendo um desafio para o presente estudo tentar estabelecer associações e relações entre estas grandes discussões teóricas e a agricultura familiar, haja vista que os estudos acerca da agricultura familiar têm sido escritos quase que exclusivamente a partir de viés demográfico endógeno, sem observar os movimentos mais gerais da sociedade.

Na concepção dos pensadores Malthus e Condorcet, o crescimento populacional era visto sobre duas perspectivas. De um lado, através de uma visão otimista, Condorcet acreditava que o crescimento populacional se daria de forma equilibrada, uma vez que as

taxas de fecundidade e mortalidade se reduziriam ao longo do tempo. Por outro lado, através de um viés mais pessimista, Malthus pensava que o crescimento populacional seria um fator limitante para o desenvolvimento econômico, tendo em vista que a população se encaminhava para um crescimento acima de sua capacidade de abastecimento (KIELING, 2009; GODOI, 2014).

Cabe lembrar que embora grande parte da literatura atribui a Malthus a análise pioneira sobre a possibilidade de crescimento excessivo da população, a ideia foi expressa anteriormente por Condorcet, o qual apresentou a essência do cenário que fundamentou posteriormente a Teoria Malthusiana (KIELING, 2009).

Assim, Condorcet, ainda em 1794, publica a obra “Esboço de um quadro histórico do progresso do espírito humano”. O viés otimista do autor considerava que um “desastre demográfico”, no qual o crescimento no número de habitantes acima do nível dos recursos naturais necessários a subsistência, não condizia com o comportamento racional humano, portando não ocorreria. Para que isso acontecesse, haveria então, diminuição nas taxas de mortalidade e como consequência aumento na expectativa de vida por meio da medicina preventiva. Além do mais, ele acreditava que, haveria também diminuição nas taxas de fecundidade entre as mulheres, tendo em vista que os pais possuíam responsabilidades para com seus filhos (KIELING, 2009; GODOI, 2014). Resumidamente, Condorcet, não se preocupava com a “explosão populacional”, mas previa o comportamento das taxas de mortalidade e fecundidade.

Contrapondo essa visão otimista, quatro anos mais tarde, Malthus, um intelectual bastante influente na área da ciência política e demográfica, apresenta um viés pessimista em relação ao crescimento populacional, portanto contrário a Condorcet. Para tanto, em 1798, Malthus publica a obra “Ensaio sobre a população” na qual abordava o negativismo em relação ao futuro da humanidade. Malthus alertava que a população crescia em Progressão Geométrica, enquanto que a produção de alimentos em escala mundial crescia em Progressão Aritmética, o que ocasionaria escassez de alimentos e, conseqüentemente, fome, tendo em vista que o ritmo de crescimento populacional (progressão geométrica) seria mais acelerado que o ritmo de crescimento da produção de alimentos (progressão aritmética). Esta teoria ficou conhecida como Teoria Populacional Malthusiana (KIELING, 2009; GODOI, 2014).

Já no século XX, o mundo observou diferentes tendências com relação à sua população. A respeito disso, Kimpara (2010), ressalta que nos países centrais do capitalismo observou-se diminuição das taxas de natalidade, reconduzindo a população destes locais a certa condição de equilíbrio. Já nos países periféricos observou-se uma drástica queda nas

taxas de mortalidade, entretanto, não houve simultaneamente queda na natalidade, o que resultou em elevado crescimento populacional. Diante disso, de acordo com o mesmo autor, emergiram distintas Teorias Neomalthusianas, baseadas no pensamento de Malthus, razão pela qual receberam esta denominação.

Dentre os estudiosos desta corrente destaca-se Francis Place, pastor protestante, assim como Malthus, o qual foi o primeiro pensador a ser considerado um neomalthusiano (CABELEIRA, 2013). De acordo com Mendonça (2011), para os neomalthusianos era necessário um rigoroso controle da natalidade, pelos seguintes fatores:

- a) o número de consumidores tende a aumentar em proporção superior ao produto nacional, o que leva ao empobrecimento geral da população;
- b) a relação entre o contingente economicamente ativo e a população global tende a ser desfavorável;
- c) o aumento da população leva à necessidade de ampliação do fator trabalho em detrimento da formação de capital; e
- d) o crescimento contínuo da população provoca destruição do meio ambiente e o esgotamento de recursos não renováveis.

Corroborando com estas argumentações, Fontana (2015) assinala que, para os pensadores neomalthusianos, quanto maior o número de habitantes de um país, menor a renda per capita e a disponibilidade de capital a ser distribuído pelos agentes econômicos. Esta teoria, embora com premissas distintas daquelas utilizados por Malthus, chega à mesma conclusão de que o crescimento populacional é o responsável pela ocorrência da miséria. Com base nessa teoria, os neomalthusianos acreditavam que programas de controle de natalidade e disseminação da utilização de métodos anticoncepcionais eram vistos como importantes ferramentas de controle populacional.

Entretanto, o pensamento malthusiano e neomalthusiano, apesar de extremamente importante, passou a ser visualizado por grande parte dos estudiosos acerca do tema como ultrapassado, pois os mesmos acreditavam que não se diminui a falta de alimentos diminuindo o número de nascimentos entre a população, conforme acreditavam os pensadores malthusianos e neomalthusianos. Para eles, a situação de fome e miséria se dá fundamentalmente devido a prevalência da grande concentração de alimentos nos países ricos e, conseqüentemente, a má distribuição nos países pobres.

Com isso, Fontana (2015), ressaltam que contrário às teorias Malthusiana e Neomalthusiana emerge a Teoria Reformista, na qual é negado o princípio de que a

superpopulação é a causa da pobreza, ou seja, para os reformistas, é a pobreza que gera a superpopulação e conseqüente estado de fome e miséria. Em síntese, de acordo com a teoria reformista, se não houvesse pobreza as pessoas teriam acesso à educação, saúde, entre outras questões, o que tenderia a regular, naturalmente, o crescimento populacional. Portanto, é exatamente a falta dessas condições que acaba acarretando crescimento desenfreado da população.

Outra crítica dos estudiosos reformistas aos malthusianos refere-se ao crescimento da produção. Na concepção malthusiana, a produção de alimentos crescia em ritmo inferior ao da população, o que também é negado pelos reformistas, que defendem a ideia de que, com o início da revolução industrial e a conseqüente revolução tecnológica, tanto a agricultura quanto a indústria aumentaram sua capacidade produtiva, resolvendo, dessa forma, o problema da produção. Diante disso, os reformistas defendiam a adoção de reformas sociais e econômicas para superar os problemas dos países subdesenvolvidos. Assim, a redução do crescimento viria como consequência de tais reformas (FONTANA, 2015).

No que diz respeito aos estudos realizados no âmbito nacional acerca das questões demográficas, cabe destacar algumas instituições e institutos que tem dedicado parte de suas pesquisas a estas questões, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bem como a própria Fundação de Economia e Estatística (FEE) e o Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE).

Entretanto, ressalta-se que os trabalhos não contemplam de maneira clara o recorte adotado nesta dissertação, que são os agricultores familiares. Os estudos, na melhor das hipóteses, dão conta do rural no seu sentido definido pela legislação, ou seja, rural como um setor. Portanto, o esforço neste estudo será de buscar elementos estruturantes para tentar entender suas possíveis implicações para um público mais específico, os agricultores familiares.

Tratando-se do IPEA, os estudos, em sua maioria, têm dado ênfase principalmente às inter-relações existentes entre as dinâmicas demográficas e econômicas e as demandas por políticas públicas. Um exemplo de seus estudos refere-se ao livro, lançado em 2014, “Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?” organizado por Ana Amélia Camarano. O título do livro traz como pergunta a possibilidade de que exista um novo regime demográfico, abordando as transformações acerca destas questões que estão em jogo, bem como os impactos das mesmas para o desenvolvimento econômico e as tendências

populacionais futuras, o que nos convida a repensar o papel dessas mudanças especialmente no que tange às relações entre demografia e desenvolvimento.

Na referida obra não há nenhum capítulo dedicado exclusivamente ao estudo do meio rural e da agricultura. Portanto, estes trabalhos serão tomados como referências mais gerais, pois se entende que tanto a agricultura como os agricultores familiares estão inseridos nos processos mais gerais de mudança social, inclusive as mudanças demográficas e, no caso deste trabalho, suas implicações no campo da sucessão.

Desde que o IPEA foi fundado, em 1964, muitas mudanças no que tange a dinâmica populacional e demográfica brasileira foram ocorrendo. Inicialmente, coincidindo com sua fundação, a população crescia às mais elevadas taxas já verificadas. Deste modo, conforme indica Camarano (2014), foi a partir de meados do século passado que estes estudos passaram a ganhar maior força e visibilidade por planejadores e líderes políticos, bem como cientistas sociais. Para estes pensadores, o rápido crescimento populacional reduziria o potencial de crescimento econômico dos países, principalmente daqueles menos desenvolvidos, como o caso do Brasil.

Recentemente, após aproximadamente 50 anos de fundação do IPEA, a população se encaminha para uma redução no contingente populacional e constante processo de envelhecimento (SOARES, 2014).

Neste sentido, os estudos referentes ao envelhecimento populacional bem como suas consequências tem sido alvo de intensas preocupações e indagações, sobretudo, a partir de 1988 durante o VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. A partir de então, trabalhos sob esta temática passaram a ser publicados especialmente na Revista Brasileira de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP).

Este tema ganhou relevância, tendo em vista que o aumento no contingente de pessoas idosas reflete significativamente no crescimento econômico, no mercado de trabalho e nas demandas por políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à previdência social.

A esse respeito, Camarano (2014) destaca que, diante deste fenômeno de envelhecimento populacional surgem determinadas restrições no médio e longo prazo para o crescimento econômico, tendo em vista que em algumas situações as gerações mais velhas são menos produtivas e mais resistentes a incorporação de mudanças tecnológicas. Sendo assim o envelhecimento da força de trabalho pode ocasionar crescimento mais lento da produtividade.

Como pode-se observar, as questões demográficas foram alvos de importantes discussões a aproximadamente três séculos e permanecem até os dias atuais, porém muitas

mudanças foram ocorrendo e sendo observadas ao longo desse período. Diante disso, essas transformações assumem fundamental importância no desenvolvimento dos países e de sua agricultura, refletindo não apenas na sociedade como um todo, mas também no núcleo familiar. Essas mudanças ocorrem sobretudo devido a evolução das variáveis demográficas, especialmente mortalidade e fecundidade, conforme tratará mais detalhadamente a seção a seguir, na qual serão contempladas informações do Brasil e do Rio Grande do Sul.

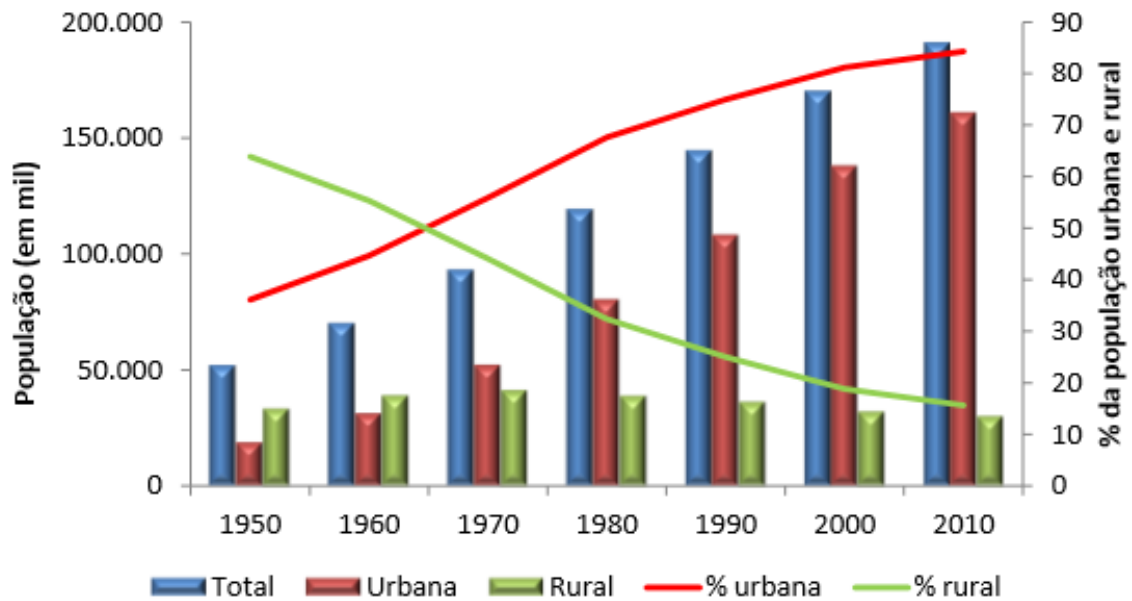
2.2 TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

No Brasil, no que tange às questões demográficas, as mudanças e transformações ocorreram especialmente a partir da década de 1950. Em linhas gerais, Alves e Cavenaghi (2012) ressaltam que essas transformações estão relacionadas de alguma forma entre si e referem-se especialmente ao crescimento populacional, declínio nas taxas de fecundidade e mortalidade, entre outras questões.

Em relação ao crescimento populacional, os mesmos autores indicam que a população brasileira cresceu aproximadamente 20 vezes entre 1872 e 2010, atingindo o máximo de crescimento nas décadas de 1950 e 1960 e reduzindo o ritmo a partir de 1970, sendo que, deverá continuar crescendo lentamente até 2030, para, em seguida, fazer a transição para o decréscimo.

A respeito da população rural e urbana, houve um significativo acréscimo entre os residentes do meio urbano, os quais representavam um total de 19 milhões, em 1950, passando a representar 161 milhões, em 2010, havendo assim um crescimento percentual de 36% para 84% da população urbana em relação ao total da população (ALVES; CAVENAGHI, 2012), conforme ilustrado na Figura 1:

Figura 1: Distribuição da população brasileira por situação de domicílio, 1950-2010



Fonte: Alves e Cavenaghi (2012), com base nos dados dos censos demográficos do IBGE.

Uma terceira transformação consiste no declínio das taxas de mortalidade e natalidade. Estes indicadores fazem com que o Brasil deixe de apresentar uma estrutura etária jovem, passando para uma estrutura adulta e se encaminhando para uma estrutura etária envelhecida. Segundo Alves e Cavenaghi (2012), a partir do final da década de 2030 o número de habitantes de 65 anos ou mais será maior do que o de habitantes de 0 a 14 anos.

Corroborando com essas informações, Camarano et al. (2014) sintetizam a história populacional e demográfica brasileira em quatro fases, conforme retratado na sequência. Na primeira fase, compreendida entre o final do século XIX até aproximadamente 1940, a principal variável que caracteriza o período são os ganhos populacionais devido à imigração internacional, especialmente de italianos, espanhóis e portugueses. Estima-se que, entre 1890 e 1930 chegaram ao Brasil cerca de 3,5 milhões de imigrantes. A imigração internacional também caracteriza o contexto empírico deste estudo, visto que a região norte do estado do Rio Grande do Sul, incluindo a região e o município de Frederico Westphalen, foi colonizada, oficialmente e especialmente, por imigrantes italianos e poloneses, por volta de 1920, fato que será abordado detalhadamente no capítulo 4 desta dissertação.

Já a segunda fase, a qual teve início a partir de 1940 e manteve-se até aproximadamente 1970, caracterizou-se pelo declínio dos níveis de mortalidade, devido a melhorias nos aspectos relacionados a saúde, tais como introdução de vacinação e antibióticos, o que favoreceu o aumento na expectativa de vida. Além disso, os movimentos

populacionais de origem estrangeira perderam força no contexto da população nacional. A queda nas taxas de mortalidade foi a principal variável que caracterizou este período, aliado aos altos níveis de natalidade ainda prevaletentes, fizeram com que a população atingisse seu auge de crescimento entre 1950 e 1960, em torno de 3,0% ao ano. Neste período, o Brasil já era um país jovem com população jovem e com elevado crescimento populacional (CAMARANO et al., 2014).

Os autores destacam, ainda, que os movimentos migratórios internos substituíram os movimentos internacionais, ocorrendo na sua maioria no sentido meio rural para o meio urbano, o que tornou o Brasil predominantemente urbano a partir de 1970, o que não ocorria até então. Em 1940 a população urbana representava 31,2%, passando a representar 55,9% em 1970. Por fim, outra característica importante desta segunda fase foi a elevada proporção da população jovem com idade inferior a 15 anos, representando aproximadamente 43% da população.

Mais recentemente, ocorreu uma redução considerável nos níveis de fecundidade e natalidade, dando origem a uma terceira fase da história populacional brasileira. Nesta terceira fase, a qual inicia a partir de 1970 e perdura até final da década de 1990, há desaceleração no ritmo de crescimento. A queda nos níveis de fecundidade é a variável mais importante do período, a qual ocorreu basicamente pela introdução de métodos anticoncepcionais. Esse fator levou ao início do processo de envelhecimento populacional, fazendo com que no final desta fase o Brasil já havia deixado de ser um país de jovens passando a ser um país de meia idade (CAMARANO et al., 2014).

Estas alterações demográficas que ocorreram no Brasil ao longo do tempo, além de afetarem o crescimento populacional, ocasionam mudanças na estrutura etária da população, reduzindo a proporção das crianças e aumentando, em um primeiro momento, a proporção dos adultos, e em um período posterior, a proporção dos idosos.

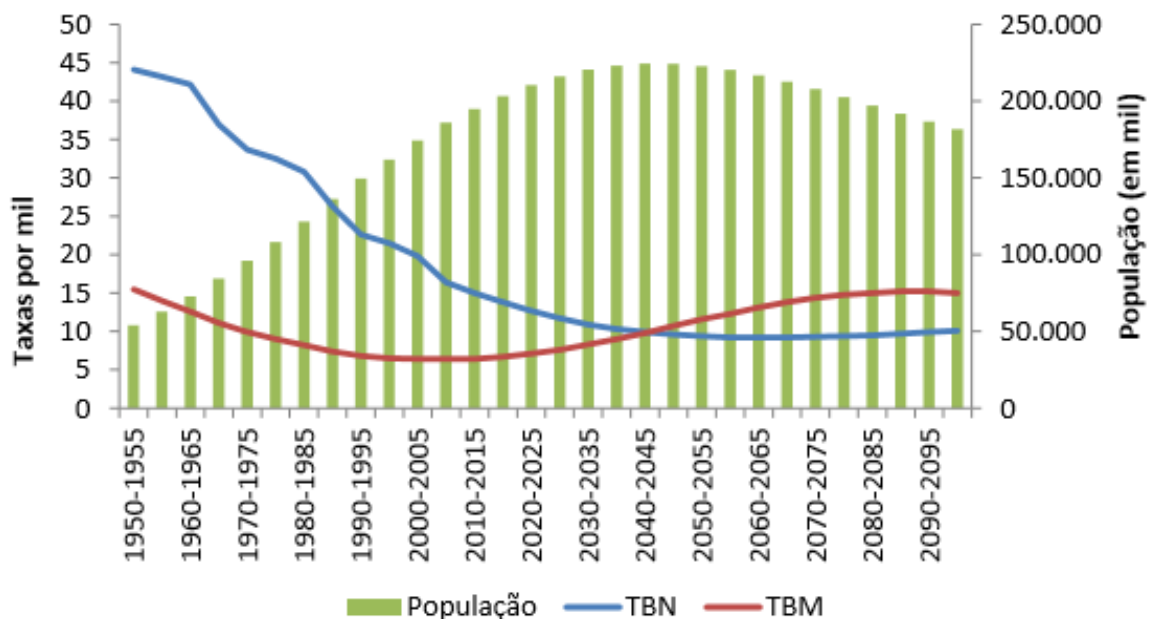
A principal causa deste fenômeno refere-se a variação nas taxas de fecundidade e mortalidade, que originam um novo paradigma demográfico, caracterizada pela redução da população em idade ativa e da força de trabalho. As mudanças na estrutura etária com base na evolução das variáveis demográficas (mortalidade e fecundidade) são apresentadas na sequência.

2.2.1 Transição da mortalidade e fecundidade e mudanças na estrutura etária da população

A transição demográfica é um dos mais importantes fenômenos sociais, e ocorre somente uma vez na história de cada país (ALVES; CAVENAGHI, 2012). A respeito disso, Ávila e Machado (2015), ressaltam que este processo sempre inicia com a queda das taxas de mortalidade, e, portanto, com o aumento da esperança de vida, e depois de um determinado período de tempo, que varia entre os países, as taxas de natalidade também iniciam um processo de declínio, ocasionando redução nas taxas de crescimento populacional como um todo e mudanças na estrutura etária no sentido do envelhecimento. A diferença entre estes dois fenômenos gera num primeiro momento crescimento populacional, tendo em vista que as taxas de fecundidade começam a declinar somente um tempo após a mortalidade.

No Brasil, as transformações no padrão demográfico caracterizam-se como uma das mais significativas modificações estruturais já ocorridas (GODOI, 2014). Segundo Alves e Cavenaghi (2012), as taxas de mortalidade começaram a declinar ainda no século XIX e aceleraram depois da Segunda Guerra Mundial, atingindo níveis mais baixos em 2010, como demonstrado na Figura 2.

Figura 2: População e taxas brutas de mortalidade (TBM) e natalidade (TBN), Brasil, 1950-2100



Fonte: Alves e Cavenaghi (2012).

A elevação das taxas brutas de mortalidade, sobretudo a partir de 2020, se dará, sobretudo devido à mudança da estrutura etária. De acordo com Alves e Cavenaghi (2012) uma maior proporção de idosos na população significa o aumento da taxa bruta de mortalidade, mas não uma piora na esperança de vida.

O conceito de transição demográfica foi elaborado inicialmente por Warren Thompson em 1929, com o termo original *Demographic Transition Model* (KIELING, 2009). No Brasil, este termo tem ganhado maior relevância nas últimas décadas à medida que esse processo tem gerado uma rápida mudança na estrutura etária populacional.

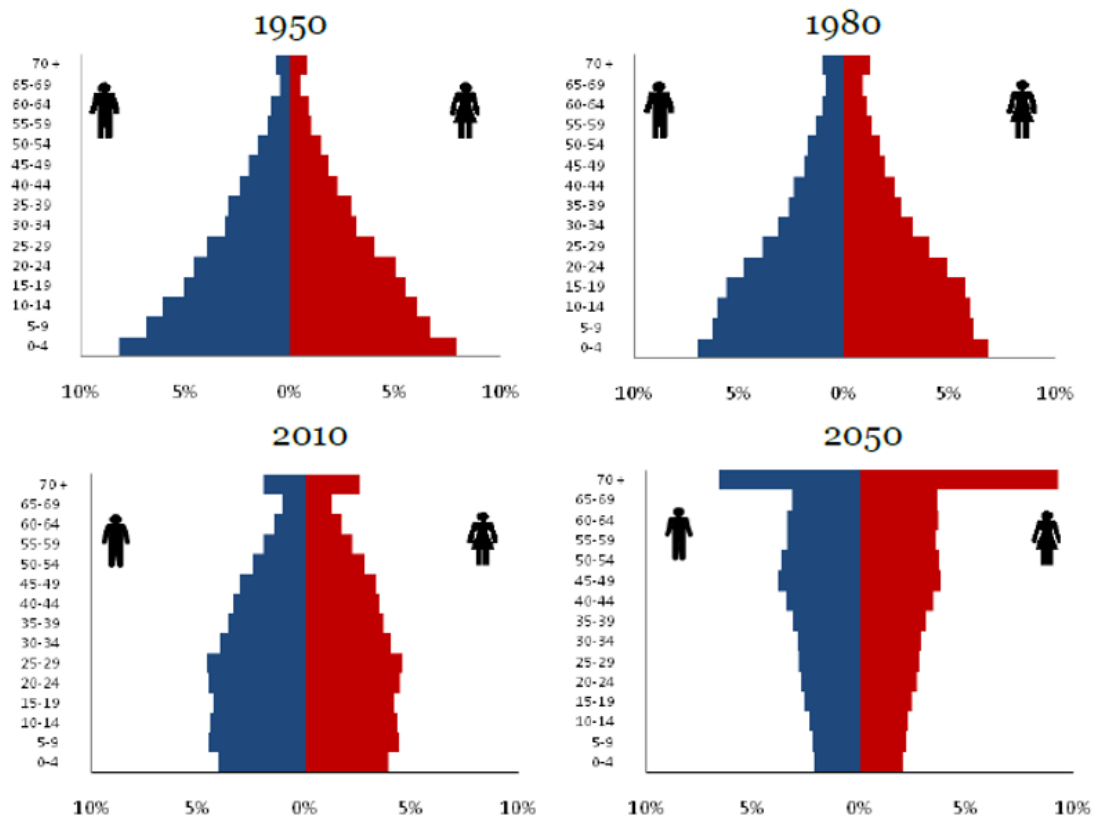
De acordo com Ávila e Machado (2015), esse processo de transição tende a percorrer um trajeto composto por três estágios: Inicialmente uma grande parcela da população está abaixo da idade de trabalho, com o tempo, esse contingente migra para a faixa seguinte de idade, compondo a população em idade ativa (PIA) e, finalmente, vem a fase do envelhecimento na qual o ímpeto econômico diminui.

Diante disso, o período intermediário, que também é chamado de bônus demográfico, é de suma importância para que se obtenha um crescimento sustentado da economia, sem gerar grandes impactos na fase seguinte. Conceitualmente falando, bônus demográfico é o estágio em que a população em idade ativa é maior que a razão de dependência.

A população em idade ativa é composta por adultos de 15 a 64 anos sendo considerada potencialmente produtiva. Assim, a taxa de dependência é obtida pela soma das crianças (0 a 14 anos) e idosos (acima de 65 anos), dividida pela população adulta. De maneira arbitrária, são considerados como dependentes as crianças e os idosos (WONG; CARVALHO, 2006).

Como já dito, a transição demográfica é acompanhada por uma mudança na estrutura etária. Isto porque as quedas nas taxas de fecundidade diminuem o tamanho das famílias e reduzem a base da pirâmide populacional, enquanto o declínio das taxas de mortalidade provoca aumento da esperança de vida e da longevidade. Essas informações são ilustradas na Figura 3.

Figura 3: Estrutura etária e projeções futuras da população brasileira



Fonte: Banco Mundial (2011).

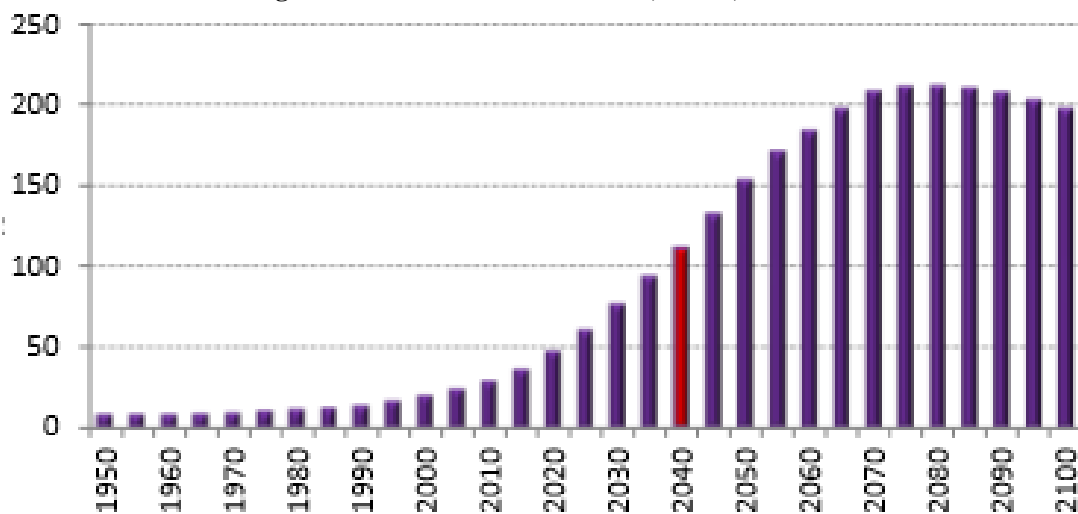
Como pode-se observar, em 1950 o topo da pirâmide etária brasileira, representado pela população idosa, era extremamente estreito, comparado com a base da pirâmide, representada pela população jovem que era extremamente larga. Em 1980, apesar de algumas alterações, como redução da base, a pirâmide mantém sua forma clássica caracterizada por cada grupo etário mais velho possuir menor peso em relação ao grupo anterior.

Já no ano de 2010, as mudanças na pirâmide etária populacional brasileira tornam-se mais evidentes, ou seja, ocorre perda da forma clássica da pirâmide, tendo em vista a ocorrência de uma diminuição no percentual dos grupos etários mais jovens, especialmente os dois primeiros que compõem a base da pirâmide. Paralelamente ao processo de redução dos grupos etários mais jovens observa-se um alargamento no topo da pirâmide, ou seja, um incremento na população idosa, o que deverá se acentuar ainda mais a partir de 2050, intensificando ainda mais o envelhecimento populacional.

Em síntese, o envelhecimento populacional é uma consequência da transição demográfica. Conceitualmente abordando o termo, Carvalho e Garcia (2003) destacam que o mesmo refere-se a maior proporção de idosos em relação ao conjunto total da população.

O índice de envelhecimento, representado pela população de 65 anos ou mais sobre a população de 0 a 14 anos, é ilustrado na Figura 4. Evidencia-se que a partir do ano 2040 haverá no Brasil mais idosos do que jovens.

Figura 4: Índice de envelhecimento, Brasil, 1950-2100



Fonte: Alves e Cavenaghi (2012).

De acordo com dados do Banco Mundial (2011), em 1980 os índices de envelhecimento eram iguais a 10,5, aumentando para 18,3 e 26,7 nos anos de 2000 e 2010, respectivamente. Além disso, a tendência é que esses índices aumentem ainda mais, ou seja, em 2050 essa proporção poderá ser de 100 crianças para 172,7 idosos. Evidencia-se, portanto, o claro processo de envelhecimento da população brasileira, o qual deverá permanecer e acentuar-se ainda mais nas próximas décadas.

Wong e Carvalho (2006) corroboram indicando que por volta de 2050 o tamanho e a participação da população de 65 anos ou mais atingirão uma proporção mais elevada daquela vivida, atualmente, em qualquer país europeu. Desta forma, estima-se que por volta de 2050, o Brasil irá defrontar-se com a difícil situação de atender uma sociedade bastante envelhecida.

Diante disso, Zuanazzi (2015) ressalta que, em países desenvolvidos como os da Europa, algumas medidas já têm sido tomadas com o intuito de reverter este quadro de envelhecimento, tais como políticas de incentivo a natalidade que incluem redução de alíquotas fiscais para casais com filhos, ampliação do tempo de licença maternidade e paternidade, incluindo até mesmo pagamento em dinheiro. O autor salienta ainda que, no caso

brasileiro, além das ações que já vêm sendo discutidas a fim de amenizar esses efeitos, tais como adiamento da idade para aposentadoria e incentivo a imigração, deve-se dar início a outras ações, assim como as que já vêm sendo tomadas na Europa.

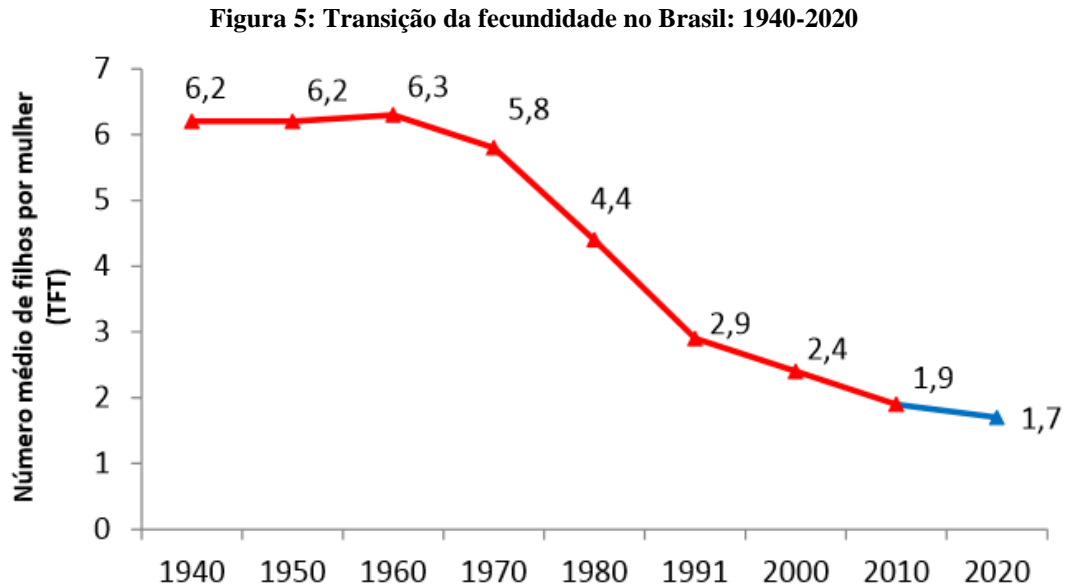
Em suma, taxas de natalidade e mortalidade menores transformam a estrutura etária da população. De acordo com o IBGE, as taxas de mortalidade referem-se a frequência com que ocorrem os óbitos em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil, indicador este definido para cada mil crianças nascidas vivas.

A evolução nos níveis de mortalidade pode ser avaliada por meio da esperança de vida ao nascer, que constitui um indicador síntese dessa variável, sendo expresso pelo número de anos esperados que se viva um recém-nascido estando este exposto às taxas de mortalidade observadas em uma determinada população em dado período.

Conforme dados do IBGE, na década de 1980 a expectativa de vida do brasileiro era igual 62,52 anos, aumentando para 73,76 em 2010. Isso significa dizer que houve um acréscimo de 11,24 anos em apenas 30 anos. As principais causas da redução nos níveis de mortalidade dizem respeito ao avanço no sistema de saúde pública e previdência social, além de avanços na indústria química farmacêutica que auxiliaram na redução e controle de diversas doenças.

Em relação às taxas de fecundidade, de acordo com a definição do IBGE, as mesmas referem-se a uma estimativa do número de filhos que uma mulher apresenta ao longo da vida durante sua fase fértil ou período reprodutivo, sendo calculada pela razão entre o número de nascimentos e o número de mulheres em idade fértil, e representada pelo período reprodutivo entre 15 a 49 anos.

Nas últimas décadas, evidenciou-se grande redução nos níveis desta variável, o que tem gerado uma transição nos níveis de fecundidade. As taxas de fecundidade entre as brasileiras, representado por 6,2 filhos por mulher em 1940, reduziram-se para 1,9 filhos por mulher em 2010, devendo chegar a 1,7 filhos por mulher em 2020, conforme representado na Figura 5.



Fonte: Alves e Cavenaghi (2012) com base nos Censos demográficos do IBGE 1940 a 2010 e projeção em 2020.

Para Zuanazzi (2015), a fecundidade é o que impacta de forma mais significativa na estrutura etária populacional. No caso brasileiro, a acentuada queda nos níveis deste indicador ao longo das décadas foi o principal fator desencadeador da redução nas taxas de crescimento populacional, o qual passou de 3,04% em 1960 para 1,05% em 2008, e, de acordo com projeções, poderá chegar a valor negativo em 2050, representado por $-0,291\%$.

Como já destacado, no Brasil, o processo de transição, ou seja, a passagem de elevados níveis de fecundidade para níveis inferiores, tem acontecido de forma bastante rápida comparativamente aos demais países do mundo. Neste sentido, Wong e Carvalho (2006) indicam que a maior parte dos países europeus levou quase um século para completar essa mesma transição. Suécia e Inglaterra, por exemplo, levaram cerca de seis décadas para diminuir 50% de seus níveis de fecundidade, enquanto que o Brasil experimentou um declínio similar em apenas um quarto de século. Esta situação reflete na queda da fecundidade que vem se mostrando generalizada em todo o território brasileiro, embora as desigualdades socioeconômicas tenham adiado em partes o início desse processo nas regiões menos desenvolvidas.

Analisando esta variável por situação de domicílio, Godoi (2014), com base nos dados do IBGE, evidencia que nas últimas décadas as diferenças entre mulheres residentes no meio urbano e no meio rural reduziram-se. Em 1970 a diferença era de 3,1 filhos, passando para 1,31 em 2000 e 0,84 filhos em 2010. Ou seja, no ano de 2000 as taxas de fecundidade entre as mulheres residentes no meio urbano eram representadas por 2,18 e no meio rural, 3,49 filhos

por mulher. Em 2010, houve uma redução, passando a representar 1,79, no meio urbano e 2,63 filhos por mulher no meio rural.

Em relação às regiões brasileiras, Zuanazzi (2015) indica que a Região Sul e a Sudeste, antecipadamente às demais regiões, alcançaram taxas de fecundidade abaixo das taxas de reposição nos anos 2000, com uma tendência de redução acelerada, enquanto o país, como um todo, baixou desse patamar em meados daquela década. A taxa de reposição populacional, como o próprio nome indica, corresponde a reposição da população e está intimamente relacionada com a taxa de fecundidade. Segundo o IBGE, a média de fecundidade deve ser de 2,1, uma vez que um casal é formado por duas pessoas, o que equilibra o número de habitantes. Em outras palavras, para assegurar a reposição populacional, o número de filhos por mulher deve ser superior a 2,1.

Contudo, a tendência de diminuição da fecundidade permaneceu em todas as Unidades Federativas, conforme apontam os dois últimos Censos e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs). De acordo com Zuanazzi (2015), no caso do Rio Grande do Sul, em 2010, o estado apresentava taxa de fecundidade entre as mulheres de 1,75, o que o colocava em quinto lugar no ranking de menor valor entre todos os estados brasileiros, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal.

Considerando as taxas de fecundidade via Regiões Funcionais de Planejamento (RFP), o mesmo autor não encontrou diferenças significativas em relação à taxa de fecundidade, embora a região da Serra Gaúcha apresente a menor taxa (1,50) e Fronteira Oeste e Litoral, as maiores, respectivamente, 1,96 e 1,94. As RFP que representam o Norte do RS, local de realização deste estudo, apresentaram taxas de fecundidade igual 1,79 e 1,76, sendo estas superiores à média estadual.

Já ao verificar a taxa de fecundidade entre as mulheres gaúchas separadas por raça, Zuanazzi (2015) evidenciou que as mulheres declaradas brancas apresentaram taxas abaixo do nível de reposição em 2010. Já as gaúchas negras e pardas encontravam-se ligeiramente acima desse nível, e as indígenas, embora não tenham apresentado tamanho amostral suficiente, estavam em um patamar de mais de três filhos por mulher.

O autor explica esses resultados indicando que, essa relação está associada ao nível salarial e educacional, que é maior, em média, entre brancos do que entre negros e pardos, que, por sua vez, possuem níveis maiores do que os indígenas. Entretanto, cabe ainda salientar que entre 2000 e 2010 houve redução da fecundidade entre todas as raças, seguindo o padrão verificado no total da população.

Tratando-se das taxas de fecundidade no Rio Grande do Sul por situação de domicílio, Zuanazzi (2015), observa que, em 2010, as moradoras de áreas rurais e as de áreas urbanas apresentavam, respectivamente, taxas de fecundidade igual ou abaixo do nível de reposição, sendo representado por 2,01 para as gaúchas residentes no meio rural, frente à 1,70 das residentes em áreas urbanas.

Esse valor mais elevado para as residentes no meio rural pode estar relacionado com as diferenças nas rendas médias entre as mulheres residentes no meio urbano e as residentes no meio rural, que eram 567 e 437 reais, respectivamente. Além disso, esse maior número de filhos entre as residentes do meio rural pode estar relacionado ao auxílio dos filhos na realização do trabalho, especialmente quando se refere a agricultura familiar, tendo em vista que os mesmos são introduzidos no trabalho familiar desde cedo, desempenhando tarefas úteis, como limpeza, plantio, colheita e cuidado com os irmãos menores (ZUANAZZI, 2015).

Com base nos dados apresentados, observa-se que, apesar das taxas de fecundidade entre as mulheres residentes no meio rural permanecerem maiores comparativamente as mulheres residentes no meio urbano, a redução ocorreu de forma bastante significativa, sobretudo, entre os anos de 2000 e 2010.

Cabe ainda destacar que as quedas nos níveis de fecundidade entre as mulheres, somadas ao êxodo de membros familiares, contribuíram para a queda no número de pessoas residentes por domicílios, ocasionando alterações na estrutura familiar, dando origem a novos arranjos.

2.2.2 Mudanças nos arranjos familiares

Paralelamente a transição da fecundidade e conseqüentemente redução do tamanho das famílias, houve mudanças na estrutura das famílias brasileiras nas últimas décadas, dando lugar a emergência de novos arranjos. Com isso, embora o arranjo familiar predominante no Brasil ainda seja o do tipo casal com filhos¹⁰, sua predominância vem decrescendo ao longo do tempo.

Há de se considerar, portanto, que de um lado houve uma forte redução da família nuclear, constituídas por casais com filhos e, de outro, houve expansão das famílias formadas por membros individuais e por casais sem filhos. Alves e Cavenaghi (2012), analisando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), evidenciam que os

¹⁰ Típico arranjo da agricultura familiar e que sustentou e ainda sustenta as análises chayanovianas da agricultura familiar.

domicílios compostos por casal com filhos representavam 62,8% em 1992 e passaram para 49,9% em 2009.

A redução na proporção de casais com filhos tem sido compensada pelo aumento das famílias constituídas por casais sem filhos. De acordo com Alves e Cavenaghi (2012), o arranjo casal sem filhos, que representavam 11,7% passaram para 16,2%, entre 1992 e 2009. De acordo com os mesmos autores, este arranjo não quer dizer que os casais não tiveram filhos, na verdade este agrupamento reúne os casais que não tiveram filhos com aqueles em que os filhos já cresceram e saíram de casa. Ou seja, o tipo de arranjo familiar que sempre foi hegemônico na sociedade brasileira (casal com filhos) está prestes a perder a maioria absoluta e a tendência é continuar perdendo participação relativa no conjunto dos arranjos familiares.

Leone et al. (2010) explicam esse fato, salientando que essas mudanças na composição das famílias e a emergência de novos arranjos familiares estão relacionados a transformações de natureza demográfica, social e cultural. As mudanças demográficas dizem respeito à diminuição nos níveis de fecundidade entre as mulheres. Somado a isso, há a questão da mobilidade, tendo em vista que os filhos deixam a casa de seus pais para estudar, trabalhar, entre outras razões, ocasionando fragmentação nos arranjos familiares e resultando em um aumento no total de famílias. Já as mudanças sociais e culturais estão atreladas ao menor número de matrimônios, aumento das separações e novo papel da mulher na família e no mercado de trabalho.

Neste sentido, ainda de acordo com os autores, embora o modelo “tradicional” de famílias constituídas pelo casal com filhos continue predominante, sua importância em termos numéricos reduziu-se consideravelmente. Entre os anos de 1981 e 2006, o tamanho médio das famílias reduziu-se de 4,3 para 3,1 integrantes.

Em relação ao local de domicílio, Leone et al. (2010), indicam que esta redução no tamanho das famílias deu-se inicialmente e de forma mais intensa nas áreas urbanas e entre as mulheres com níveis socioeconômicos e educacionais mais elevados. Entretanto, nos últimos anos tem se observado no Brasil que este acontecimento se generalizou inclusive entre as mulheres mais pobres e com menor escolaridade.

Ademais, essas mudanças foram também expressivas nas áreas rurais. Por exemplo, entre 1981 e 2011, reduziu de 74% para 58% a participação das famílias nucleares e aumentou de 4% para 12% a participação dos casais sem filhos (SAKAMOTO; MAIA, 2013).

Tratando-se do Rio Grande do Sul, de acordo com dados de 2015 divulgados no final de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 34% das famílias gaúchas não

possuem filhos, o que deixa o estado mais representativo desta situação, seguido de Santa Catarina com 33,5%, enquanto que o estado do Amazonas tem o menor índice de famílias sem filhos (21,8%).

Desde 2011, o estado do Rio Grande do Sul aparece como o lugar no país onde mais se registra a ausência de filhos. Nos últimos dez anos, o arranjo familiar formado por casal sem filho se tornou no estado o segundo em participação, ficando atrás apenas das famílias com uma única criança. Ao se analisar o dado dos últimos dez anos constata-se uma redução no tamanho das famílias gaúchas. Em 2004, 13,1% dos pesquisados relataram ter três ou mais filhos, caindo para 6,9% em 2015 (IBGE, 2016).

Tratando-se especialmente do meio rural, Maia (2014) ressalta que, simultaneamente a redução no número de filhos reduziu-se também a disponibilidade de mão de obra para a atividade agrícola. Sobre esta questão, os dados dos Censos Agropecuários apontam que desde 1980 se observa uma redução no número médio de pessoas por família ocupadas na agricultura. Em 1980 eram 4,10; passando para 4,03 em 1985; 3,65 em 1996; e 3,20 em 2006.

Essa diminuição no número total de pessoas ocupadas sinaliza uma tendência importante em relação às ocupações na agricultura, embora o número total de estabelecimentos agropecuários tenha apresentado uma tendência de aumento. Ou seja, mesmo gerando mais estabelecimentos agropecuários (avanço sobre o Cerrado e Amazônia e também por conta dos assentamentos de reforma agrária) os dados indicam que o cenário é de núcleos familiares menores e menos pessoas ocupadas na agricultura.

A esse respeito, Silvestro et al. (2001) indica que o reduzido número de pessoas por famílias ocupadas na agricultura, sobretudo jovens, acaba ocasionando problemas semelhantes aos visíveis na Europa, que é o destino comprometido de grande quantidade de propriedades familiares devido à ausência de sucessores para dar continuidade às propriedades, especialmente as familiares.

Por fim, cabe ainda destacar que a evolução nas variáveis demográficas mencionadas, especialmente redução no número de filhos devido à redução nas taxas de fecundidade que atingem a população como um todo, incluindo a população rural, e tratando-se especialmente desta última, somada a migração no sentido rural/urbano da população jovem e em idade ativa, emergem desafios para a manutenção das propriedades familiares no médio e longo prazo. As questões demográficas observadas no meio rural ao longo do tempo serão mais bem retratadas na seção seguinte.

2.3 AS TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS E O MEIO RURAL BRASILEIRO

O Brasil passou por grandes transformações econômicas e sociais em meados do século XX, deixando de ser uma sociedade predominantemente rural para se tornar uma sociedade predominantemente urbana (ALVES; CAVENAGHI, 2012). Assim, apesar das relativas controvérsias na delimitação do espaço rural *versus* espaço urbano¹¹, estudos¹² apontam para um acelerado processo de redução da população rural brasileira, sobretudo a partir dos anos 60.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o decréscimo da população rural brasileira é visível a cada contagem de Censo Populacional (IBGE, 1991). Conforme o Censo de 1991, a população que residia no meio rural era de aproximadamente 36 milhões de pessoas, diminuindo para aproximadamente 30 milhões em 2010. No caso do estado do Rio Grande do Sul, o cenário não é distinto. De acordo com dados do Censo Populacional de 1991, a população rural perfazia um total de aproximadamente 2,1 milhões de pessoas, reduzindo para aproximadamente 1,5 milhões em 2010, havendo um decréscimo em torno de 25%. O município de Frederico Westphalen não foge do padrão federal e estadual. Analisando esta mesma fonte de dados (Censos Demográficos), evidenciou-se que residiam no município em 1991, 10.169 pessoas no meio rural, diminuindo para 5.510 em 2010, representando uma redução de 45,8%.

Essa tendência de esvaziamento do meio rural brasileiro, mesmo em ritmo mais lento, permanece presente. Dentre os fatores que contribuem para esta realidade, Maia (2014) destaca fatores endógenos à estrutura familiar, tais como queda nas taxas de fecundidade e fragmentação das famílias, bem como redução no tamanho médio das mesmas, como já apontado anteriormente. Além destes, o autor cita os fatores exógenos, sobretudo a adoção de tecnologias na agricultura, que propiciaram liberação de mão-de-obra.

Nos países da América Latina este acontecimento ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980, ocasionando migração para o meio urbano de aproximadamente 27 milhões de agricultores. Simultaneamente a este processo ocorrido no meio rural, acompanhava-se o processo de urbanização e industrialização no meio urbano, o qual se fundamentava na oferta abundante de mão de obra que era predominantemente rural.

Neste sentido, Singer (1987) considera que as migrações decorrem principalmente de mudanças nas regiões de origem dos migrantes. Entretanto, o autor salienta que, apesar da

¹¹Conforme mostra o trabalho de Veiga (2002).

¹²Camarano e Abramovay (1999); Anjos e Caldas (2005).

migração em massa dos agricultores e conseqüentemente a diminuição na população empregada em atividades agropecuárias (Tabela 1), a produção de alimentos não foi comprometida, devido as mudanças decorridas na base técnica.

Tabela 1: Participação do emprego agrícola no emprego total. Brasil e grandes regiões, 2003 a 2013 (%)

	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	12	13,07	10,49	10,1	8,33	7,69
Norte	9,46	13,8	11,73	12,79	11,93	10,48
Nordeste	22,57	23,68	18,88	18,26	13,94	12,57
Sudeste	8,34	9,22	7,25	6,95	5,84	5,53
Centro Oeste	14,96	16,64	14	12,13	10,95	10,46
Sul	8,42	8,06	7,2	6,72	5,9	5,26

Fonte: Adaptado de Mattei (2015b), com base nos dados do IBGE e PNAD.

É possível evidenciar que, houve uma diminuição considerável na participação do emprego agrícola no emprego total no Brasil, com exceção da região Norte, que aumentou seu contingente de pessoas ocupadas em empregos agrícolas em 17,09%, entre os anos de 2003 e 2013.

No caso do país como um todo o decréscimo foi de 41,91%. Em relação as regiões onde a diminuição foi mais intensa destaca-se a região Nordeste, com 47,39%, seguido da região Sudeste com 42,90%, região Sul com 39,75% e, por fim, Centro Oeste com 38,17%.

Por outro lado, pode-se inferir que ocorreu o inverso com a produção agrícola, conforme destacado anteriormente, a qual cresceu em ritmo bastante acelerado, amparada por elevados ganhos de produtividade. Face a esta dupla dimensão (crescimento da produção agrícola e redução da população empregada nestas atividades), Buainain et al. (2013) apontam este “processo” como uma das sete teses de desenvolvimento rural¹³.

De acordo com a percepção dos autores, ocorre no país processo semelhante ao ocorrido na Argentina, o qual caracteriza-se pelo desenvolvimento bastante exitoso dos setores produtivos agropecuários, porém concomitante a ele, ocorre um drástico decréscimo demográfico da população que vive no meio rural. Sob esta tese, se estabelece neste meio o predomínio da agricultura de larga escala, alta eficiência produtiva e tecnológica seguido do esvaziamento demográfico. Nas palavras dos autores:

¹³ Para maiores informações consultar “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro”, de autoria de Antônio Márcio Buainain; Eliseu Alves; José Maria da Silveira; Zander Navarro (2013).

Jamais ocorreu no Brasil uma política de desenvolvimento rural. Inexistindo tal ação governamental, o desenvolvimento agrário brasileiro vai impondo uma via argentina, o esvaziamento demográfico do campo, o predomínio da agricultura de larga escala, a alta eficiência produtiva e tecnológica, e o posicionamento, no caso brasileiro, como o maior produtor mundial de alimentos (BUANAIN et al., 2013, p. 119).

Favareto (2014) se manifesta contrário a esta tese, pois acredita que a mesma não se sustenta, devido a falhas conceituais e empíricas. Sob a perspectiva conceitual, o autor considera que se experimentou, sim, no Brasil, uma trajetória de desenvolvimento nos espaços rurais, em grande proporção influenciada por políticas públicas.

Já em relação ao equívoco empírico, Favareto (2014) não concorda com os autores, pois os mesmos visualizam uma dinâmica homogênea no país sem considerar a forte heterogeneidade que marca os espaços rurais. O autor exemplifica sua visão indicando que nos Cerrados brasileiros talvez esteja realmente ocorrendo uma dinâmica de desenvolvimento marcada pelas características associadas (grandes propriedades altamente tecnificadas e esvaziamento demográfico dos campos), entretanto, seria errôneo afirmar que esta configuração se encontra igualmente presente em outras regiões ou mesmo que isto seja uma tendência generalizada.

Neste mesmo contexto, Mattei (2015a), por meio de uma análise crítica a respeito das mesmas teses, explica que os autores afirmam existir uma semelhança entre os processos de transformação que tem ocorrido no meio rural brasileiro e nos Estados Unidos, e concorda com esta observação tendo em vista a ocorrência da revolução verde em ambos os países. Entretanto, para Matei, isso se denominaria de “Via Norte Americana” de desenvolvimento agrícola e não de “Via Argentina” como apresentado na sétima tese.

A respeito destas diferentes concepções teóricas é preciso destacar que um estudo de caso como este não permite confirmar ou refutar a (suposta) tese de Buainain et al. (2013), mas também não permite confirmar o que defendem Favareto e Mattei. No entanto, tanto os dados secundários (IBGE, entre outros) quanto os dados primários (pesquisa de campo) em relação à Frederico Westphalen sinalizam redução da população rural e das pessoas ocupadas na agricultura.

Contudo, o deslocamento da população rural para o meio urbano tende a gerar contornos distintos entre as regiões, os níveis de qualificação, a idade entre outras questões. Neste sentido, Neves e Schneider (2015) corroboram afirmando que as mudanças não são homogêneas e acentuam-se especialmente e com maior intensidade em algumas regiões do país, como o caso da região Sul, e grupos sociais específicos, como os jovens que vivem no

meio rural, os quais são mais propensos a migrarem para os centros urbanos à procura do primeiro emprego e de melhores oportunidades de renda.

De acordo com dados do IBGE, em 1991 residiam no meio rural brasileiro aproximadamente 7 milhões de jovens (15 a 24 anos)¹⁴, reduzindo para aproximadamente 5 milhões em 2010, refletindo em uma redução de quase 27%. No estado, de um total de aproximadamente 3,8 milhões de jovens em 1991, o número baixou para 2,3 milhões em 2010, representando uma redução de mais ou menos 39%. No município de Frederico Westphalen ocorreu a mesma tendência, já que em 1991 a população jovem era representada por um total de 1.892 jovens, diminuindo para 892 em 2010, o que simboliza uma diminuição de mais da metade dos jovens (quase 53%).

Por outro lado, simultaneamente a diminuição da população jovem houve um acréscimo no percentual da população idosa (acima de 60 anos)¹⁵ residente no meio rural. No caso brasileiro, de acordo com dados do IBGE, em 1991 a população idosa perfazia um total de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas, aumentando para aproximadamente 3,3 milhões em 2010. Em relação a população idosa estadual, o acréscimo foi de aproximadamente 20%, tendo em vista que de aproximadamente 217 mil pessoas, houve um aumento para 270 mil. No município, ocorreu o mesmo, entre 1991 e 2010 houve um acréscimo de 23%, ou seja, a população idosa municipal representada por 742 pessoas aumentou para 967 em 2010, havendo desta forma, substancial processo de envelhecimento.

A esse respeito, Maia (2014) indica que houve acréscimo nos índices de envelhecimento da população rural brasileira, que passaram de 9,7% em 1991 para 21,4% em 2010. Ou seja, o número médio de idosos para cada grupo de 100 jovens mais que dobrou, passando de 9,7 para 21,4.

Em relação a região Sul, a qual se encontra em estágio avançado de envelhecimento populacional, Maia (2014) sinaliza dois aspectos principais que contribuíram para essa dinâmica. Em primeiro lugar, a região Sul apresentou a menor taxa de crescimento populacional no país (24% entre 1991 e 2010), refletindo um estágio mais avançado de transição demográfica. Em segundo, as expressivas diferenças entre os ritmos de crescimento populacional urbano, representado por 42% positivo, e rural, representado por 28% negativo.

O mesmo autor (MAIA, 2014) acrescenta que a região Sul merece algumas considerações adicionais, não somente por ser uma região de presença marcante da agricultura

¹⁴ Este recorte etário foi definido com base no IBGE que considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos.

¹⁵ Este recorte etário foi definido com base no IBGE que considera idosas as pessoas com idades acima de 60 anos.

familiar, mas também pela sua relevância em termos de produção agrícola do país. Contudo, apesar da região Sul apresentar, tradicionalmente, uma agricultura familiar dinâmica e bons indicadores de desenvolvimento humano, a migração rural urbano persiste, o que nos sugere que a migração não pode ser associada unicamente à pobreza presente no meio rural, mas também, por exemplo, à atração que a dinâmica socioeconômica urbana exerce sobre a atividade rural.

Em síntese, esta nova dinâmica demográfica (redução da participação dos grupos etários mais jovens e pelo crescimento daqueles mais idosos) representa no médio e longo prazo o comprometimento do processo de sucessão da atividade agrícola familiar, colocando em risco a sustentabilidade da mesma, bem como da própria sociedade rural como um todo, visto que os jovens constituem a força renovadora para o desenvolvimento desta forma social de organização do trabalho e da produção.

Ou seja, a migração dos jovens, atrelado à redução no número de filhos (discutido na seção anterior), acaba reduzindo os candidatos potenciais a permanecer na atividade agrícola. Diante destes fenômenos as perspectivas sucessórias na agricultura, especialmente a familiar, ficam restritas, com grandes chances dos poucos candidatos que restam a sucessão migrarem para o meio urbano após concluírem o ensino básico.

Diante dessas questões, Neves e Schneider (2015) corroboram afirmando que há crescente preocupação em relação a viabilidade da agricultura familiar e a disponibilidade de força de trabalho no meio rural, tendo em vista que a reprodução deste tipo de agricultura é predominantemente endógena, de modo que a diminuição da população jovem reduz as perspectivas de reprodução dessa atividade econômica.

Considerando as discussões até aqui apresentadas, evidencia-se a ocorrência de importantes mudanças no padrão e dinâmica populacional das famílias e da sociedade como um todo ao longo do tempo. As quedas nos níveis de fecundidade e a permanente migração da população rural para as áreas urbanas, sobretudo da população jovem, são fatores fundamentais para a compreensão desta dinâmica.

Conforme salienta Maia (2014), a família rural, que em 1991 caracterizava-se por um casal com dois filhos, nos dias atuais caracteriza-se por um casal com um filho em idade escolar, com grandes probabilidades de este jovem alcançar níveis mais elevados de escolaridade comparativamente com seus pais e migrar para o meio urbano, a fim de obter um emprego mais bem remunerado nesse local.

Diante das discussões levantadas até o momento, é possível constatar as dificuldades que envolvem a reprodução social e econômica da agricultura, especialmente a familiar, ao analisarmos às propriedades familiares sob um prisma demográfico.

Deste modo, para melhor compreender estes processos é necessário entender o que é a agricultura familiar, dada sua importância no desenvolvimento econômico rural do país. Assim, no capítulo seguinte será apresentada uma revisão teórica e conceitual acerca da agricultura familiar, bem como da sucessão como forma de reprodução desta forma social de trabalho e produção, as quais também serviram de base para o desenvolvimento deste estudo.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E SUCESSÃO

Este capítulo apresenta as principais contribuições teóricas associadas a compreensão da agricultura familiar e da sucessão, estando organizado em duas seções. Na primeira, objetiva-se contextualizar a agricultura familiar, apresentando os principais elementos que a literatura indica serem fundamentais ao estudo da agricultura familiar, com destaque àqueles vinculados aos objetivos deste trabalho. Já a segunda seção do capítulo consiste em abordar os principais estudos realizados a respeito da sucessão como forma de reprodução social da agricultura familiar, bem como algumas delimitações conceituais e as mudanças pelas quais o processo sucessório atual tem passado.

3.1 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS ACERCA DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR

Nesta seção apresentam-se alguns dos elementos fundamentais que marcam o debate em torno dos aspectos teóricos e conceituais acerca da agricultura familiar. Cabe destacar que, para além da definição institucional e normativa, existe vasta e diversa literatura nacional e internacional que discorre sobre esta forma social de organização do trabalho e de produção.

O debate em nível internacional calçou-se, principalmente, nos clássicos estudos de Karl Marx, Vladimir Lenin, Karl Kautsky e Alexander Chayanov. Seguido pelo debate neomarxista nos estudos de Henry Bernstein, Harriet Friedmann e David Goodman. Já o debate mais contemporâneo encontra-se nos escritos de Eric Wolf e Hugues Lamarche em nível internacional, e Ricardo Abramovay, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Sérgio Schneider, Jan Douwe Van der Ploeg entre outros, no âmbito nacional. Os debates destes intelectuais agregam perspectivas teóricas diversas, mobilizando conceitos tanto da sociologia e antropologia, quanto da economia.

Face a estas distintas abordagens e formulações teóricas, há certa dificuldade em estabelecer um conceito mais amplo a este segmento, devido às controvérsias que variam de acordo com a concepção dos autores. Conforme salienta Schneider (2006), as principais divergências dizem respeito às múltiplas especificidades em relação aos aspectos sociais e econômicos que caracterizam a produção de base familiar nos diferentes países.

Entretanto, não é o foco deste estudo recorrer minuciosamente a toda trajetória deste debate realizado pelos diversos pensadores clássicos e contemporâneos e analisar as distintas

perspectivas teóricas, tendo em vista que já há um vasto acúmulo de autores¹⁶ que se propuseram a realizar importantes revisões da literatura sobre o tema. Contudo, é importante realizar uma reflexão teórica que possibilite apresentar alguns traços fundamentais que marcam os estudos sobre a agricultura familiar.

De modo geral, no conjunto das contribuições mais clássicas, com exceção dos estudos chayanovianos, que apesar de um foco microeconômico da unidade de produção familiar atentaram-se às questões demográficas, houve pouca preocupação por parte dos demais autores em discutir as transformações mais gerais acerca das tendências demográficas e procurar entender em que medida essas transformações poderiam representar, e se de fato representariam, um risco para a reprodução das formas familiares de agricultura.

Cabe destacar ainda que, no contexto mais atual, estas questões até então quase exclusivamente relacionadas à população urbana (envelhecimento, redução drástica do número de filhos, entre outras questões), discutidas no capítulo anterior, adquirem maior relevância, pois passam a fazer parte cada vez mais do cotidiano do meio rural e da agricultura familiar.

Com isso, apresentam-se os principais elementos que a literatura indica serem fundamentais ao estudo da agricultura familiar, com destaque para aqueles vinculados aos objetivos deste trabalho.

De acordo com Baiardi e Alencar (2014), em meados do século XIX, a agricultura familiar enquanto unidade de produção passa a ganhar maior relevância por parte dos pensadores do meio econômico e social, ou seja, a agricultura teve um tratamento específico e diferenciado ao longo da história do pensamento econômico.

Inicialmente a agricultura era considerada uma atividade superior às demais devido a sua função de prover alimentos para a satisfação das necessidades da população. Nos autores clássicos a agricultura perde essa supremacia e passa a subordinar-se a lógica do capitalismo industrial.

A análise de como a ciência econômica tratou da agricultura ao longo da história é descrito a seguir com base na apreciação de Corazza e Martinelli Júnior (2002). De acordo com os autores, na pré-história da ciência econômica (Antiguidade e Idade Média), a agricultura possuía um papel superior comparativamente às demais atividades, tendo em vista que somente a agricultura gerava alimentos necessários a sobrevivência. Deste modo, seu papel era central.

¹⁶ Abramavay (2007), Schneider (2009).

Na sequência, Corazza e Martinelli Júnior (2002) destacam a escola fisiocrática de pensamento, fundada por François Quesnay. Para os pensadores dessa corrente, a riqueza das nações dependia da agricultura, sendo ela o único setor produtivo da economia capaz de produzir alimentos. Para tanto, toda a atividade econômica deveria se organizar em torno dela. Esta escola dominou o pensamento econômico aproximadamente entre os anos de 1756 e 1776, influenciando posteriormente a economia política clássica.

A respeito da compreensão do papel da agricultura sob o pensamento da economia política clássica, para Corazza e Martinelli Júnior (2002), David Ricardo foi um dos principais representantes, juntamente com Adam Smith e Thomas Malthus. Em Smith, o papel central da agricultura ocupado na fisiocracia é perdido e a principal razão por este acontecimento reside na mudança de foco sobre a origem e a natureza do excedente econômico que passa da terra ou do trabalho agrícola para o trabalho propriamente dito. Para ele, toda a riqueza das nações é fruto do trabalho humano.

Nesta mesma linha de pensamento destaca-se Thomas Malthus. Na interpretação de Corazza e Martinelli Júnior (2002) a respeito deste pensador, os autores apontam que para ele, a capacidade da agricultura produzir alimentos é limitada e cresce a uma taxa aritmética enquanto que a população cresce a uma taxa geométrica. Na visão de Malthus, a solução dava-se pelo controle populacional e não pelo aumento da produtividade, como já detalhado com maior ênfase no capítulo anterior. Já em Ricardo, a produtividade agrícola condiciona toda a economia, sendo que para este pensador o papel da agricultura é tão importante que o produto da terra teria o poder de dominar a tendência de desenvolvimento econômico, bem como a distribuição de riquezas entre as classes sociais.

Já em Marx, Corazza e Martinelli Júnior (2002) destacam que a agricultura passa a ter um papel subordinado não apenas ao capital industrial, mas também ao processo mais geral de valorização do capital. Como efeito dessa subordinação da agricultura a grande indústria, ocorre a invasão do capitalismo no campo, que além de transformar a forma de propriedade de terras, transforma as relações de trabalho e a própria produção agrícola. Ou seja, a agricultura se transforma em apenas mais um simples ramo da indústria, dominado pelo capital.

Conforme destaca Schneider (2003), esta seria certamente uma das vertentes analíticas que mais se dedicou aos estudos relacionados às sociedades rurais e à agricultura. De acordo com o mesmo autor, as discussões levantadas pelos clássicos apontavam para o desaparecimento dos agricultores familiares com o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura (SCHNEIDER, 2003).

A esse respeito, Marx (1982), em suas interpretações referentes ao futuro do campesinato, considerava que a agricultura camponesa estava em rápida transformação, nas quais os camponeses, como simples produtores de mercadorias, não conseguiriam acumular capital, tendo em vista que estes não exploravam trabalho alheio, por isso, perderiam suas terras ou seriam substituídos por máquinas. Sendo assim, seu destino seria o assalariamento nas manufaturas urbanas, visto que não conseguiriam competir com o processo de produção capitalista na agricultura. Em outras palavras, para este pensador, o campesinato era incompatível com a sociedade moderna capitalista, portanto, tenderiam ao desaparecimento.

Depois de Marx, ainda dentro do marxismo, destacam-se duas grandes vertentes, porém sob a forma de “questão agrária”. A primeira vertente possui sua base nos seguidores de Marx, sobretudo Kaustky e Lênin, que visualizavam a invisibilidade da reprodução camponesa sobre o capitalismo. O eixo central de seus pensamentos refere-se a preocupação com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a abordagem utilizada possui nível macro.

A segunda vertente é sustentada por Chayanov, que ao contrário da anterior, trata-se de uma abordagem com enfoque inverso, ou seja, sua ênfase é micro, na qual o autor centra suas análises na lógica interna da produção camponesa e familiar.

Em relação às contribuições dos autores acima citados, Kautsky (1986), no final do século XIX, publicou o livro “A Questão Agrária”. Na referida obra, o autor analisou a evolução da agricultura capitalista na Europa. A ideia central de sua teoria era que os pequenos camponeses estavam em vias de desaparecimento, tanto pela supremacia tecnológica dos grandes agricultores capitalistas, quanto pelo intenso processo de integração da agricultura à indústria. Em suma, assim como Marx, Kautsky não previa nenhum futuro possível para a agricultura camponesa.

Já Lênin (1988), em seu estudo sobre “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, também apontava a inferioridade na agricultura camponesa comparativamente à agricultura capitalista (tecnificada e de larga escala). Entretanto, nos trabalhos de Lênin, diferente dos de Kautsky, o autor identifica a existência de heterogeneidade no mundo rural, o que resultou na ideia central de sua obra, que consiste na diferenciação social do campesinato, que se diferiria entre ricos, médios e pobres, produzida pelo avanço das relações capitalistas no campo.

Ainda a respeito do debate clássico, porém sobre outra perspectiva, destacam-se as contribuições de Chayanov. A análise deste pensador volta-se para o interior da unidade de produção familiar, centrando suas atenções nos processos internos de funcionamento das mesmas. Para Chayanov (1974), a unidade familiar refere-se simultaneamente a unidade de

produção e unidade de consumo. A unidade de produção é determinada pela disponibilidade de membros que se encontram em plenas condições de trabalho. Isto é, pela quantidade máxima de trabalho que estes podem realizar até atingir o limite de sua capacidade física. Já a unidade de consumo diz respeito à todos os membros familiares, tanto aqueles que estão em plenas condições de trabalho quanto os que não estão ou ainda não alcançaram (crianças e idosos), sendo determinada pela quantidade de bens materiais absolutamente necessários à família.

Desta forma, para Chayanov (1974) a família camponesa é reconhecida como um conjunto de produtores e consumidores, ou seja, como uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada predominantemente no casal e seus filhos, agregando outros membros em alguns casos. Com isso, na percepção de Chayanov (1974), o camponês organiza o trabalho de sua unidade familiar de acordo com o tamanho e composição da família por sexo e idade ao longo do ciclo biológico de seus membros, a fim de obter o ponto de equilíbrio ótimo entre consumo e trabalho, tendo em vista que essa relação é afetada pela estrutura interna da família e nível de produtividade da força de trabalho que é aplicada pela mesma. Ou seja, quanto maior for o número de consumidores e menor for a produtividade da força de trabalho, maior será o grau de auto-exploração.

Em suma, Chayanov (1974) parte do princípio de que a família exerce controle sobre o próprio trabalho e sobre o processo produtivo que realiza, sendo capaz de definir as melhores estratégias visando à satisfação de suas necessidades com menor grau de exploração de seu trabalho, isto porque, numa propriedade familiar, a produção está diretamente correlacionada com a auto-exploração do agricultor. Portanto, o que determina as decisões do agricultor é a relação entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho. Em outras palavras, as decisões do agricultor são regidas por uma lógica que Chayanov denominou de “balanço entre o trabalho e o consumo”.

Assim, Costa (1993) ressalta que na medida em que a unidade de produção camponesa se orienta a partir de suas necessidades enquanto unidade de consumo, o desenvolvimento da família, seu crescimento natural, seu envelhecimento, entre outros fatores, exerce permanente pressão para mudar a relação. Isso ocorre, porque é necessário tornar mais efetivos os mesmos recursos materiais disponíveis para fazer frente a tarefas de reprodução expressas por orçamentos crescentes.

Em outras palavras, na concepção de Chayanov existem internamente às famílias mecanismos de controle em relação à força de trabalho, sobre o que seria produzido e consumido, entre outras questões. Desse balanço entre trabalho e consumo deriva o conceito

de “diferenciação demográfica” do campesinato, elaborado pelo mesmo autor. Este conceito coloca-se em contraposição à categoria de diferenciação social desenvolvida por Lenin e é elaborado para explicar que, no decorrer da vida, a família passa por transformações em sua constituição, sendo, portanto, de caráter dinâmico a sua capacidade de trabalho e a sua demanda de consumo, conforme dito anteriormente.

Para Chayanov (1974), o desenvolvimento demográfico da família representa o motor da dinâmica da unidade de produção camponesa no que tange os investimentos e o grau de auto-exploração da força de trabalho. Além disso, este equilíbrio demográfico será também afetado pela dimensão da terra, sujeita a alterações por meio de herança, casamentos, entre outros arranjos.

Diante desse contexto, na perspectiva Chayanoviana (família como detentora dos meios de produção e definidora das necessidades de consumo) os aspectos demográficos assumem fundamental importância no contexto interno da unidade familiar, tendo em vista que a família, durante sua vida, enfrenta diversos ciclos demográficos, os quais influenciam tanto a oferta de trabalho quanto o nível de consumo.

A obra de Chayanov foi fonte de inspiração, mais tarde, para outros pensadores, inclusive para autores com formação estritamente neoclássica, que retomam e desenvolvem suas contribuições, conforme escreve Abramovay (1992) na obra “*Paradigma do capitalismo agrário em questão*”. Na referida escrita, o autor ressalta que por volta da década de 1960 uma série de modelos microeconômicos sobre o comportamento do camponês foram elaborados baseado no pensamento precursor de Chayanov.

Dentre os autores responsáveis por estes modelos, Abramovay (1992) cita as contribuições de Theodore Schults (1965)¹⁷, Lipton (1982)¹⁸ e Mellor (1963)¹⁹, Sen (1966)²⁰ e Nakagima (1969)²¹, sendo estes três últimos que retomam e desenvolvem ideias rigorosamente chayanovianas, dando origem aos mais importantes modelos sobre o comportamento camponês dos anos de 1960.

¹⁷ SHULTZ, T. (1965). A Transformação da Agricultura Tradicional. Zahar, Rio de Janeiro.

¹⁸ LIPTON, M. (1982). Why poor people stay poor. In: Harris, J. Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change. Hutchinson University Library, London. pp. 66-81.

¹⁹ MELLOR (1963) The USE and productivity of Farm Family Labor in the Early Stages of Economic Development. J. Farm. Econ. 45: 517-543.

²⁰ SEN, A. K. (1966). Peasants and Dualism with or without Surplus Labor. In: The Journal of Political Economy, v. LXXIV, n. 5: 425-450.

²¹ NAKAGIMA, S. Adaptation of the generator potential in the crayfish stretch receptors under constant length and constant tension. Journal of Physiology 200, 187-204.

Para estes três pensadores²² vistos como continuadores do trabalho de Chayanov, as relações entre as necessidades de consumo da família e o trabalho necessário para que sejam atingidos é a base para o estabelecimento de um equilíbrio microeconômico em torno do qual o campesinato se define. Esse equilíbrio é inalterável enquanto o comportamento da família for determinado por causas exclusivamente endógenas, ou seja, internas a unidade familiar (ABRAMOVAY, 1992).

Seguindo o debate em torno dos aspectos teóricos e conceituais acerca da agricultura familiar, emergem, aproximadamente no final dos anos 70, os debates neomarxistas, no âmbito da “Sociologia da Agricultura”.

O debate travado por autores deste pensamento refere-se a permanência e a reprodução da produção familiar a partir da releitura dos autores clássicos. Em outras palavras, estes estudos centravam-se em explicar a persistência das propriedades agrícolas baseadas no trabalho familiar, tendo em vista que, os pensadores clássicos que visualizavam o desaparecimento das explorações de base familiar não conseguiram dar sustentação às suas teses.

Schneider (1997), em um ensaio a respeito do tema intitulado “Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana”, tendo como base três obras de referência²³ desta corrente de pensamento constata que a grande maioria dos estudiosos que integram esta nova abordagem teórico- metodológica são oriundos de países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos. De acordo com o mesmo autor, essa abordagem define-se, acima de tudo, em oposição e negação aos pressupostos da sociologia rural, sendo influenciada pela tradição marxista clássica (Marx, Lenin e Kaustky).

Conforme destaca Schneider (2003), a resiliência das formas familiares de produção perante o capitalismo deve-se basicamente a duas razões. A primeira diz respeito aos obstáculos naturais ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Sobre este enfoque, destaca-se o autor David Goodman.. Na revisão de Schneider (2003) a respeito da concepção de Goodman, o autor argumenta que a indústria não se apropria do processo produtivo agrícola, mas se torna fornecedora de equipamentos e insumos e processa a matéria-prima.

Já, a segunda razão diz respeito às especificidades da agricultura familiar e a “produção simples de mercadorias” ou “pequena produção de mercadorias” conceito este debatido pelos autores Friedmann e Bernstein. Portanto, é também no interior da chamada

²² MELLOR, 1963, SEN, 1966; NAKAGIMA, 1969.

²³ (BUTTEL; NEWBY, 1980; FRIEDLAND et al., 1991 e BUTTEL et al. 1991).

“Sociologia da Agricultura” que se desenvolveu o debate da mercantilização. Os referidos autores propuseram este conceito como alternativa às formas sociais não capitalistas presentes na agricultura (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

De acordo com os mesmos autores, este conceito já havia sido utilizado por Marx para caracterizar as formas pré-capitalistas que não estavam completamente inseridas nos processos de reprodução ampliada do capital. Os autores, analisando os escritos de Friedmann, evidenciaram que nessas unidades de produção há relações sociais específicas, tais como o uso do trabalho familiar não remunerado, as relações de parentesco e o acesso à terra via herança, o que possibilitou que as mesmas persistissem ao ambiente capitalista.

Como podemos evidenciar até aqui, a agricultura de base familiar, mesmo que sobre outras denominações (camponeses, pequenos produtores, entre outros) não se refere a uma categoria social recente. Entretanto, no Brasil, a expressão emergiu tardiamente se comparada a tradição dos estudos sobre o tema nos países desenvolvidos, ou seja, é apenas nas últimas décadas, por volta de 1990, que o termo passa a ganhar maior relevância e visibilidade. Esse reconhecimento envolve tanto questões políticas quanto questões acadêmicas.

No âmbito acadêmico, Schneider (2003), destaca os estudos realizados por Abramovay, Veiga e Lamarche como pioneiros. Para o autor, esses estudos conferiram um estatuto teórico a esta categoria dando visibilidade a ela. De acordo com a formulação de Abramovay (1998), em sua obra “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, o autor evidencia que a agricultura familiar é capaz de incorporar avanços do desenvolvimento tecnológico sem perder o caráter familiar de gestão e do processo de trabalho. Para o autor, os agricultores familiares adaptam-se aos novos padrões produtivos a fim de garantir sua reprodução social como agricultores.

Conceitualmente abordando o termo agricultura familiar sob um aspecto teórico, destacam-se algumas definições encontradas na literatura. Abramovay (1998) define este tipo de agricultura como um segmento no qual a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho provem de indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento.

Os atributos gestão, propriedade e trabalho, são também ressaltados por Lamarche (1993). Nas palavras do autor, a agricultura de base familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola na qual propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Nesta mesma perspectiva, conforme a concepção de Wanderley (2001) a agricultura familiar refere-se a um estabelecimento produtivo no qual a família, além de proprietária dos meios de produção, assume o trabalho do mesmo.

Outra importante definição é apontada por Gasson e Errigton (1993), na qual os autores destacam que a agricultura familiar pode ser definida basicamente por seis características:

- a) a gestão é realizada pelos proprietários da unidade de produção;
- b) os responsáveis pelo empreendimento são ligados por laços de parentescos;
- c) o trabalho é fundamentalmente realizado pela família;
- d) o capital pertence ao grupo familiar;
- e) o patrimônio e os ativos são objetos de transferências de geração em geração dentro da própria família; e
- f) os membros da família vivem na unidade produtiva.

Além destes, Schneider (2003) apresentou importantes contribuições acerca do conceito de agricultura familiar. Para este autor, a família, entendida como um grupo social compartilha um mesmo espaço, possuindo em comum a terra. Esta ligação ocorre por laços de consanguinidade e parentesco entre si, podendo pertencer, ainda, outros membros não consanguíneos, em casos de adoção.

No que tange aos aspectos relacionados à reprodução social deste tipo de agricultura, o mesmo autor, Schneider (2003), elenca a natureza familiar como determinante. Para o autor, é na família que estão presentes elementos como relações de parentesco, herança e a lógica interna de ação da família que irão determinar suas escolhas e estratégias.

Em suma, com base nos aportes teóricos contemporâneos analisados, evidencia-se que as características centrais da agricultura familiar se fundamentam no fato de que gestão, trabalho e propriedade dos meios de produção encontram-se sobre a responsabilidade da família e que as relações de parentesco e herança são de fundamental importância para a reprodução social desta forma de produção.

Já no âmbito político das questões que envolvem a agricultura familiar e seu reconhecimento, autores como Picolotto (2014) e Grisa e Schneider (2015), destacam que este processo teve início predominantemente após o período da ditadura militar com a redemocratização, pelo fato de que durante estes vinte anos (1964- 1985) nos quais os governos militares estavam no poder, predominava um ambiente hostil para os representantes sociais ligados a movimentos sociais, não havendo desta forma espaços para discussões e reivindicações para construção de políticas públicas específicas para este segmento.

Neste sentido, a partir deste período com a redemocratização houve intenso movimento de rearticulação de alguns movimentos sociais, tais como a Confederação

Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que reivindicavam a intervenção do Estado na formulação de políticas públicas diferenciadas. Essas mobilizações e atuações resultaram em manifestações como os “Gritos da Terra Brasil”, os quais mobilizaram trabalhadores de distintas regiões do país (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A partir deste cenário de intensa atividade e de articulação dos movimentos sociais que reivindicavam a formulação e implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas, bem como o diálogo com a academia e o governo, desencadeou-se a criação do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” (Pronaf), em 1995, o qual permitiu o acesso a diversos serviços ofertados pelo sistema financeiro nacional até então negligenciados aos agricultores familiares (MATTEI, 2014). A esse respeito, conforme ressalta este mesmo autor, até 1990 não havia nenhum tipo de política pública de abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares.

Desta forma, a implantação do Pronaf demarca, pela primeira vez no país, a destinação de recursos econômicos financiados pelo Estado para os agricultores familiares (CAZELLA; MATTEI, 2004). Ainda hoje, Grisa e Schneider (2015) destacam que o Pronaf constitui-se como a principal política agrícola para a agricultura familiar com abrangência nacional. Posteriormente, a partir da criação do Pronaf, várias outras políticas públicas de desenvolvimento rural foram pensadas e elaboradas. Nesse contexto, a agricultura familiar se afirmou como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro e passou a ser um público assistido pelo Estado.

Somada à criação do Pronaf, cabe destacar outra importante ação, a qual foi implementada ao final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), referente à criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujo objetivo era tratar das questões relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária, cabendo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a responsabilidade pelas atividades agropecuárias empresariais (PICOLOTTO, 2015). Entretanto, este Ministério acabou sendo extinto em Maio do ano de 2016.

Por fim, destaca-se que a agricultura familiar tornou-se uma categoria reconhecida e legitimada pelo Estado e pela sociedade, a partir da criação de um quadro normativo específico que a regulamenta, por meio da Lei n. 11.326, de 24 de Julho de 2006 também conhecida pela Lei da Agricultura Familiar (NIEDERLE et al., 2014), para fins legais e de

acesso a políticas públicas, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e que atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais²⁴;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder executivo;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Para além da legitimação da agricultura familiar como modelo social de produção e trabalho, o peso e a importância da agricultura familiar no cenário econômico podem ser verificados por meio de dados estatísticos, nos quais é demonstrado seu relevante papel na economia brasileira²⁵.

Cabe ainda salientar que, para além da importância econômica, a agricultura familiar apresenta grande relevância social, sendo responsável pela “produção das novas gerações de agricultores”, conforme destaca Spanevello (2008). Contudo, em períodos mais recentes, sua continuidade tem sido ameaçada, especialmente pela crescente saída dos jovens do meio rural. Neste sentido, Brumer (2014) assinala que a sociedade mudou e, da mesma forma, também mudaram os padrões sucessórios e a perspectiva de os agricultores poderem contar com algum de seus filhos para permanecerem no estabelecimento agrícola familiar na condição de sucessores.

A esse respeito, Spanevello et al. (2014b) corrobora afirmando que a agricultura familiar vem enfrentando dificuldades especialmente no que tange a manutenção das propriedades através das gerações. Embora que, no Brasil, os problemas relativos à reprodução social deste tipo de agricultura não atingiram, ainda, a mesma dimensão que na Europa, o interesse pelo tema tornou-se bastante recorrente. Diante disso, a seção seguinte

²⁴ O módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares, conforme a localização do município (LANDAU et al., 2012).

²⁵ No cenário econômico nacional, a importância da agricultura familiar é verificada por meio de dados estatísticos, especialmente provenientes do IBGE. De acordo com o último Censo Agropecuário (2006), apontou-se que, há no Brasil um total de 5.175.489 estabelecimentos, destes 4.367.902 são familiares, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, os quais ocupam apenas 24,3% da totalidade da área. Os estabelecimentos agropecuários familiares são fundamentais para a manutenção da segurança alimentar e nutricional do país, sendo responsável pela produção de grande parte dos alimentos (87% da produção de mandioca, 70% de feijão, 46% de milho, 38% de café, 34% arroz, 58% leite, e cerca de 60% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, e 30% de bovinos) (IBGE, 2006). A agricultura familiar é ainda responsável pela ocupação de grande contingente populacional no meio rural, ou seja, os estabelecimentos familiares ocupam cerca 12,3 milhões de pessoas, correspondentes a 74,4% do total do pessoal ocupado na agricultura brasileira (WANDERLEY, 2015).

consiste em apresentar uma revisão sobre a sucessão familiar abordando aspectos teóricos e conceituais e alguns estudos realizados que marcam este debate.

3.2 A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E FATORES CONDICIONANTES

A preocupação em torno da sucessão e, como resultado, com o futuro da agricultura familiar, tem sido constante nos países capitalistas há muitas décadas, tendo chegado ao Brasil posteriormente, apenas no final dos anos de 1980.

Na Europa, mais especificadamente na França, os primeiros estudos²⁶ referentes a sucessão ocorrem ainda em 1960, onde destacam-se autores como Pierre Bourdieu, que tratava do celibato dos filhos e da migração feminina, e Patrick Champagne, que abordava existir uma “crise” na reprodução social da agricultura desse país, promovida principalmente pelo crescente desinteresse dos filhos em seguir a ocupação dos pais.

No Brasil, os estudos em torno desta temática foram elaborados inicialmente na região sul do país por autores como Abramovay et al. (1998) e Silvestro et al. (2001), no estado de Santa Catarina, Weisheimer (2004), no estado do Rio Grande do Sul, e Brumer e Spanevello (2008), nos três estados do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Registra-se ainda o estudo realizado por Castro (2005) no estado do Rio de Janeiro.

Conforme ressalta Brumer (2014), a preocupação com o tema decorre especialmente devido a ampliação proporcional da migração jovem e principalmente do sexo feminino, provocando tanto a diminuição da população rural face à população urbana como um maior índice de masculinização e de envelhecimento no campo²⁷. Como resultado dessa migração, muitas propriedades agrícolas familiares apresentam perspectivas de não permanecer na mesma família após a aposentadoria ou o falecimento dos atuais proprietários.

No conjunto, os estudos²⁸ realizados no âmbito nacional analisam as perspectivas sucessórias, ou seja, o desejo dos filhos em permanecer ou não no meio rural e nas propriedades paternos. Além disso, essas pesquisas procuram evidenciar as causas do crescente desinteresse dos jovens (de ambos os sexos) em permanecer na atividade agrícola na condição de sucessores. No entanto, estes trabalhos pouco refletem sobre os efeitos da não

²⁶ Pierre Bourdieu (1962), *Célibat et condition paysanne*; Patrick Champagne (1986), *La reproduction de l'identité*.

²⁷ Camarano e Abramovay (1999).

²⁸ Abramovay et al. (1998); Silvestro et al. (2001); Carneiro (2001); Weisheimer (2004), Castro (2005); Brumer e Spanevello (2008), Spanevello (2008), entre outros.

sucessão no médio ou longo prazo, ou seja, sobre o encaminhamento das propriedades e as estratégias montadas pelos pais por ocasião da velhice. Ademais, os trabalhos citados geralmente expressam apenas a perspectiva dos filhos, e não dos pais ou a visão de ambos.

Como resultado, e de modo geral, estes estudos demonstram que grande parte das propriedades enfrenta dificuldades no que tange sua reprodução social no longo prazo. Nestes casos as perspectivas não sucessórias e a não sucessão impõe questionamentos em relação a quem ficará com estas propriedades futuramente ou, até mesmo, qual será o futuro da agricultura familiar (SPANVELLO et al., 2014a), tendo em vista que nestas propriedades os encaminhamentos sucessórios dentro da própria família tornam-se fundamentais para sua continuidade.

A esse respeito, Silvestro et al. (2001), corrobora afirmando que as relações de parentesco são muito importantes, tendo em vista que a grande maioria dos agricultores contemporâneos deu continuidade a atividade paterna, o que não ocorre em nenhuma outra ocupação ou atividade econômica. Na percepção do autor isso ocorre porque os jovens, filhos de agricultores, são dotados de um saber e aprendizagem próprio do meio rural, os quais vão adquirindo ao longo da vida, pois se integram aos processos de trabalho, auxiliando os pais nas tarefas desde muito cedo, sendo que vão, aos poucos, assumindo atribuições de maior importância com o passar do tempo, o que faz deles profissionais altamente qualificados para a agricultura familiar.

No entanto, Carneiro (2001), destaca que este conhecimento adquirido não significa necessariamente que estes jovens planejem seu futuro com olhos voltados à propriedade paterna, haja vista que atualmente as estratégias de sucessão distinguem-se do modelo sucessório tradicional. Sendo assim, as práticas sucessórias não dependem exclusivamente da vontade dos envolvidos (pais e filhos) no processo de transmissão da propriedade familiar, mas depende igualmente do meio, que envolve o contexto histórico, social, econômico, geográfico, entre outros.

Neste sentido, Brumer e Spanevello (2008), destacam que as razões as quais têm levado os filhos a não permanecer no meio rural e na agricultura dependem fundamentalmente das condições econômicas e produtivas das propriedades, das relações familiares, do acesso a lazer e educação, entre outros. Ademais, destacam-se as condições de trabalho, geralmente muito “duras” e a baixa remuneração, quando a atividade agrícola é comparada com outras atividades.

Por outro lado, com relação às perspectivas de permanência dos filhos, os trabalhos de Brumer e Spanevello (2008), Weisheimer (2009), Coradin (2011) e Carneiro e Castro

(2007), mostram que as demandas dos jovens para permanecer no campo são diversas, passando pelas questões econômicas das propriedades, grau de tecnificação e possibilidade de geração de renda agrícola e não agrícolas, do relacionamento e da autonomia estabelecida entre pais e filhos até as demandas por novas formas de lazer, empregos, auxílio de políticas públicas e de instituições de extensão e desenvolvimento voltadas ao público rural.

Conceitualmente, o termo sucessão familiar refere-se a uma noção inserida nos processos de reprodução social da agricultura familiar, sendo este de longo prazo. De acordo com Almeida (1986), a reprodução de ciclo longo compreende a questão geracional, ou seja, a perspectiva de continuidade dos meios de produção para a nova geração, através de processos como sucessão, herança, entre outros.

No geral, autores²⁹ que se dedicaram ao estudo da reprodução social da agricultura familiar argumentam que os agricultores familiares têm como meta tanto a reprodução de si mesmos e de seus familiares, no curto prazo (obtenção de meios de manutenção da vida, tais como alimentação, habitação, cuidados com a saúde entre outros), como a continuidade da unidade de produção familiar através da permanência de pelo menos um de seus filhos, no longo prazo.

Diante disso, a crise na reprodução social da agricultura familiar no longo prazo inicia principalmente devido ao crescente desinteresse dos filhos em seguir a ocupação dos pais, ou seja, a partir do momento em que os filhos se recusam a continuar herdando a terra e produzindo nela. Neste contexto, a migração dos jovens tem acentuado a condição de muitas propriedades familiares não contarem com os filhos para a sucessão (WOORTMANN, 1990).

Mendonça et al. (2013), compreende à sucessão familiar como a ascensão de uma nova geração de agricultores ao comando de uma unidade produtiva, a qual é concluída com a transferência do patrimônio, a saída da geração anterior da gestão do estabelecimento e a continuidade da família e da atividade no estabelecimento. No primeiro momento há a transmissão da terra para a nova geração; no segundo, ocorre a passagem da gestão do estabelecimento. Por fim, a sucessão conclui-se com a redução do trabalho, bem como da gestão da geração anterior sobre a unidade de produção.

Para Lobley (2010), a sucessão refere-se muito mais do que apenas a transferência da propriedade e do controle gerencial da mesma, tendo em vista que o sucessor se beneficia de um conjunto de conhecimentos detalhados sobre a exploração agrícola, sendo estes considerados intangíveis.

²⁹ Almeida (1986); Abramovay (1998); Carneiro (1998); Champagne (1986); Tedesco (1999); Woortman (1995); Lamarche (1993).

Tradicionalmente, cabia a figura paterna o poder e autoridade para determinar qual filho seria o sucessor e o que lhe caberia como herança. Além disso, os pais também determinavam o momento em que a transferência da propriedade ocorreria. Conforme ressalta Spanevello (2008), a transferência tende a se concretizar antes da morte do pai, mas cabe a ele o momento de decidir.

A esse respeito, de acordo com estudo realizado por Paulilo (2004), o autor destaca que, no sul do Brasil a sucessão caracteriza-se como um processo tardio, ou seja, os pais realizam estes encaminhamentos ao final de suas vidas ou a partir do esgotamento da sua capacidade física de trabalho.

Entretanto, Spanevello et al. (2014b) retratam que, os filhos, mesmo sendo os únicos candidatos à sucessão, podem se recusar a ficar no meio rural, pelo fato de que desenvolvem a disposição para outras ocupações, já que, atualmente, as alternativas são maiores comparativamente às aquelas oferecidas às gerações passadas, especialmente no que tange às escolhas profissionais. Além do mais, as novas gerações estão cada vez mais inseridas num campo mais amplo de relações sociais e culturais as quais lhes possibilitam repensar sobre suas identidades e suas realizações pessoais.

Nesta perspectiva, Spanevello et al. (2014a), argumentam que no passado a sucessão familiar não enfrentava problemas referentes à instalação de novas gerações de agricultores, nem mesmo se cogitava a ausência de sucessores entre as famílias. Ou seja, não havia apenas o interesse do pai em instalar o filho como agricultor, mas também havia o interesse do filho em tornar-se um agricultor.

A partir de aproximadamente 1960, esse modelo sucessório vigente até então começa a entrar em crise. De acordo com Abramovay et al. (1998), até este período a agricultura familiar produzia uma nova geração de agricultores com base no critério de que filho de agricultor também seria agricultor.

A respeito disso, Mello (2006) destaca que os agricultores produziam novas propriedades familiares, por meio da repartição de suas terras ou pela aquisição de novas áreas, tendo em vista que o objetivo era a instalação dos filhos de agricultores na atividade agrícola e, assim, a continuidade da profissão paterna. Ainda, de acordo com o autor havia um objetivo em comum de ambas as partes: por um lado, o interesse dos pais em “instalar” seus filhos como agricultores; e por outro, as aspirações dos filhos em seguir a profissão dos pais garantindo assim a propriedade existente ou ampliando o patrimônio.

Deste modo, o processo sucessório centrava-se na estratégia de transferir a propriedade para o filho, geralmente o mais novo e viabilizar a instalação dos demais filhos

como agricultores, tendo em vista o elevado número de filhos nas famílias. Ou seja, os filhos mais velhos deixavam o grupo familiar e o filho mais novo se comprometia em cuidar dos pais na velhice. Enquanto isso não se concretizava, toda a unidade familiar dirigia esforços e elaborava estratégias a fim de viabilizar a instalação dos demais filhos como agricultores. Assim, ocorria a instalação da maior parte dos filhos no meio rural (ABRAMOVAY et al., 1998).

Além do mais, a continuidade da profissão de agricultor por parte dos filhos era visualizada como uma obrigação moral, ou seja, a sucessão era muito mais do que herdar a terra, fazia parte de um compromisso dos filhos em cuidar dos pais na velhice. Neste sentido, para Abramovay et al. (1998), a sucessão não pode ser confundida com herança ou divisão patrimonial, pois a mesma envolve uma preparação para a gestão produtiva do estabelecimento.

Portanto, nessa época, a profissão de agricultor era fortemente valorizada na formação dos filhos. Esta afirmação é constatada por dados empíricos. Em estudo realizado no Oeste de Santa Catarina por Abramovay et al. (1998), todos os 53 agricultores entrevistados eram filhos de agricultores. Situação semelhante foi encontrada anteriormente em estudo realizado por Champagne (1986), na França, onde o autor evidenciou que aproximadamente 85% dos atuais agricultores eram provenientes de pais com a mesma atividade.

Para estas gerações havia o interesse dos próprios filhos em reproduzir o papel de seus pais. Atualmente, Costa et al. (2013) acrescentam que exercer a profissão de agricultor é apenas mais uma das oportunidades de escolha para os jovens. A saída dos jovens do meio rural nos dias atuais não é mais vista como algo fora do comum, ou seja, os próprios pais estimulam e até auxiliam os filhos a migrarem para a cidade, a fim de estudarem e/ou buscarem oportunidades de trabalhos mais promissores.

Mello (2006) ressalta que essa crise no padrão sucessório que prevaleceu até aproximadamente 1960 reside, em parte, no fechamento da fronteira agrícola e o relativo encarecimento das terras, que impossibilitava a aquisição de outras áreas de terra para instalação dos filhos mais velhos. Por outro lado, estes filhos, que foram socializados para serem agricultores, estudaram apenas as séries iniciais, o que não permitia vislumbrar um futuro promissor fora da agricultura. Enquanto isso, nas gerações atuais, os filhos mais novos estão estudando mais visualizando outras oportunidades fora do meio rural, o que acaba os preparando para possivelmente deixar este meio.

Carneiro (1998) acrescenta a política de modernização da agricultura, a ampliação do ensino obrigatório e a concorrência com o mercado de trabalho industrial como alguns dos

fatores que acabaram por fragilizar o controle da família sobre o destino dos seus filhos, fazendo com que houvesse mudanças nos padrões sucessórios tradicionais.

A estas mudanças nos padrões sucessórios acrescenta-se o direito legal dos pais à aposentadoria. No passado, como já destacado, o filho que permanecia com o estabelecimento familiar encarregava-se do cuidado dos pais em sua velhice. Atualmente, o Estado, com base na Previdência Social, assume parte das responsabilidades que antes cabiam aos filhos, o que possibilita uma “desvinculação” entre a sucessão e o sustento dos pais (BRUMER, 2014).

Assim, se no passado a sucessão se referia a um compromisso moral dos filhos em cuidar dos pais na velhice, recebendo a propriedade de herança como forma de recompensa, pelo tempo e recurso financeiro gasto, a aposentadoria possibilita que os pais permaneçam residindo no meio rural, mesmo que sozinhos, sem depender financeiramente dos filhos, devido ao recebimento deste benefício. Acredita-se então que a instituição da aposentaria rural, que permitiu aos agricultores a obtenção de uma renda mensal, de certa forma, contribuiu para diminuir certa pressão que fazia com que pelo menos um filho permanecesse com os pais durante a velhice.

Essa ruptura no padrão sucessório acontece e nenhum outro padrão emerge ocupando seu lugar, implicando nos problemas sucessórios atuais dos agricultores familiares, o que resulta na presença de um número significativo de propriedades sem sucessores e, como consequência, problemas na reprodução social e econômica da agricultura de base familiar. Diante disso, ainda que a família tenha um papel determinante na reprodução biológica e social, há uma recusa por parte dos filhos ao exercício da profissão agrícola.

Toledo e Tonin (2016) indicam que o esgotamento dessa “pressão moral” pela continuidade da profissão de agricultor reflete no esvaziamento das regiões rurais, além do expressivo declínio da população jovem. Desta forma, a reprodução social da agricultura familiar fica comprometida ou sujeita a elaboração de novas estratégias.

Diante destas questões, conforme destacam Spanevello et al. (2014b), o processo sucessório da agricultura familiar vem passando por “reviravoltas”. Deste modo, para manter ou “segurar” um sucessor é necessário “cativar” o mesmo, sendo que para isso os pais adotam distintas estratégias. Conforme os autores, estas estratégias se apresentam em duas dimensões: materiais e simbólicas. Na dimensão simbólica destaca-se a autonomia na gestão do estabelecimento ou mesmo na execução de algumas atividades por parte dos filhos. Já na perspectiva material, os pais garantem bens, tais como terra, imóveis, automóveis, para favorecer a permanência de pelo menos um filho no meio rural.

A percepção de Spanevello et al. (2014b) vão ao encontro das argumentações de Silvestro et al. (2001), nas quais os autores salientam que enquanto nas gerações anteriores praticamente todos os filhos desejavam permanecer no estabelecimento paterno como sucessor, hoje a questão sucessória dá lugar à outra dimensão: assegurar a permanência de pelo menos um filho nas propriedades.

Em síntese, atualmente, embora os agricultores familiares tenham filhos, não significa dizer que terão sucessores para dar continuidade a atividade agrícola. Diante disso, emergem mudanças nos padrões sucessórios, o que impõe desafios para a continuidade das propriedades nos moldes familiares ao longo do tempo. As mudanças nos padrões sucessórios e as estratégias adotadas pelos agricultores diante da não sucessão são apresentadas na seção seguinte.

3.2.1 Mudanças nos padrões sucessórios e a emergência de novas estratégias diante da não sucessão

As mudanças nos padrões sucessórios, ocasionadas, sobretudo pela não sucessão, observados na sociedade em períodos mais recentes impõe aos pais traçar outras estratégias, especialmente no que tange o destino das propriedades familiares. Ou seja, a ausência de sucessores faz com que os agricultores tenham que, em algum momento, tomar uma decisão quanto ao futuro da propriedade familiar.

Nos casos em que não ocorre a sucessão, conforme retratam estudos realizados por Spanevello (2008) e Spanevello et al. (2010), a herança, configurada através da propriedade, acaba se tornando um dilema para os pais. Diante disso, os pais apresentam como principais estratégias, a venda para outros agricultores e o arrendamento para terceiros.

A respeito disso, Spanevello (2008), ao analisar a situação de agricultores sem sucessores constatou que a venda refere-se ao principal encaminhamento, sendo esta apoiada pelos próprios filhos. Enquanto isso, outra parte dos agricultores não pretende vender, mas deixar para os descendentes, embora saibam que estes não retornarão a propriedade para produzir, tendendo a se tornarem sítios de lazer ou ser arrendada por terceiros.

Nos casos de venda da propriedade, Spanevello et al. (2014a) ressaltam que esta decisão é tomada apenas depois que os filhos deixem a propriedade familiar. Contudo, a venda do patrimônio não é uma decisão simples e fácil de ser realizada, porém, mesmo não sendo o desejado, acaba se tornando a uma das únicas soluções encontrada pelos agricultores.

A possibilidade de venda das propriedades pelos agricultores é dada em razão de distintos fatores tais idade avançada dos pais, que reduz a força física na execução dos trabalhos agrícolas, o desestímulo a novos investimentos na infraestrutura da propriedade tendo em vista a não existência dos sucessores para usufruir das melhorias; a preocupação com a solidão e o isolamento tendo em vista que muitos vizinhos e amigos também estão efetuando a venda da propriedade; a motivação dos próprios filhos para a venda, propondo que os pais passem a residir junto aos mesmos na cidade e ficar mais perto de recursos, especialmente no atendimento a saúde, conforme ressalta Spanevello et al. (2014a).

Entretanto, quando a venda ocorre, as propriedades tornam-se suscetíveis à incorporação por outros proprietários rurais. Ou ainda, a venda pode ser efetuada a pessoas residentes do meio urbano, que transformam o estabelecimento em sítio de lazer ou de final de semana (SILVESTRO, et al. (2001).

Já em relação a segunda estratégia, deixar a propriedade familiar para os filhos, a mesma ocorre porque os agricultores demonstram certa resistência em se desfazer da propriedade, buscando assim, alternativas para tentar resolver o impasse sobre o destino da mesma, especialmente entre os agricultores mais idosos, os quais demonstram sentimento de apego e pertencimento à propriedade e à vida construída no meio rural, conforme ressalta Carneiro (1998).

Nestes casos, conforme retratam Spanevello et al. (2014a), embora a terra seja um bem tratado sob a ótica do valor monetário, valores fundados na identidade e apego a terra, tentam, de alguma forma, persistir. Assim, a tentativa de deixar para os filhos visa preservar de alguma forma a continuidade propriedade familiar, buscando manter o valor moral e econômico da terra.

Contudo, as autoras ressaltam que, apesar dos agricultores passarem para os filhos a responsabilidade sobre o futuro da propriedade familiar, o destino a ser dado já é sabido por parte dos mesmos. Ou seja, os agricultores tem clareza de que os filhos ao herdarem as propriedades possivelmente irão vendê-las ou transforma-las em um sítio de lazer ou de final de semana; ou ainda irão arrendá-la para os vizinhos ou interessados na produção agrícola ou outra finalidade. Nestes casos, a dinâmica das propriedades rurais, enquanto atividade agrícola acaba sendo alterada (SPANEVERELLO et al.,2014a).

A respeito disso, conforme destacam Silvestro et al. (2001), a ausência de sucessão na agricultura familiar acaba ocasionando consequências na dinâmica fundiária concentracionista, tendo em vista que as propriedades familiares sem sucessores acabam muitas vezes não reentrando no circuito de reprodução desta mesma agricultura, mas sim,

sendo incorporados à grandes propriedades, onde desenvolvem-se atividades de formas mais extensivas, como a bovinocultura de corte.

Com isso, as instalações residenciais e produtivas existentes nestas propriedades acabam sendo destruídas, bem como os serviços coletivos, tais como escolas, igrejas, centros comunitários, o que ocasiona descaracterização da paisagem local neste processo (SILVESTRO et al., 2001). Adicionalmente, Brumer (2014) destaca o fechamento de escolas rurais, diminuição de atividades sociais e enfraquecimento dos órgãos representativos dos agricultores familiares.

Neste sentido, Silvestro et al. (2001) indicam que o valor do tecido social bem como as relações existentes no meio rural se extinguem quando os agricultores familiares que ali residem são substituídos por propriedades pertencentes a proprietários que não residem no local. Evidencia-se, portanto, que a ausência de sucessores não traz impactos apenas para o grupo familiar, mas também para toda a comunidade.

Além do dilema de o que fazer com a propriedade diante da ausência de sucessores, os pais apresentam outra preocupação, o amparo na velhice. Nas gerações passadas, os filhos que assumiam a função de sucessores recebiam também a função de cuidar dos pais. Este cuidado inclui o amparo econômico e médico devido ao avanço da idade e da impossibilidade de executar as tarefas produtivas da propriedade. Como recompensa, o sucessor recebia a propriedade como herança pelo dispêndio de tempo e recurso financeiro que teria com os pais ao final de suas vidas.

Com isso, em casos de propriedades sem sucessão, os pais precisam pensar como encaminhar a sua velhice, especialmente por quem serão amparados, já que os mesmos visualizam que, de fato, os filhos não irão retornar. Neste sentido, aumentam as perspectivas dos agricultores passarem a residir no meio urbano, mais próximo dos serviços médicos e dos filhos. Desta forma, muitos acabam, mesmo contra própria vontade, sendo “forçados” a deixar a propriedade familiar.

São registradas diversas as possibilidades ou encaminhamentos evidenciados pelos pais no que tange o cuidado na velhice, conforme demonstram Andreatta et al. (2014). A primeira possibilidade reside na expectativa dos agricultores serem amparados pelos filhos e residir na cidade com eles. Considerando este encaminhamento, os agricultores que o apresentam fazem mediante a escolha ou opção de ficar próximo aos filhos, já que os mesmos não pretendem voltar à propriedade.

Em relação à segunda possibilidade, Andreatta et al. (2014) ressaltam que a mesma refere-se à expectativa dos agricultores de serem amparados pelos filhos, porém ainda sem

definição. Ou seja, os agricultores, estão cientes de que os filhos não vão deixá-los desamparados e que farão o possível para que os pais sejam auxiliados de alguma forma na velhice, porém os agricultores ainda não planejaram como este processo pode ocorrer.

Na terceira possibilidade, Andreatta et al. (2014) salientam que os agricultores, gostariam de ser amparados pelos filhos, mas acreditam que pagarão para serem cuidados por terceiros ou por alguém de fora da família. Os pais que apresentam tal perspectiva tem clareza das dificuldades em termos de retorno dos filhos e dos inconvenientes de residir junto deles. Assim, optam por fazer uso dos recursos financeiros acumulados durante a vida (especialmente através da poupança e do uso da aposentadoria rural) para contratar uma pessoa.

Finalmente, na quarta possibilidade, os pais também gostariam de ser amparados pelos filhos, e para isso, acreditam no retorno dos mesmos a propriedade. Nessa perspectiva os agricultores pretendem permanecer na propriedade até o final de suas vidas e, apesar de compreenderem que os filhos construíram uma vida diferente daquela dos seus pais, e já terem suas próprias famílias, os agricultores gostariam que os filhos retornassem (ANDREATTA et al.,2014).

Neste mesmo sentido, em estudo realizado por Kischener (2015) em duas comunidades do Sudoeste do Paraná, o autor evidenciou duas possibilidades para os pais a partir da saída dos filhos do meio rural. A primeira delas é os pais permanecem nas propriedades, mesmo sem sucessores, fazendo com que o meio rural torna-se envelhecido. A segunda possibilidade é quando os pais acabam mudando-se para o meio urbano, para residir com os filhos ou próximo deles, ou ainda, para estarem mais próximos de recursos para tratamento de sua saúde.

Entretanto, em estudo realizado por Zanini (2009) entre descendentes de italianos na região central do Rio Grande do Sul, a autora evidenciou que casais residindo sozinhos (sem filhos) e produzindo apenas o necessário para a sobrevivência preferem continuar morando no meio rural, apesar do apelo de algum dos filhos para mudarem-se para o meio urbano, próximo ou junto deles. Ou seja, além da saída dos filhos do meio rural, em alguns casos, os mesmos acabam “convidando” os pais para migrarem para a cidade. Ainda segundo a autora, esta resistência pode ainda estar relacionada ao receio de que os pais passam a representar um empecilho à liberdade ou ascensão dos filhos. Além disso, os agricultores aceitam viver longe do estabelecimento apenas quando precisam efetivamente dos filhos, sendo possível constatar que os pais tendem a permanecer na propriedade até o “limite de suas forças”.

Para além das estratégias elaboradas pelos agricultores por ocasião da não sucessão, especialmente no referente ao destino das propriedades e aos cuidados na velhice, tem-se observado a emergência de novos arranjos em relação às atividades produtivas das propriedades familiares sem sucessores, tais como o caso dos filhos que residem no meio urbano e “exploram” economicamente a propriedade dos pais, essencialmente com o plantio de *commodities* e a criação de gado extensiva, sistemas produtivos que não requerem cuidados mais intensos ou diários.

Considerando esse contexto, explorar economicamente as propriedades dos pais não significa querer ficar no campo, ou seja, esta ação pode ser visualizada apenas como um ingresso a mais de renda, tendo em vista que os filhos já possuem renda urbana, não tendo relação direta com a sucessão. Já em relação aos casos em que os filhos residem no meio urbano, porém trabalham apenas no meio rural e possuem renda exclusivamente rural, sendo esta proveniente do estabelecimento agropecuário dos pais, há sucessão dos negócios, pois não há outro ingresso de renda.

Estes aspectos reforçam a ideia de mudanças pela qual está passando os processos sucessórios da agricultura familiar. Estas diferentes possibilidades construídas pelos agricultores reforçam não somente a desestruturação de um padrão que prevalecia nas antigas gerações, mas revela a ausência de um padrão uniforme ou único na atualidade, representando um desafio para a continuidade das propriedades familiares e da própria agricultura nos moldes familiares ao longo do tempo, especialmente em regiões onde essa forma social de trabalho e produção é predominante. A caracterização da região em que realizou-se este estudo será apresentada no capítulo seguinte.

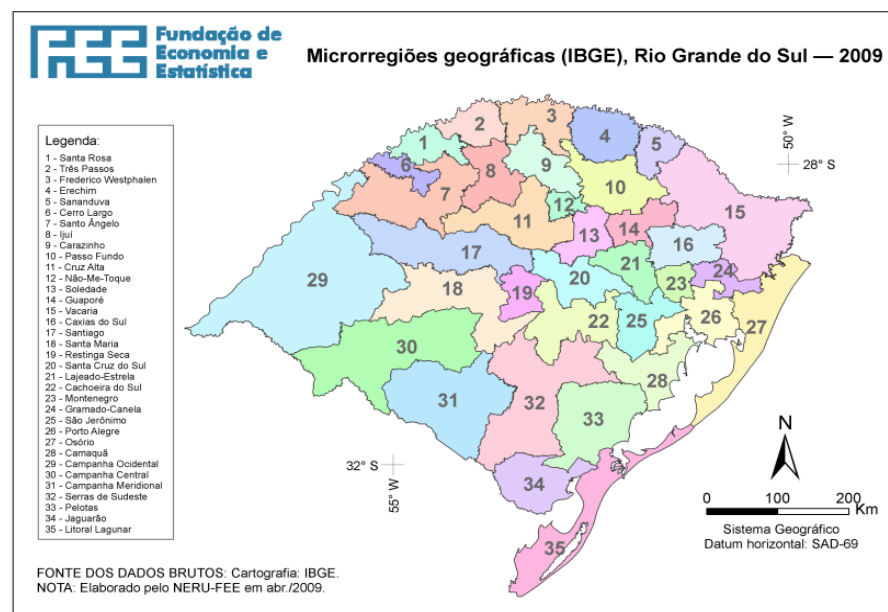
4 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO EMPÍRICO DE PESQUISA

O objetivo deste capítulo é apresentar o universo empírico da área de estudo. A descrição contempla a caracterização do espaço mais amplo até o espaço mais restrito da coleta de dados, ou seja, a microrregião e o município, compreendendo informações referentes à identificação e localização do local de estudo, os aspectos de colonização e ocupação da região, às características populacionais e demográficas, os aspectos socioeconômicos, à situação fundiária e aos aspectos produtivos, os aspectos econômicos e o acesso a crédito rural.

4.1 IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO E DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN

A microrregião de Frederico Westphalen (Figura 6) é uma das 35 microrregiões do estado do Rio Grande do Sul, composta por 27 municípios e uma área total de 5.182,529 km², pertencendo à menor região Noroeste Rio-Grandense. Em 2010, data do último Censo Demográfico, a população era 174.664 habitantes. A FEE estima que em 2015 essa população perfazia um total de 176.944 pessoas, representando um pequeno acréscimo em relação ao último Censo Demográfico.

Figura 6: Localização geográfica da microrregião de Frederico Westphalen- RS



Fonte: Fundação de Economia e Estatística- FEE (2009).

Os municípios que integram a microrregião são: Alpestre, Ametista do Sul, Caiçara, Constantina, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Eral Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmitinho, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Rondinha, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre. Destes, Frederico Westphalen é considerado o principal centro urbano ou o “município polo regional”, seja econômico ou de atração populacional, conforme será descrito mais detalhadamente na sequência deste capítulo.

Como município, para coleta de dados empíricos, elegeu-se Frederico Westphalen, tendo como unidade de análise os agricultores familiares sem sucessores. Localizado geograficamente ao norte do estado do Rio Grande do Sul, o referido município possui área total de 264,56 km² e densidade demográfica igual a 109,04 hab/km², demonstrando que o município apresenta densidade demográfica alta comparativamente ao estado do Rio Grande do Sul que possui média de 37,96 hab/km², conforme indicam os dados do Censo Demográfico de 2010.

Em relação à população, de acordo com o último Censo Demográfico, a população era de 28.843 habitantes. A FEE estima que em 2015 a população passou a ser representada por um total de 30.800 habitantes, indicando que houve um acréscimo considerável em relação ao Censo Demográfico de 2010.

4.2 ASPECTOS DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO

No que diz respeito aos aspectos de ocupação e colonização, a microrregião de Frederico Westphalen foi colonizada recentemente, comparativamente as demais regiões do estado, e deu-se por meio de movimentos migratórios, ou seja, deslocamentos de imigrantes das “Colônias Velhas” para as “Colônias Novas”, a partir do século XX (GAZOLLA, 2012; CONTERATO, 2004).

Esse interesse tardio pela colonização da região deu-se especialmente por ser uma região composta por terras íngremes e coberta por uma floresta densa, não despertando, portanto, muito interesse pelos fazendeiros da época. Sendo assim, a região foi colonizada apenas a partir do início do século passado, por volta de 1920 (CUNHA et al., 2011). No caso específico do município de Frederico Westphalen, os primeiros migrantes chegaram em 1918 (FERIGOLLO, 2004).

As chamadas *Colônias Velhas* (região localizada num raio de 200 km ao redor da capital Porto Alegre, tais como, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, entre outros municípios) foram implantadas entre os anos de 1824 e 1890. Essas colônias foram constituídas por imigrantes vindos diretamente da Europa. Na fase inicial, o tamanho dos lotes recebidos pelos imigrantes era de 77 hectares, área esta que foi reduzida para 48 hectares a partir de 1850 com a Lei de Terras (SILVA NETO; BASSO, 2005).

Neste sentido, a implantação das chamadas *Colônias Novas* (onde localiza-se atualmente a microrregião de Frederico Westphalen) deu-se por meio da “migração interna” ocorrida no Rio Grande do Sul, na qual os agricultores deslocaram-se para a região norte do estado vindo das *Colônias Velhas* (SILVA NETO; BASSO, 2005).

Entretanto, neste local, a instalação do agricultor e de sua família dava-se através da compra de lotes de terra menores, os quais eram, em média, a dimensão de uma “colônia” (24 hectares). A menor dimensão desses lotes representava no curto prazo o esgotamento rápido da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul, ocasionado pelo excessivo fracionamento devido à pressão demográfica e os mecanismos de partilha por herança, forçando assim o deslocamento populacional para outros estados e regiões do Brasil anos após a colonização oficial destas áreas. Essa busca de novas áreas de terra por parte dos colonizadores a fim de garantir sua reprodução social foi descrita, formulada e definida por Waibel (1949) de “fome de terras”.

Com isso, conforme ressalta Schneider (1994), até aproximadamente a década de 1950 ainda era possível a ocupação de novas áreas de terras dentro dos limites do próprio estado do Rio Grande do Sul, após este período, as migrações assumem outras feições se expandindo para fora do estado.

De acordo com Ros (2006), as transformações econômicas e sociais em curso foram os principais fatores que impulsionaram a busca por novas terras. Portanto, a migração para a microrregião de Frederico Westphalen representava a forma encontrada pelos agricultores para dar continuidade a sua reprodução e de suas famílias na condição de agricultores. Deste modo, a migração ocorreu pelo fato de que as *Colônias Velhas* não comportavam mais os filhos dos colonos, devido ao esgotamento da capacidade de sustentação nas terras de origem. Por isso a migração para o norte do estado representava a busca de novas áreas para produzir (COSTA, 2013).

Rizatti (1996) indica que primeiramente chegaram a microrregião de Frederico Westphalen os descendentes de italianos, onde predominavam famílias em formação compostas pelo casal e filhos pequenos. Posteriormente vieram outras etnias, tais como

alemães e poloneses. Contudo, antes da chegada dos imigrantes, a região já era habitada por indígenas, especialmente da etnia Kaingang, e também por descendentes de escravos e mestiços, conhecidos como caboclos (CONTERATO, 2004).

Conforme ressalta o mesmo autor (CONTERATO, 2004), apesar da região já estar habitada por outras etnias, foi a partir da chegada dos descendentes europeus que ocorreram de fato grandes transformações, inclusive na paisagem local, devido à abertura de estradas, derrubada de matas para posterior construção de lavouras, o que possibilitou o surgimento de povoados que logo tornaram-se comunidades e municípios.

Segundo Pelegrini e Gazolla (2008), os agricultores traziam consigo alguns animais, como vacas, suínos e cavalos para transporte, e também outros produtos, como sementes de milho, batata e abóbora, além de alguns instrumentos necessários para estabelecer as primeiras práticas produtivas.

O rápido desenvolvimento da agricultura na região esteve vinculado diretamente com a abundância de mão-de-obra. Além da constituição familiar, cujo número de filhos variava entre 8 a 12, os colonos contavam, nessa fase, com a mão-de-obra cabocla (OLKOSKI, 2002).

Neste período, praticamente não havia comercialização, era promovida a troca entre os agricultores, sempre na medida da necessidade de cada família (FERIGOLLO, 2004). Os agricultores cultivavam produtos como feijão, milho e mandioca, visando quase que exclusivamente sobrevivência e autoconsumo familiar.

O milho cultivado, além de ser utilizado para o consumo familiar, era utilizado na criação de animais como os suínos (tipo banha). Quando havia excedentes na propriedade, como suínos, ou subprodutos, como a banha, era realizada a troca por gêneros de primeira necessidade não produzidos na propriedade, como sal, açúcar, querosene, café, entre outros (PELEGRINI; GAZOLLA, 2009).

Posteriormente, passa a ocorrer a venda dos excedentes agrícolas, os quais passam a serem trocados em moeda, nos chamados “bolichos” localizadas na sede do vilarejo. A renda obtida pela venda dos excedentes era utilizada para adquirir bens e produtos não disponíveis na unidade de produção, bem como para o colono conseguir recursos para efetuar o pagamento do seu lote de terra e adquirir a regularização (PIOVESAN, 2011).

De acordo com Pelegrini e Gazolla (2009), o desenvolvimento da agricultura nessa região deu-se em distintas fases. A primeira fase refere-se a colonização, na qual ocorreu o desbravamento das matas e estabelecimento das primeiras atividades, que visavam basicamente o autoconsumo familiar, conforme descrito anteriormente.

Já a segunda fase, compreendida entre o período de 1935 a 1960, caracterizou-se pela maior integração ao mercado e início de um processo de especialização produtiva, ou seja, uma agricultura dedicada a poucos produtos. Essa fase tem como marco inicial a introdução da cultura da soja no norte gaúcho, também denominada de “sojicização” da agricultura, conforme indica Conterato (2004).

A terceira fase, que corresponde ao período que vai de 1960 até o início dos anos 1990, caracteriza-se pela intensa mercantilização da agricultura familiar e pelo seu empobrecimento econômico e social (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

Após os anos 1990, pode-se inferir a emergência de uma quarta fase, caracterizada por um processo de diversificação econômica e produtiva nas propriedades familiares. Apesar de lento, este processo permanece contínuo, havendo, assim, o surgimento de novas possibilidades de geração de renda no meio rural, tais como agroindústrias familiares, introdução da atividade leiteira, viticultura e fruticultura, atividades não agrícolas, entre outras.

Por outro lado, uma parcela considerável dos agricultores permanece produzindo *commodities* (especialmente soja, milho e trigo), especializando-se ainda mais, com a finalidade de atender o competitivo mercado de grãos. Além destes, muitos agricultores produzem de forma integrada às indústrias, sobretudo suínos, aves e fumo (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

A partir das características referentes aos aspectos de ocupação da microrregião de Frederico Westphalen, conclui-se que a forma como ocorreu a colonização na região, baseada no regime de trabalho familiar, na distribuição de pequenos lotes de terras e na diversificação produtiva foi o principal fator que configurou a atual caracterização e desenvolvimento da região. Isso explica ainda, em boa medida, a minifundização e o que hoje chamamos de “agricultores familiares” a partir do critério tamanho de área. A caracterização da microrregião e do município de Frederico Westphalen será apresentada nas seções seguintes.

4.3 DINÂMICA POPULACIONAL E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

No que diz respeito a dinâmica populacional e aos aspectos demográficos, os dados do Censo Demográfico de 2010 apontam que a população total da Microrregião de Frederico Westphalen corresponde a um total de 174.664 habitantes. Em relação ao município de Frederico Westphalen, o mesmo possui um total de 28.843 habitantes. A evolução

populacional nos últimos 40 anos para a microrregião e o município é apresentada na Tabela 2:

Tabela 2: Dinâmica populacional da microrregião e do município de Frederico Westphalen no período de 1970 a 2010

		Ano do Censo Populacional									
		1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Micror.	Urbana	31.080	15	50.313	23,5	62.682	31,4	83.704	45,3	93.248	53,4
	Rural	176.073	85	163.317	76,5	137.123	68,6	101.058	54,7	81.357	46,6
	Total	207.153	100	213.630	100	199.805	100	184.713	100	174.664	100
Munic.	Urbana	9.230	36,1	14.219	47,5	14.766	58,2	20.433	76,4	23.333	80,9
	Rural	16.337	63,9	15.714	52,5	10.169	40,8	6.326	23,6	5.510	19,1
	Total	25.567	100	29.933	100	24.935	100	26.759	100	28.843	100

Fonte: IBGE (Censo Populacional, 1970-2010). Elaborada pela autora.

A população total da microrregião de Frederico Westphalen apresentou diminuição no número total de habitantes ao longo do período analisado, sobretudo nas últimas três décadas. Em relação às maiores perdas populacionais, as mesmas estão nas áreas rurais, onde praticamente todos os municípios apresentaram diminuição de suas populações. Tratando-se da microrregião de Frederico Westphalen, entre as décadas de 1991 e 2000 houve uma redução de aproximadamente 13,9% da população rural.

Levando em consideração todo o período analisado, entre 1970 e 2010, 94.775 pessoas deixaram o meio rural, representando uma redução de 53,8%, ou seja, mais da metade. Estes dados demonstram que, apesar de tratar-se de uma região com grande contingente de pessoas residentes no meio rural comparativamente a outras regiões do estado, o processo de esvaziamento demográfico rural também se faz presente neste local.

Em contrapartida, o meio urbano apresentou um acréscimo no contingente populacional durante todo o período analisado. Entre 1970 e 2010, houve um acréscimo de 66,7% da população urbana.

Entretanto, apesar da maior parte da população residir no meio urbano (53,4%), bem como ter ocorrido redução na população rural e acréscimo na população urbana ao longo do período, a microrregião se mantém com o maior número de municípios com população predominantemente rural, sendo esta uma característica peculiar da região.

Dentre os municípios com maior percentual de pessoas residindo no meio rural, destacam-se os municípios de Pinheirinho do Vale (79,6%); Rio dos Índios (79,1%); Liberato Salzano (77,6%); Novo Tiradentes (71,3%) e Caiçara (68,6%). Por outro lado, os municípios

de Frederico Westphalen (80,9%); Rodeio Bonito (75, 1%) e Nonoai (75,1%) são aqueles que apresentam maior percentual da população residente no meio urbano.

Em relação ao município de Frederico Westphalen, o mesmo é predominantemente urbano, ou seja, 23.333 habitantes (80,90%) residem neste meio (o urbano), e apenas 5.510 habitantes (19,1%) residem no meio rural. A respeito da evolução da população total entre os anos de 1970 e 2010, observa-se que houve uma redução de seu contingente populacional entre as décadas de 1970 e 1980, visto que, nesse período, a população total diminuiu em aproximadamente 4.000 pessoas.

Essa redução na população municipal total explica-se, em parte, pelo desmembramento de outros municípios, os quais deixaram de fazer parte de Frederico Westphalen devido à sua emancipação político administrativa. São exemplos disso os municípios de Taquaruçu do Sul e Vista Alegre.

No que se refere à população dividida por local de residência, entre os anos de 1970 e 2010, a população urbana mais que duplicou. Por outro lado, houve considerável redução na população rural neste mesmo período, sendo que esse processo de “esvaziamento demográfico” do meio rural se intensificou ainda mais nas últimas três décadas, havendo um decréscimo de praticamente 50% no percentual de pessoas residentes no meio rural entre os anos de 1991 e 2010, passando de 10.169 para 5.510 habitantes.

Em contrapartida, entre os anos de 1991 e 2010 o município apresentou crescimento populacional, sendo um dos únicos municípios da microrregião a apresentar esta característica, conforme destacado anteriormente. Dentre outros, um dos fatores que contribui para essa realidade é a migração de pessoas de outros municípios para Frederico Westphalen, tendo em vista que se trata de um município polo regional, fazendo com que muitos busquem nele melhores oportunidades de trabalho e estudos, especialmente a população mais jovem, haja vista que o município conta com unidades da Universidade Regional das Missões e Alto Uruguai (URI), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do Instituto Federal Farroupilha (IFF) e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Ainda se tratando das questões populacionais, a dinâmica populacional separada por gênero é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3: Dinâmica populacional total e rural (por gênero) na microrregião e no município de Frederico Westphalen no período de 1991 a 2010

		Ano do Censo Populacional						
		1991	%	2000	%	2010	%	
Micror.	Total	Homens	101.433	50,8	92.863	50,3	87.157	49,9
		Mulheres	98.372	49,2	91.899	49,7	87.448	50,1
		Total	199.805	100	184.762	100	174.605	100
Micror.	Rural	Homens	71.121	51,9	52.574	52	42.302	52
		Mulheres	66.002	48,1	48.484	48	39.055	48
		Total	137.123	100	101.058	100	81.357	100
Munic.	Total	Homens	12.399	49,73	13.089	48,91	14.128	48,98
		Mulheres	12.536	50,27	13.670	51,09	14.715	51,02
		Total	24.935	100	26.759	100	28.843	100
Munic.	Rural	Homens	5.291	52,1	3.286	51,9	2.893	52,5
		Mulheres	4.878	47,9	3.040	48,1	2.617	47,5
		Total	10.169	100	6.326	100	5.510	100

Fonte: IBGE (Censo Populacional, 1991-2010). Elaborada pela autora.

No caso da microrregião de Frederico Westphalen, o percentual de homens sobre a população total manteve-se superior ao percentual de mulheres entre as décadas de 1991 e 2000, representadas por 50,8 e 50,3%, respectivamente. Em 2010, houve mudanças, visto que o percentual de mulheres se tornou superior ao percentual de homens, representando 50,1% da população total. Tratando-se especificadamente da população rural da microrregião, o percentual de homens, mesmo não apresentando variações significativas entre 1991 e 2010 se manteve superior ao percentual de mulheres nas três décadas.

Já no caso do município de Frederico Westphalen, apesar de pouco representativa a diferença, o percentual de mulheres predominou em relação ao percentual de homens sobre a população total em todo o período analisado (1991 a 2010). Sendo que, as maiores diferenças por gênero encontram-se entre os residentes do meio rural. Em termos percentuais, os homens representam 52,5% da população total rural no ano de 2010. Esses dados evidenciam que o processo de masculinização, ou seja, população masculina em número superior a população feminina está presente.

Finalmente, em relação à estrutura etária da população³⁰, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, tem-se observado uma menor proporção de crianças e jovens e

³⁰ A população em idade ativa é composta por adultos de 15 a 64 anos sendo considerada potencialmente produtiva, com isso, a taxa de dependência é obtida pela soma das crianças (0 a 14 anos) e idosos (acima de

uma maior participação de adultos e idosos na composição total da população, o que tem ocasionado elevados índices de envelhecimento³¹, conforme apresentado na Tabela 4:

Tabela 4: Estrutura etária da população total e rural da microrregião e do município de Frederico Westphalen (RS) no período de 1991 a 2010

		Ano do Censo Populacional					
		1991	%	2000	%	2010	%
Micror. Total	Menos de 15	69.178	34,6	52.433	28,4	37.029	21,2
	15 a 64 anos	120.630	60,4	118.777	64,3	119.495	68,4
	65 ou mais	9.997	5	13.552	7,3	18.083	10,4
	IE*	5		7,3		10,4	
Micror. Rural	Menos de 15	48.472	43,4	29.377	29,1	17.637	21,7
	15 a 64 anos	56.713	50,7	64.404	63,7	54.997	67,7
	65 ou mais	6.643	5,9	7.276	7,2	8.723	10,6
	IE*	5,9		7,2		10,6	
Município Total	Menos de 15	8.087	32,5	6.085	23,8	5.790	20,1
	15 a 64 anos	15.639	62,8	17.758	69,5	20.540	71,2
	65 ou mais	1.209	4,8	1.699	6,7	2.513	8,7
	IE	4,8		6,7		8,7	
Município Rural	Menos de 15	3.453	34	1.691	26,7	1.056	19,2
	15 a 64 anos	6.224	61,2	4.206	66,5	3.835	69,6
	65 ou mais	492	4,8	429	6,8	617	11,2
	IE	4,8		6,8		11,2	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1991-2010); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015). Elaborado pela autora.*Índice de Envelhecimento.

No que diz respeito a estrutura etária da população total na microrregião de Frederico Westphalen, observa-se que tem ocorrido uma redução considerável na população com até 15 anos de idade e um acréscimo na população de 65 anos ou mais. Estas alterações na estrutura etária da população fizeram com que os índices de envelhecimento aumentassem em mais de 50%, passando de 5% em 1991 para 10,4 em 2010.

Em relação aos índices de envelhecimento presentes especificadamente no meio rural da microrregião de Frederico Westphalen, os dados demonstram que nas três últimas décadas os mesmos praticamente duplicaram. Em 1991 esse índice era igual a 5,9%, passando para

65 anos), dividida pela população adulta. De maneira arbitrária, são considerados como dependentes as crianças e os idosos (WONG; CARVALHO, 2006).

³¹ O índice de envelhecimento é calculado pela razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

10,6% em 2010. Em contrapartida, houve uma queda de mais de 50% no número de crianças no mesmo período, as quais representavam 43,4% em 1991, passando a representar 21,7% em 2010.

No caso do município de Frederico Westphalen, evidenciam-se resultados semelhantes. O número de pessoas com idade superior a 65 anos sofreu um incremento de aproximadamente 50%, passando de 1.209 para 2.513 idosos entre os anos de 1991 e 2010, o que contribuiu para intensificar ainda mais o índice de envelhecimento da população total municipal, aumentando de 4,8 para 8,7.

Ao observarmos a estrutura etária da população rural do município em análise, os dados apontam que o envelhecimento neste meio é ainda mais intenso. Como se pode notar, houve um acréscimo considerável na população de 65 anos ou mais, sobretudo entre as décadas de 2000 e 2010, período este em que passou de 429 para 617 idosos. O resultado deste acréscimo no número de pessoas idosas é um incremento nos índices de envelhecimento da população rural, os quais passaram de 4,8% para 11,2% em apenas três décadas. Por outro lado, o número de crianças, com idades inferiores a 15 anos, reduziu-se: em 1991 esse grupo etário representava 34% no total da população rural, passando a representar 19,2% em 2010.

De acordo com estimativas populacionais referentes a população de 2015, lançados recentemente pela FEE, as quais estão disponíveis por sexo e grupos etários, os dados indicam que em relação a Frederico Westphalen, a população idosa total do município (acima de 60 anos) representa atualmente um total de 4.709 pessoas, deste total, 2.606 (55,3 %) são mulheres. Deste modo, em relação à população total do município (30.800 habitantes), pode-se inferir que os idosos, acima de 60 anos, representam 15,3 % do total da população.

Fatores como aumento na expectativa de vida e redução nos níveis de fecundidade entre as mulheres (vistos no Capítulo 2) contribuem para a redução no número de crianças e jovens e o acréscimo no número de idosos. Os dados referentes a evolução esperança de vida ao nascer e fecundidade do município de Frederico Westphalen são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Esperança de vida ao nascer e fecundidade do município de Frederico Westphalen (RS) no período de 1991 a 2010

IDH e seus componentes	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,9	73,8	75,8
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,7	2,2	1,6

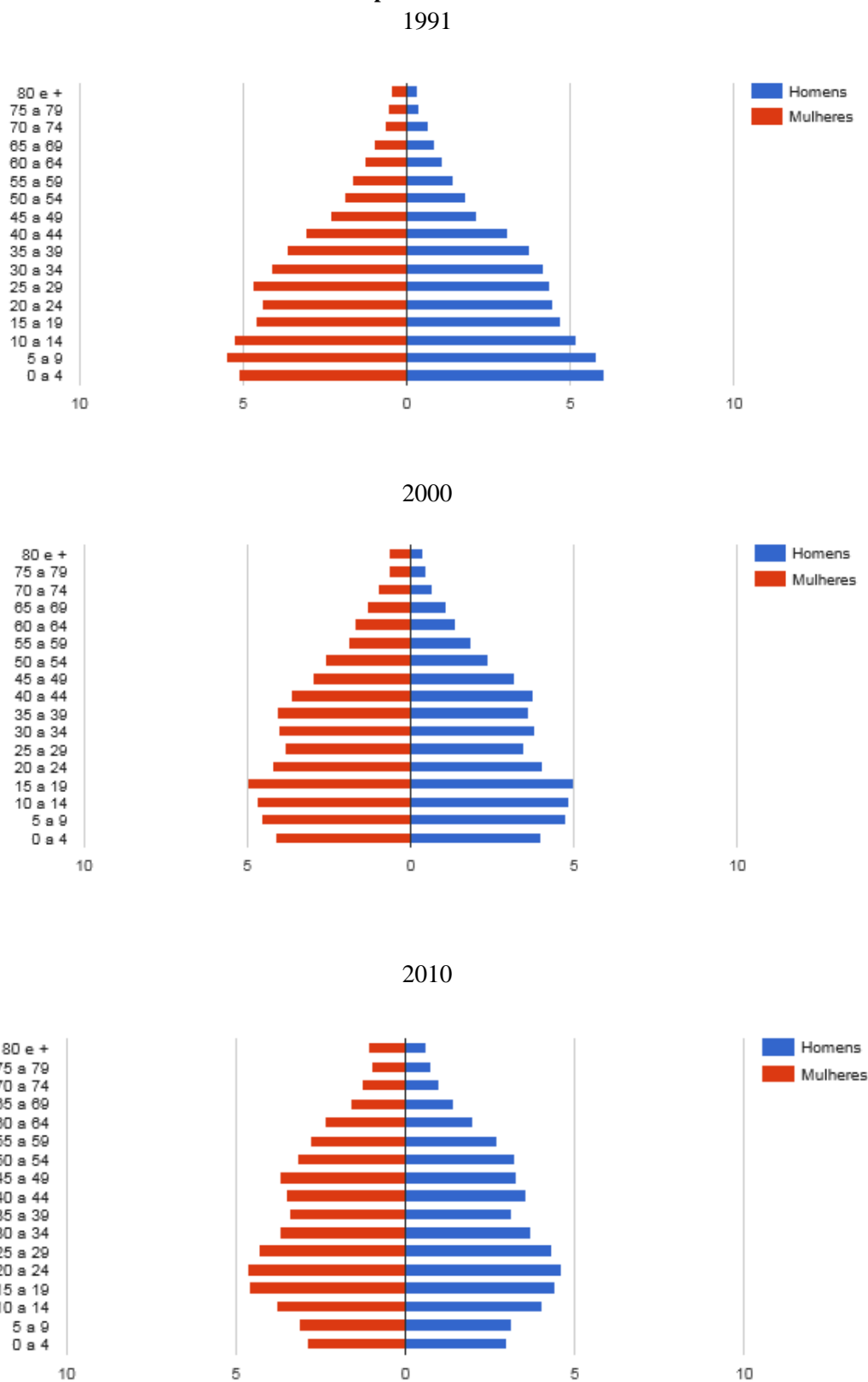
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015).

No município de Frederico Westphalen, a esperança de vida ao nascer passou por um incremento de 2,0 anos na última década, passando de 73,8 anos, em 2000, para 75,8 anos, em 2010. Analisando todo o período (1991 a 2010), houve um acréscimo de 5,9 anos. A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Em relação às taxas de fecundidade, representadas pelo número de filhos por mulher, houve considerável redução no município nas três últimas décadas. Em 1991, as mulheres tinham, em média, 2,7 filhos, reduzindo para 1,6 em 2010. Este número (1,6) demonstra que o número de filhos das mulheres frederiquenses está abaixo do nível de reposição representado por, 2,1 filhos.

Essas alterações na dinâmica populacional do município de Frederico Westphalen podem ser visualizadas também na evolução da pirâmide etária apresentada na Figura 7:

Figura 7: Pirâmide etária do município de Frederico Westphalen distribuição por sexo, segundo os grupos de idade no período de 1991 a 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015).

Como se pode observar, em 1991, apesar de a pirâmide apresentar os primeiros sinais de mudanças, o topo, representado pela população idosa, permanecia estreito, comparado com a base da pirâmide representada pelas crianças e jovens, que era largo. No ano de 2000, aproximadamente dez anos mais tarde, evidencia-se que ocorre diminuição no número de crianças (0 a 14 anos). Essa característica se manteve presente em 2010, na qual a base da pirâmide se reduz ainda mais, bem como o topo da pirâmide representado pelas pessoas idosas se alarga ainda mais.

Com base nas características demográficas apresentadas, evidencia-se que tanto a microrregião quanto o município de Frederico Westphalen não fogem do padrão estadual e federal, caracterizado pela diminuição no número de jovens e acréscimo no número de idosos.

No que se refere aos dados socioeconômicos, o Índice de Desenvolvimento Humano³² (IDH) em nível municipal apontou que o município de Frederico Westphalen possui este indicador classificado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), representado por 0,760 em 2010. Em relação às décadas anteriores, o IDH do município era igual a 0,536 e 0,683 em 1991 e 2000, respectivamente. Ou seja, entre as décadas de 2000 e 2010 o IDH municipal passou de 0,683 para 0,760, representando uma taxa de crescimento de 11,27%. O IDH e seus componentes são representados na Tabela 6:

Tabela 6: IDH e seus componentes do município de Frederico Westphalen no período de 1991 a 2010

IDH e seus componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,329	0,569	0,688
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	29,82	43,81	54,99
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	36,68	70,95	93,63
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	61,26	79,81	94,34
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	29,64	60,24	63,60
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	10,60	48,23	56,43
IDHM Longevidade	0,749	0,813	0,846
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,92	73,79	75,76
IDHM Renda	0,626	0,689	0,754
Renda per capita (em R\$)	393,99	582,20	875,03

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-Frederico Westphalen (2015).

³² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado na classificação do grau de desenvolvimento. Sua elaboração tem na composição dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita (como um indicador do padrão de vida), variando de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

Em seus indicadores individuais, a dimensão que mais contribui para o alto IDHM é a longevidade, com índice de 0,846, seguida de renda, com índice de 0,754, e de educação, com índice de 0,688. Entre as décadas de 2000 e 2010 a dimensão educação (com crescimento de 0,119), foi a que mais cresceu em termos absolutos, seguida por renda e por longevidade (ATLAS..., 2015).

Estes dados indicam importantes elementos estruturantes a respeito do foco desta dissertação. A longevidade, por exemplo, composta pelo indicador esperança de vida ao nascer, atesta o envelhecimento da população, já que no município este indicador cresceu 2,0 anos na última década, passando de 73,8 anos, em 2000, para 75,8 anos, em 2010, sendo que em 1991 era de 69,9 anos.

As dimensões renda e educação também passaram por melhorias muito significativas. No caso da educação, pode-se inferir que o acréscimo nesta variável é um indicativo de que um maior número de pessoas esteja tendo acesso à educação, o que estaria ocasionando provavelmente maior número de migrações no sentido rural urbanas, sobretudo da população mais jovem, colocando em evidencia a hipótese de que indivíduo mais instruído deixa mais facilmente as ocupações agrícolas e o meio rural como local de residência.

Tratando-se da renda per capita média em Frederico Westphalen, a mesma cresceu 122,09% nas últimas três décadas, passando de R\$ 393,99, em 1991, para R\$ 582,20, em 2000, e para R\$ 875,03, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento de 4,29%. Neste sentido, a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 diminuiu (a preços de agosto de 2010), passando de 37,77%, em 1991, para 18,82%, em 2000, e para 4,98%, em 2010, conforme apontam os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015). Estas informações são detalhadas na Tabela 7.

Tabela 7: Renda, pobreza e desigualdade no município de Frederico Westphalen no período de 1991 a 2010

Renda, Pobreza e Desigualdade	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	393,99	582,20	875,03
% de extremamente pobres	17,79	7,95	1,64
% de pobres	37,77	18,82	4,98
Índice de Gini	0,60	0,54	0,47

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015).

Reduziu-se também a proporção de pessoas extremamente pobres, as quais representavam, em 1991, 17,79%, passando a representar 7,95% em 2000 e apenas 1,64% em

2010. Desse modo, o índice de Gini que informa a desigualdade de renda do município de Frederico Westphalen também apresentou redução nos últimos 30 anos, passando de 0,60 em 1991, para 0,57, em 2000 e 0,47 em 2010.

Apresentadas as características demográficas e os aspectos socioeconômicos da região de estudo, importante torna-se apresentar as características relacionadas aos aspectos econômicos presentes na microrregião e no município de Frederico Westphalen.

4.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

No que diz respeito a alguns dos aspectos econômicos, entre os anos de 2002 e 2014 o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Frederico Westphalen apresentou um incremento de aproximadamente 77%, passando de aproximadamente 1,9 milhões em 2002 para 8,7 milhões em 2014.

Tratando-se dos setores que compõem o Valor Adicionado Bruto (VAB) da microrregião de Frederico Westphalen, destaca-se o setor de serviços, seguido pela agropecuária e indústria. Em relação à média do Estado, a microrregião apresenta uma maior participação no setor agropecuário e menor participação na indústria e serviços, constituindo um perfil mais voltado ao setor primário, conforme apontam dados do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Na agropecuária, predomina a pequena propriedade, com considerável diversificação na estrutura produtiva, destacando-se a criação de bovinos de corte e de leite; os produtos da lavoura temporária, como o fumo, o feijão, soja, milho e trigo; e a criação de suínos e de aves. Já no VAB da indústria, a transformação detém aproximadamente 50%, com destaque para a fabricação de produtos alimentícios, destacando-se o abate e a fabricação de produtos de carne, seguida pela construção civil e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. Finalmente, em relação ao VAB dos serviços, aparece a administração pública, seguida do comércio e serviços de manutenção e reparação e as atividades imobiliárias e aluguéis (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Dentre os vinte e sete municípios que compõem a microrregião, Frederico Westphalen destaca-se em todos os setores. Analisando a participação dos três setores que compõem o VAB, neste município destaca-se o setor de serviços, seguido pela indústria e agropecuária. Conforme apontam os dados apresentados na tabela 8:

Tabela 8: Valor agregado bruto (VAB) separado por setor no município de Frederico Westphalen

Ano	VAB Agropecuária	%	VAB Indústria	%	VAB Serviços	%	VAB Total
2002	16.734.499	9,5	28.405.564	16,2	130.618.007	74,3	175.758.072
2003	28.582.815	14,1	31.273.017	15,4	142.930.124	70,5	202.785.955
2004	27.813.338	12,4	39.723.286	17,6	157.564.554	70,0	225.101.179
2005	21.305.813	8,8	46.875.659	19,3	174.314.027	71,9	242.495.499
2006	26.221.012	9,6	52.601.667	19,3	193.152.683	71,0	271.975.362
2007	1.067.708	9,9	58.322.357	18,5	225.412.069	71,6	314.802.133
2008	35.577.618	9,5	86.746.075	23,2	252.084.819	67,3	374.408.512
2009	33.832.205	8,4	89.929.705	22,4	278.414.044	69,2	402.175.955
2010	36.009.035	6,6	111.578.517	20,4	400.095.952	73,1	547.683.504
2011	43.487.330	7,8	139.401.272	25,0	375.395.315	67,2	558.283.916
2012	34.738.565	5,8	139.476.727	23,1	428.505.640	71,1	602.720.931
2013	62.647.420	8,7	136.631.876	19,1	517.070.815	72,2	716.350.111
2014	62.301.965	7,9	154.948.263	19,6	573.710.431	72,5	790.960.658

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2016).

De acordo com os dados apresentados, evidencia-se que o setor de serviços se manteve com maior representatividade em todo o período analisado (2002 a 2014), seguido da indústria e agropecuária. Analisando a evolução do VAB dos setores individualmente ao longo do período, identifica-se que o maior crescimento ocorreu no setor da indústria, com 5,5% de crescimento ao ano, seguido do setor de serviços, com 4,4%, e do setor agropecuário, com 3,7%.

Mesmo coincidindo com o *boom* dos preços das *commodities*, especialmente soja e milho, no caso do município em questão, a agropecuária cresceu menos que os demais setores. Ou seja, o setor agropecuário perdeu peso diante dos demais ao longo do período, passando de 9,5% em 2002 para 7,9% em 2014. No ano de 2003, o VAB agropecuário apresentou maior participação, chegando bem próximo ao setor da indústria, representados por 14,1 e 15,4, respectivamente.

Estes resultados evidenciam que embora as condições na agricultura tenham melhorado significativamente especialmente entre os anos de 2002 e 2014, fora da agricultura a situação melhorou ainda mais, como refletem os dados referentes ao VAB do setor industrial e de serviços. Desse modo, a migração rural-urbana persiste. Em outras palavras, mesmo em face às melhorias significativas em termos de preços recebidos pelos agricultores, a agricultura enquanto setor perdeu importância. Tal constatação aproxima-se do que indicam Polèse e Shearmur (2006). Para os autores, quando a economia agregada cresce, saem mais

pessoas das regiões mais deprimidas porque melhoram as oportunidades econômicas nas regiões mais dinâmicas.

As constatações de Polèse e Shearmur (2006) refletem também nos dados referentes aos ramos/setores de atividades econômicas diversas em termos de empregos formais no município, tendo em vista que os vínculos ativos do setor agropecuário apresentaram pouca participação em relação aos demais setores, conforme apontam informações das Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS). Estes dados são apresentados na tabela 9.

Tabela 9: Vínculos ativos nas mais diversas atividades no período entre 2008 e 2014 no município de Frederico Westphalen

Ramos/ Setores de Atividades econômicas	Número de Estabelecimentos			
	2008	2010	2012	2014
Serviços domésticos	8	0	0	0
Outras atividades de serviços	152	139	163	185
Artes, cultura, esporte e recreação	29	20	22	43
Saúde humana e serviços sociais	194	239	286	378
Educação	393	443	441	551
Administração. pública, defesa e seguridade social	559	667	772	878
Atividades administrativas e serviços complementares	82	110	146	139
Atividades profissionais, científicas e técnicas	81	121	139	183
Atividades imobiliárias	5	7	11	13
Atividades financeiras., de seguros e serviços relacionados	94	147	149	172
Informação e comunicação	75	135	193	208
Alojamento e alimentação	148	169	177	190
Transporte, armazenagem e correio	145	164	282	310
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1679	2018	2319	2815
Construção	323	531	706	577
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	20	33	31	33
Eletricidade e Gás	0	0	0	24
Indústrias de transformação	1712	2247	2466	2454
Indústrias extrativas	90	103	46	26
Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura	26	29	23	49
Total	5.815	7.322	8.372	9.228

Fonte: Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS, 2016).

Em relação aos vínculos ativos nas diversas atividades econômicas do município, o comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, seguido da indústria de transformação e da administração pública, defesa e seguridade social são os mais

representativos, apresentando respectivamente em 2014, 2.815, 2.454 e 878 números de empregos ativos (pessoas ocupadas). Estas três atividades juntas somam cerca de 70% dos vínculos ativos totais. Dentre as atividades que possuem menor representatividade, destacam-se os serviços domésticos, seguidas das atividades imobiliárias, eletricidade e gás e indústrias extrativas.

Tratando-se da alta participação da indústria de transformação em relação ao número de vínculos ativos totais, destaca-se a fabricação de produtos alimentícios, devido especialmente aos frigoríficos, sobretudo a Seara Alimentos (grupo JBS), maior empregadora do município, bem como pela marcante presença das agroindústrias familiares presentes no meio rural do município.

De acordo com informações do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), no ano de 2016 havia um total de 12 agroindústrias formalizadas. No cadastro havia ainda outras 16 agroindústrias, que por algum motivo, ainda não haviam alcançado a legalização, totalizando 28 agroindústrias no município de Frederico Westphalen. A respeito da agroindustrialização, as mesmas representam uma importante estratégia de reprodução social dos agricultores familiares por meio da agregação de valor as matérias primas, conforme apontam os estudos de Pelegrini (2003) e Gazolla (2012). Entretanto, a estratégia da agroindustrialização, apesar de muito importante, não está ao alcance de todos os agricultores.

Na seção seguinte detalhar-se-á o setor agropecuário do município, apresentando-se a situação fundiária, os aspectos produtivos e o acesso ao crédito rural presente neste setor.

4.5 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA, ASPECTOS PRODUTIVOS E CRÉDITO RURAL

Ao que confere a situação fundiária, conforme dados do Censo Agropecuário (2006), há na microrregião e no município de Frederico Westphalen um total de 24.817 e 1.411 estabelecimentos agropecuários, respectivamente. O número de estabelecimentos por área de terra é apresentado na Tabela 10:

Tabela 10: Estabelecimentos agropecuários por estrato de área de terra na microrregião e no município de Frederico Westphalen no ano de 2006

		Número	%
Microrregião	De 0 a 10 hectares	11.695	47,13
	De 10 a 20 hectares	7.802	31,44
	De 20 a 50 hectares	4.045	16,3
	De 50 a 100 hectares	623	2,5
	Mais de 100 hectares	652	2,63
	Total	24.817	100
Município	De 0 a 10 hectares	549	38,9
	De 10 a 20 hectares	503	35,6
	De 20 a 50 hectares	303	21,5
	De 50 a 100 hectares	41	2,9
	Mais de 100 hectares	15	1,1
	Total	1.411	100

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário, 2006). Elaborada pela autora.

Considerando a Lei da Agricultura Familiar, que considera área de terra com até quatro módulos fiscais³³ como um dos critérios para que o produtor seja considerado agricultor familiar, observa-se que, de modo geral, a grande maioria dos estabelecimentos são familiares.

Na microrregião de Frederico Westphalen, aproximadamente 95% dos estabelecimentos agropecuários possuem área de terra entre 0e 50 hectares. Do mesmo modo, o município concentra 96% dos estabelecimentos deste mesmo estrato. Por outro lado, tanto na microrregião quanto no município os estabelecimentos com área de terra superior a 50 hectares possuem pouca representatividade (5 e 4% respectivamente). Diante disso, observa-se que a agricultura familiar possui ampla representatividade local, tanto pela presença marcante quanto pelo papel central que a mesma historicamente tem desempenhado no desenvolvimento da região.

Em relação à gestão dos estabelecimentos agropecuários no município (Tabela 11), observa-se que um grande percentual dos mesmos são chefiados por pessoas com idade superior a 55 anos (38,9% dos estabelecimentos). Por outro lado, apenas 0,43% dos estabelecimentos são chefiados por pessoas jovens, com idade igual ou inferior a 25 anos (IBGE, 2015). Estes dados reforçam ainda mais a questão que já vem sendo discutida ao

³³ No caso do município de Frederico Westphalen, cada módulo equivale a 20 hectares, a partir disso, neste local, para ser considerado agricultor familiar os estabelecimentos familiares não devem exceder 80 hectares.

longo do texto, de que o envelhecimento das pessoas envolvidas com as atividades agropecuárias também é visível no município de Frederico Westphalen.

Tabela 11: Número de estabelecimentos agropecuários chefiados por pessoas segundo faixas etárias no município de Frederico Westphalen no ano de 2006

Faixa etária	Número de estabelecimentos	%
Inferior a 25 anos	6	0,43
De 25 a menos de 35 anos	97	6,87
De 35 a menos de 45 anos	311	22,04
De 45 a menos de 55 anos	435	30,83
55 anos ou mais	562	39,83

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário, 2006). Elaborado pela autora.

Tratando-se dos aspectos produtivos presentes na microrregião e no município de Frederico Westphalen, na Tabela 12 apresenta-se a evolução referente a área plantada (hectares) por produto nas lavouras temporárias no período entre 1990 e 2015.

Tabela 12: Ocupação das principais lavouras temporárias na microrregião e em Frederico Westphalen (RS) no período entre 1990 e 2015

		Ano					
		1990	1995	2000	2005	2010	2015
Microrregião	Alho	80	107	94	109	102	49
	Amendoim (em casca)	379	328	378	370	361	244
	Arroz (em casca)	3.468	1.849	1.682	1.461	781	36
	Batata Doce	1.412	945	617	594	722	441
	Batata Inglesa	878	686	520	398	315	80
	Cana de Açúcar	3.718	4.233	5.607	5.657	5.824	1.914
	Cebola	268	298	253	260	255	163
	Feijão em grão	55.179	54.460	40.177	24.545	16.463	7.940
	Fumo (em folha)	3.566	5.453	4.926	10.133	10.007	8.395
	Mandioca	6.619	7.063	7.354	7.164	7.055	5.142
	Milho (em grão)	157.450	148.305	117.245	102.811	105.830	75.845
	Soja (em grão)	207.535	179.300	154.550	168.025	155.170	163.820
	Trigo (em grão)	59.200	20.350	29.420	38.010	32.285	36.877
	Total	499.752	423.377	362.823	359.537	335.170	300.946
Município	Arroz (em casca)	260	50	105	105	50	2
	Batata Doce	100	80	171	171	171	30
	Batata Inglesa	27	37	37	37	37	5
	Cana de Açúcar	269	200	502	502	502	100
	Cebola	12	12	18	18	18	8
	Feijão em grão	2.600	2.750	3.000	890	1.080	380
	Fumo (em folha)	300	350	400	627	627	565
	Mandioca	330	480	800	870	870	200
	Milho (em grão)	9.000	9.000	8.500	7.000	5.550	3.800
	Soja (em grão)	7.160	8.100	7.500	8.500	7.000	6.500
	Trigo (em grão)	900	300	1.200	1.200	450	800
Total	20.958	21.359	22.233	19,920	16.355	12.390	

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, Frederico Westphalen/RS, 2015b). Elaborado pela autora.

Primeiramente, tratando-se da microrregião de Frederico Westphalen, em 1990, a soja, seguida do milho, trigo e do feijão referiam-se as culturas temporárias que ocupavam maior área de terra, somando entre elas mais de 90% do total. Evidencia-se claramente que a soja se constitui na principal cultura comercial, sendo que o auge da produção ocorreu por volta do ano 1990.

O milho historicamente representa uma importante cultura para os agricultores familiares, ficando atrás apenas da soja. Além de sua comercialização, grande parte da sua

produção é destinada a produção animal e, portanto, não é comercializado. Contudo, em todo o período analisado evidenciou-se considerável redução na área ocupada por este produto.

Analisando os dados de 2015, vinte e cinco anos depois, houve redução em todas as culturas, com exceção do fumo, que de 3.566 hectares em 1990 passou a utilizar 8.395 hectares em 2015, chegando inclusive a ocupar área ainda superior, 10.133 hectares em 2005.

Outro aspecto importante refere-se a uma redução na área total destinada às lavouras temporárias em todo o período (1990 e 2015), resultando em um decréscimo de aproximadamente 40%. Um dos fatores que nos auxiliam a explicar esta realidade refere-se a busca por outras alternativas de renda que se fortalece no município, tais como a atividade leiteira.

Tratando-se destes mesmos dados, porém para o município de Frederico Westphalen, evidencia-se que houve considerável redução na área total ocupada pelas lavouras temporárias, especialmente entre 2000 e 2015. Até o ano de 2000 houve um acréscimo na área de terra utilizada para as lavouras temporárias, começando a declinar a partir deste período, quando houve uma redução de aproximadamente 40% da área entre 2000 e 2015.

Os produtos que ocupam maior área de terra no município são semelhantes aos identificados na microrregião, no qual a lavoura temporária de milho, seguido de soja, trigo, e feijão atualmente ocupam a maior área de terra destinada às culturas temporárias no município. Em 1990, os mesmos produtos lideravam o ranking. Assim como na microrregião, o único produto que apresentou acréscimo na área ocupada refere-se ao fumo, que de 300 hectares passou a ocupar 565 hectares. Em contrapartida, o arroz, do mesmo modo que na microrregião, tornou-se praticamente insignificante, de 260 hectares em 1990, sofreu uma redução para 2 hectares em 2015.

Essa oscilação na área destinada aos produtos das lavouras temporárias ocorre basicamente em decorrência da diferenciação de preços a que estão sujeitas as *commodities* cultivadas (soja, milho, trigo, entre outras).

Os dados referentes a participação da agricultura no plantio e produção de produtos das lavouras permanentes são apresentados na Tabela 13.

Tabela 13: Ocupação das principais culturas permanentes na microrregião e em Frederico Westphalen (RS) no período entre 1990 e 2015

		Ano					
		1990	1995	2000	2005	2010	2015
Microrregião	Erva Mate (folha verde)	569	1.404	1.359	1.230	904	634
	Figo	20	24	291	267	233	248
	Laranja	777	1.180	1.577	2.101	4.210	3.899
	Pêssego	184	214	205	200	193	153
	Tangerina	512	148	477	643	836	648
	Uva	602	795	628	983	1.533	1.412
	Total	2.664	3.765	4.537	5.424	7.909	6.994
Município	Erva Mate (folha verde)	10	16	16	16	16	5
	Figo	2	3	23	27	27	6
	Laranja	58	70	100	100	100	60
	Pêssego	18	20	11	11	11	5
	Tangerina	25	10	38	66	66	10
	Uva	76	85	50	50	80	40
	Total	189	204	238	270	300	126

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, Frederico Westphalen/RS, 2015b). Elaborado pela autora.

Na microrregião de Frederico Westphalen, a laranja, seguido da uva, tangerina e erva mate são os produtos das culturas permanentes que ocupam a maior área de terra atualmente. Em 1990, ocupavam esse espaço a laranja, seguida da uva, erva mate e tangerina.

De modo geral, a área total destinada às lavouras permanentes sofreu acréscimo. Em 1990, a área total ocupada era de 2.664 hectares, aumentando para 6.994 em 2015, representando crescimento superior a 100%.

Este crescimento nas lavouras permanentes pode estar relacionado a dois fatores: o primeiro refere-se às próprias características regionais, especialmente o relevo, que se apresenta de forma bastante acentuada, restringindo à mecanização e, portanto, impondo dificuldades para o avanço da produção de grãos; a segunda razão, que pode ter contribuído para o crescimento das lavouras permanentes, diz respeito a instalação de agroindústrias de transformação, especialmente aquelas que beneficiam frutas em doces e sucos. Dentre os produtos que tiveram maior incremento na área ocupada destaca-se a laranja, a qual ocupava 777 hectares em 1990, passando a ocupar 3.899 hectares em 2010.

Tratando-se das culturas permanentes no município de Frederico Westphalen a maior representatividade recai sobre a laranja, seguida da uva e tangerina. Em 1990, lideravam esse ranking a uva, seguido da laranja, tangerina e pêssego.

Ao analisarmos a área total ocupada pelas lavouras permanentes, evidencia-se que, comparativamente a microrregião, ocorreu o inverso no município, ou seja, se comparamos os dados de 1990 e 2015 nota-se uma diminuição na área total, entretanto, esse declínio ocorreu a partir de 2010. Neste ano de 300 hectares houve uma redução para 126.

Ainda se tratando dos aspectos produtivos, em relação à outras atividades, a produção de leite é bastante representativa, tanto na microrregião quanto no município de Frederico Westphalen, sendo responsável pela geração de renda de grande número de famílias. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, na microrregião de Frederico Westphalen 14.980 de um total de 24.817 estabelecimentos produzem leite, ou seja, aproximadamente 40% do total. Neste mesmo ano (2006), 72.159 vacas foram ordenhadas.

Tratando-se especificadamente do município, os dados referentes à produção de leite são ainda mais significativos, tendo em vista que 1.012 estabelecimentos agropecuários produzem leite. Considerando-se que há um total de 1.441 estabelecimentos no município, evidencia-se que esta atividade econômica está presente em aproximadamente 73% dos estabelecimentos. No município, neste mesmo ano (2006), 5.272 vacas foram ordenhadas.

A respeito do volume de leite produzido no município, conforme apontam os dados do Censo Agropecuário entre 1975 e 2015 a produção mais que triplicou, como pode ser observado na Tabela 14:

Tabela 14: Produção de leite (mil litros) em Frederico Westphalen (RS) no período entre 1975 a 2015

Ano	Município de Frederico Westphalen
1975	4.550
1980	8.070
1985	7.570
1990	5.867
1995	10.911
2000	11.056
2005	12.695
2010	11.217
2015	17.500

Fonte: IBGE (Pecuária Municipal Frederico Westphalen/RS, 2015a). Elaborado pela autora.

Os dados revelam, então, um aumento da participação na produção de leite que trata-se de uma atividade tradicionalmente realizada por agricultores familiares. O aumento na quantidade de leite produzido ao longo do período analisado foi acompanhado do aumento no número de vacas ordenhadas (Tabela 15), porém este último em menor proporção.

Estes dados nos sugerem que aumentou também a produtividade por animal, ou seja, os produtores estão buscando melhorar a produção por meio da genética, nutrição, entre outros fatores, ou seja, é possível produzir tanto quanto ou mais com a mesma ou com menor quantidade de animais.

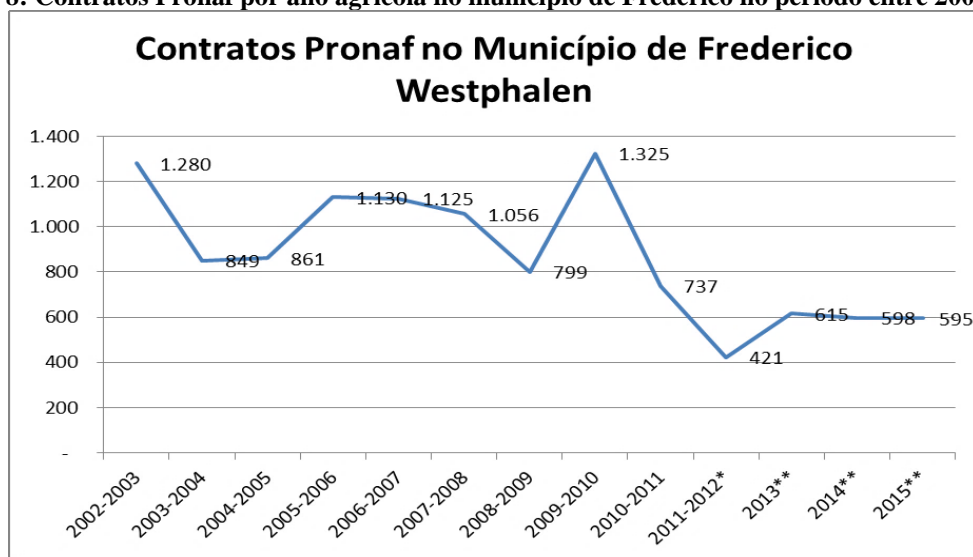
Tabela 15: Número de vacas ordenhadas em Frederico Westphalen (RS) no período entre 1975 e 2015

Ano	Município de Frederico Westphalen
1975	3.452
1980	6.725
1985	5.250
1990	4.860
1995	7.091
2000	6.910
2005	8.185
2010	7.530
2015	7.900

Fonte: IBGE (Pecuária Municipal Frederico Westphalen/RS, 2015a). Elaborado pela autora.

Finalizando a caracterização da região estudada, ainda se tratando dos aspectos produtivos, apresenta-se na Figura 8 o número de contratos realizados via crédito rural Pronaf no município de Frederico Westphalen.

Figura 8: Contratos Pronaf por ano agrícola no município de Frederico no período entre 2002 e 2015



Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico de Crédito Rural (2012).

O maior número de contratos deu-se durante o Plano Safra 2010/2011. Neste ano agrícola, o número de contratos foi igual a 1.325. Já o menor número de contratos foi em 2011/ 2012, no qual apenas 421 contratos foram realizados. De modo geral, os dados representam diminuição no número de contratos ao longo do período analisado, ou seja, passa a haver uma diminuição na demanda por recursos via crédito rural Pronaf. Isso também reflete, conforme estudos já publicados³⁴, o próprio viés agrícola do Pronaf, que acaba fazendo “mais do mesmo” já que financia fundamentalmente, commodities agrícolas, especialmente grãos, como soja e milho. E isso tem implicações diretas na demanda por força de trabalho, pois requerem utilização de tecnologias poupadoras de mão de obra.

Essa tendência de diminuição no número de contratos realizados deve se manter em todo o território nacional. Conforme informações divulgadas em fevereiro deste ano pela FAO, mesmo que já decorrido oito meses do lançamento do Plano Safra (2016/2017), os resultados alcançados pelo Pronaf são preocupantes. Já que dos 30 bilhões de reais anunciados, até agora foram aplicados apenas 15,8 bilhões de reais (52%), o que projeta uma aplicação inferior a 22 bilhões até 30 de junho, data de encerramento do referido Plano Safra. Com isso, menos de um milhão de famílias devem ser atingidas (BIANCHINI, 2017).

A leitura da realidade e das características da microrregião e do município de Frederico Westphalen apresentada ao longo deste capítulo foi fundamental para visualizar, situar e compreender os resultados da pesquisa de campo realizada, que será apresentada no capítulo a seguir.

³⁴ Gazolla e Schneider (2013, 2005).

5 OS AGRICULTORES FAMILIARES SEM SUCESSORES DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN

O presente capítulo possui caráter descritivo, no qual é caracterizado o contexto que envolve a temática deste estudo, fundamentada na pesquisa de campo realizada, que envolve 23 casos de agricultores familiares sem sucessores no município de Frederico Westphalen. A caracterização é composta por questões relativas à propriedade e ao trabalho realizado no mesmo, além das características relacionadas ao grupo familiar e principais ingressos monetários.

Com base nas condições internas das famílias, a primeira seção dedica-se à caracterização das propriedades familiares a partir de dados relativos à área do propriedade e origem, processo de trabalho, entre outras questões. Na sequência, apresentam-se as principais características dos agricultores através da análise de dados relativos à idade, escolaridade, número de irmãos e número de filhos.

Na terceira seção busca-se demonstrar os principais ingressos monetários dos agricultores familiares sem sucessores, com ênfase na aposentadoria rural e na produção para o autoconsumo e sua relevante representatividade na reprodução social dos agricultores familiares sem sucessores.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES FAMILIARES

Inicia-se a descrição dos dados da pesquisa de campo, apresentando a caracterização das propriedades familiares sem sucessores, composta por questões relativas à área da propriedade e origem, e processo do trabalho realizado no interior do mesmo. Foram consideradas propriedades familiares sem sucessores àquelas propriedades em que residem apenas os pais, pois os filhos, por distintas razões, já estão encaminhados profissionalmente fora da atividade agrícola ou da propriedade familiar.

No que diz respeito à área de terra média das propriedades, evidencia-se que as mesmas são relativamente pequenos, possuindo entre 2 e 56,5 hectares de área própria, acompanhando os valores médios regionais (Tabela 16). De acordo com Tito (2012), é neste local que se encontra a maior concentração de minifúndios do estado do Rio Grande do Sul, com tamanho médio das propriedades de 15 hectares, predominando, assim, a agricultura familiar.

Analisando o número de propriedades por estratos de área, evidencia-se que o maior percentual (43,5%) possui entre 10 a 20 hectares. Por outro lado, apenas uma propriedade (4,3%) possui mais de 50 hectares.

Tabela 16: Área média, mínima e máxima das propriedades familiares e estratos de área das propriedades. Frederico Westphalen, 2016

Medidas de dispersão		Área das propriedades	
Média		19,9	
Mínima		2	
Máxima		56,5	
Estrato de área	Número de propriedades	%	
0 a 5 ha	3	13,1	
6 a 10 ha	1	4,3	
11 a 20 ha	10	43,5	
21 a 50 ha	8	34,8	
Mais de 50 ha	1	4,3	
Total	23	100	

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Tratando-se da forma como ocorre a obtenção das propriedades, especialmente os familiares, Carneiro (2001) ressalta que as gerações de agricultores os obtêm de variadas formas, dentre as principais destacam-se a herança e a compra de terceiros ou parentes através de acordos familiares que visam, sobretudo, garantir a reprodução econômica e social das famílias. Cabe ainda destacar que a obtenção da propriedade pode ocorrer ainda de formas associadas, constituídas pela associação entre herança e compra.

No caso deste estudo, os agricultores obtiveram suas propriedades basicamente de três formas: somente compra, seguido de somente herança e finalmente associação entre herança e compra, em onze, oito e quatro casos respectivamente. De forma isolada, a obtenção por meio da compra foi a que predominou perante as demais.

Entretanto, de forma conjunta, a maior parte dos agricultores obteve a propriedade ou parte dela através de herança, ou seja, somente por herança ou herança mais compra de parentes e/ou terceiros. Verifica-se assim que o principal meio de acesso à terra tem sido a transmissão geracional (pais para filhos).

De acordo com Spanevello (2008), a obtenção através da herança ocorre quando o pai deixa para o filho sucessor a propriedade, conforme já destacado. Já a aquisição constituída de parte por herança e parte por compra ocorre quando o atual proprietário da propriedade

herdou uma área de terra por conta dos acertos da divisão com os demais irmãos e o restante foi adquirido através de compra.

Ainda a esse respeito, evidenciou-se que em todos os casos de acesso à terra via herança o homem foi o herdeiro, nos quais os atuais proprietários herdaram a propriedade dos pais, ou receberam áreas em outros locais. Ou seja, estes dados confirmam a dimensão de gênero, que já é apresentada na literatura, atestando que a herança de terra privilegia predominantemente os filhos do sexo masculino.

Conforme ressalta Carneiro (2001), as mulheres geralmente não são candidatas a receber a herança da terra porque tradicionalmente seu trabalho na agricultura é visualizado apenas como uma extensão do papel de esposa, não sendo, portanto, reconhecidas socialmente como gestoras da propriedade familiar e “merecedoras” de herança. Diante disso, na divisão do patrimônio, uma das regras costumeiras é recompensar as mulheres com o enxoval composto de roupas de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, máquina de costura e vaca leiteira, podendo ter mais ou menos itens de acordo com as condições financeiras dos pais. Deste modo, geralmente o homem acaba sendo o herdeiro.

Em relação ao tempo em que os agricultores estão instalados na propriedade atual, o mesmo é bastante variável. De modo geral, os agricultores residem no local a mais de 30 anos, sendo que a média reside em 32,5 anos. Destes agricultores, o que reside a mais tempo está na atual propriedade há 49 anos e o que reside a menos tempo está a apenas 3 anos.

Neste último caso apresentado, o agricultor e sua esposa continuam residindo na mesma localidade do município, porém, recentemente, adquiriram uma área de terra em um local mais próximo à sede da comunidade, no qual há maior número de vizinhos, tendo em vista que o local no qual residiam anteriormente era mais afastado e praticamente não havia moradores próximos, devido ao esvaziamento do meio rural que já é constatado no local. O agricultor, que sofre de problemas cardíacos, e sua esposa residindo sozinhos, sem filhos, optaram pela mudança, por questões de segurança. Na atual propriedade há produção para o autoconsumo e na antiga propriedade são cultivados grãos em parceria com um vizinho. Este regime de parceria se dá da seguinte forma: como o agricultor não possui os maquinários necessários para realizar os cultivos, o vizinho os fornece e realiza o plantio, cuidados e colheita na área de terra disponível. Possivelmente este fato refere-se a uma estratégia ou arranjo adotado pelos pais diante da ausência de sucessores.

Tratando-se dos processos de trabalho que ocorrem no interior das propriedades familiares sem sucessores, evidencia-se que, embora parte das tarefas seja desenvolvida

através do uso de força de trabalho mecanizada, a importância assumida pela mão de obra familiar é bastante evidente, a qual é escassa devido a saída dos filhos do meio rural.

Diante disso, as atividades são realizadas apenas pelos pais, o que acaba gerando um grande número de atribuições e uma sobrecarga de trabalho aos mesmos. Em apenas dois dentre os casos analisados há contratação de terceiros, porém de forma esporádica, em determinados períodos do ano, a qual é empregada especificadamente na produção de fumo.

O fato de estas propriedades contarem apenas com a força de trabalho do casal faz com que a divisão social do trabalho seja bastante relativizada, tendo em vista que o casal precisa “pegar junto” para dar conta dos afazeres. Sendo assim, as mulheres auxiliam os homens nas atividades ligadas a lavoura e pecuária; em contrapartida, os homens auxiliam as mulheres nas atividades domésticas, cuidado com a horta, pequenos animais e produção para o autoconsumo.

Inclusive, observou-se que as atividades ligadas a gestão, comando e tomada de decisões nas propriedades também são compartilhadas entre os homens e as mulheres. O fato é que a maioria das mulheres possuem benefícios previdenciários, o que acaba proporcionando a elas maior autonomia e poder de decisão nas famílias. Se antes a renda proveniente do seu trabalho era administrada quase que exclusivamente pelo marido, hoje elas são responsáveis pelo próprio dinheiro.

Bianchini (2010) atribui a essa relativização na divisão social do trabalho³⁵ entre homens e mulheres a limitada mão de obra na família, ao contrário do que ocorria no passado, onde as famílias eram numerosas e os filhos representavam uma importante força de trabalho.

Por fim, apresentando uma breve síntese desta seção que abordou a caracterização das propriedades familiares sem sucessores, destacam-se os aspectos mais representativos no quadro 1:

³⁵ Estudos de Carneiro (2001); Paulilo (2004); Brumer (2004); Zorzi, (2008); Hernández (2009), Spanevello et al. (2016) entre outros mostram que, tradicionalmente, os homens e mulheres possuíam papéis distintos nos processos de trabalho.

Quadro 1: Síntese das principais características das propriedades familiares

Principais características	Aspectos mais representativos
Área das propriedades	Entre 2 e 56,5 hectares (média de 19,9 hectares)
Forma de obtenção	Herança (podendo ser somente herança ou parte por herança e parte por aquisição).
Tempo de obtenção	Maioria mais de 30 anos (média de 32,5 anos).
Mão de obra	Familiar (desenvolvido apenas pelos pais). Em virtude da reduzida oferta de mão de obra observou-se que praticamente não há divisão social e sexual do trabalho como ocorria tradicionalmente.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Dando sequência à caracterização, a seção seguinte tratará das principais características dos agricultores familiares sem sucessores.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Os resultados apresentados nesta seção permitem analisar as características dos agricultores familiares sem sucessores sobre aspectos como idade e escolaridade, número de filhos e número de irmãos. Inicialmente, se apresentam informações referentes à idade dos agricultores, a qual contempla informações da estatística descritiva, bem como o número de agricultores divididos por faixas etárias (Tabela 17).

Tabela 17: Idade média, mínima e máxima dos agricultores familiares e estrato de idade (anos) dos indivíduos. Frederico Westphalen, 2016

Medidas de dispersão	Idade homens	Idade mulheres
Média	61,5	58,7
Mínima	50	50
Máxima	79	74
Faixa Etária	Número	%
De 50 a 55 anos	11	23,9
De 56 a 60 anos	18	39,1
De 61 a 65 anos	7	15,2
Acima de 65 anos	10	21,8
Total	46	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Os agricultores homens possuem idades entre 50 e 79 anos, uma vez que a média reside em 61,5 anos, sendo esta superior à média de idade das agricultoras, representada por 58,7 anos, possuindo idades mínimas e máximas de 50 e 74 anos, respectivamente. Ainda, os dados acima indicam que o maior número de agricultores encontra-se no estrato de 56 a 60 anos de idade, seguido do estrato 50 a 55 anos.

As idades mínimas (50 anos) explicam-se pelo fato de que se optou por realizar entrevistas apenas com agricultores que tinham idade igual ou superior a 50 anos (a exemplo do estudo realizado por Spanevello (2008), justificado pelo fato da pesquisa centrar-se em casos em que a sucessão já devia estar definida ou encaminhada, considerando-se, assim, este recorte etário adequado³⁶.

De acordo com o Censo Agropecuário (2006), no município de Frederico Westphalen 38,9% dos estabelecimentos são chefiados por pessoas com idade acima de 55 anos. E se esta mesma análise considerar a faixa etária acima de 45 anos, os resultados são ainda mais significativos, chegando a aproximadamente 71%, o que demonstra que são poucos os estabelecimentos geridos por pessoas mais jovens. No caso do presente estudo, o percentual de estabelecimentos chefiados por agricultores acima de 55 anos é ainda maior, denotando claramente que há uma relação direta entre envelhecimento populacional e dificuldades na sucessão.

Ainda a respeito das questões relativas a idade, Bianchini (2010), em estudo semelhante, evidenciou que 40% dos agricultores familiares sem sucessores tinham idade inferior a 50 anos, e, se a mesma análise feita considerasse a faixa etária até 55 anos o percentual seria igual 70%. Neste caso, aquela autora constatou que diversas propriedades sem sucessores apresentam os pais relativamente jovens, o que representa agricultores com uma vida bastante ativa e relativamente longa.

Nos aspectos relacionados à escolaridade, a grande maioria dos agricultores, independente do sexo, cursaram apenas as séries iniciais (Tabela 18). Dentre as situações analisadas, apenas um entrevistado possui o ensino superior completo, o qual possui graduação em física (licenciatura), atuando como professor no meio rural do município. Também, como outras duas agricultoras possuem o ensino médio completo. Os demais agricultores cursaram apenas o ensino fundamental, e destes, a maior parte não o concluiu, cursando apenas até a quarta série ou menos que isso.

³⁶ Os critérios pré-estabelecidos para escolha dos agricultores entrevistados estão detalhados no capítulo introdutório na seção 1.3 que refere-se aos procedimentos metodológicos.

Tabela 18: Grau de instrução dos agricultores familiares no município de Frederico Westphalen, 2016

Grau de Instrução	Homens	%	Mulheres	%
Ensino fundamental (até a 4ª série).	18	78,3	15	65,2
Ensino fundamental (de 5ª a 8ª série).	4	17,4	6	26,1
Ensino médio completo	-	0	2	8,7
Ensino superior completo	1	4,3	-	0
Total	23	100	23	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

A baixa escolaridade desta geração de agricultores não reside apenas na escassez de escolas no meio rural no passado, mas também devido à baixa valorização do estudo para o desenvolvimento da atividade agrícola. Ou seja, o exercício da profissão de agricultor não estava associado à necessidade de estudar, considerando-se o conhecimento herdado da família o suficiente para o desempenho das atividades agrícolas. Em síntese, a educação e o trabalho desenvolvido na agricultura eram vistos como opções divergentes, desta forma, para permanecer na agricultura não era necessário dar continuidade aos estudos.

Além da baixa valorização da educação para o desenvolvimento da atividade agrícola, na percepção dos agricultores, os motivos que os levaram a não ter dado continuidade aos estudos dizem respeito basicamente a quatro fatores: i) a falta de acesso às escolas devido a distância ou falta de transporte no meio rural; ii) a não existência de uma lei que visasse a universalização do ensino; iii) o fato de que tinham que auxiliar os pais no trabalho da propriedade, o que incluía tanto trabalho na lavoura, quanto o cuidado com os irmãos mais novos e; iv) a falta de apoio dos pais e até mesmo a falta de recurso financeiro, tendo em vista que as famílias eram bastante numerosas naquela época. Os fatores condicionantes que levaram os agricultores a não ter continuado os estudos foram reforçados nos depoimentos dos mesmos:

Estudar era mais difícil, era longe, não tinha transporte, eu até fui estudar um ano fora (o agricultor refere-se ao estudo no meio urbano), mas era longe, tinha que caminhar uns 8 km pra depois pegar o transporte, dai acabei desistindo (FAMÍLIA 5).

Ninguém estudava, não é como agora que tem a lei, que é obrigado as crianças estudarem (FAMÍLIA 2).

Antigamente seguravam os filhos em casa para trabalhar, e em troca davam um pedaço de terra, não tinha oportunidade de estudar (FAMÍLIA 12).

Os pais não tinham condições, eram muitos filhos, como que ia dar estudo para todos os filhos (FAMÍLIA 22).

A questão de gênero também é apontada por uma agricultora como uma das razões que fez com que ela não pudesse dar continuidade aos estudos. Neste caso o ensino médio era ofertado apenas no turno da noite na localidade onde a mesma residia. Conforme ressalta:

Não estudei mais porque os pais não deixavam, os meus não deixavam, principalmente as filhas mulheres. O pai dizia mulher não vai à aula de noite. Mais tarde as minhas irmãs mais novas já fizeram o Ensino Médio, eu não fiz porque o pai não deixou (FAMÍLIA 8).

Neste sentido, devido à menor escolaridade observada entre os agricultores, uma especificidade destes é a continuidade da ocupação, visto que todos, tanto os homens quanto as mulheres, declararam ser filhos de agricultores, ou seja, seguiram a mesma ocupação de seus pais. Diferentemente do que é observado nos dias atuais, em que, para ser agricultor, não basta ser apenas filho de agricultor, é preciso almejar o futuro com o olhar voltado para o meio rural e a agricultura.

Finalizando a análise referente à caracterização dos agricultores, as Tabelas 19 e 20 contemplam informações referentes ao número de irmãos e de filhos dos agricultores. Em relação ao número de irmãos, os agricultores têm entre 2 e 17 irmãos, sendo que a média reside em 8,9 irmãos. Já em relação ao número de filhos, constata-se que os agricultores têm entre 1 e 6 filhos, sendo 2,5 filhos em média por casal. Esses dados evidenciam claramente a significativa diminuição no número de filhos de uma geração para a outra, confirmando o que já vem sendo apontado pela literatura³⁷ e discutido ao longo deste trabalho, tendo em vista que o número de irmãos dos agricultores é bastante numeroso, comparativamente ao número de filhos dos mesmos, que é bastante reduzido.

Tabela 19: Número médio, mínimo e máximo de irmãos e de filhos dos agricultores. Frederico Westphalen, 2016

Medidas de dispersão	Número de irmãos
Média	8,9
Mínima	2
Máxima	17
Medidas de dispersão	Número de filhos
Média	2,5
Mínima	1
Máxima	6

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

³⁷ A respeito do tema, destaca-se as escritas de autores como Alves e Cavenaghi (2012); Godoi (2014); Neves e Schneider (2015); Wong e Carvalho (2006); Zuanazzi (2015).

Dentre os casos analisados, o maior número de agricultores, 47,9%, tem entre 5 e 9 irmãos, seguido de 36,9% que tem entre 10 e 14 irmãos. Juntos, estes dois estratos (5 a 14 irmãos) representam 84,8% dos agricultores.

Tratando-se do número de filhos, os dados indicam que o maior número de agricultores tem apenas dois filhos, representando um percentual de 43,5%. Há ainda 21,6% dos agricultores que tem apenas um filho. Os dados indicam que em 65,1% das situações analisadas o número de filhos é inferior às taxas de reposição representada por 2,1 filhos.

Tabela 20: Número de irmãos e número de filhos distribuídos por número de agricultores no município de Frederico Westphalen, 2016

Número de irmãos	Número de agricultores	Porcentagem (%)
1 a 4	5	10,9
5 a 9	21	47,9
10 a 14	17	36,9
15 ou mais	2	4,3
Total	46	100
Número de filhos	Número de famílias	Porcentagem (%)
1	5	21,6
2	10	43,5
3	4	17,9
4 ou mais	4	17,9
Total	23	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

De modo geral, destaca-se que a idade dos pais tem relação direta com o número de filhos: os casais mais idosos possuem maior número; em contrapartida, os casais mais jovens possuem menor número de filhos. Estes dados indicam que a redução no número de filhos apresenta-se como um processo de queda gradual, que tende a diminuir ao longo do tempo.

Enquanto no passado as famílias dos agricultores eram numerosas, nos dias atuais observa-se o inverso. Esta situação configura uma relevante mudança demográfica representada pela diminuição nas taxas de fecundidade³⁸. Conforme dados divulgados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015), houve considerável redução nos níveis de fecundidade entre as mulheres no município de Frederico Westphalen nas últimas décadas, chegando a uma média de 1,6 filhos por mulher em 2010.

³⁸ As questões demográficas com base na variável fecundidade foram abordadas mais detalhadamente no capítulo 2, mais especificadamente na seção 2.2.2.

Além da utilização dos métodos contraceptivos que contribuem para essa tendência de diminuição no número de filhos, há ainda uma revolução no papel social da mulher e nas relações de gêneros tradicionais, conforme ressaltam Camarano e Kanso (2010). Para as autoras, há atualmente uma maior integração da mulher no mercado de trabalho e uma maior contribuição da renda das mulheres no total da renda das famílias brasileiras, alterando as relações tradicionais de gênero “mulher cuidadora e homem provedor”.

Em resumo, as principais características dos agricultores familiares sem sucessores abordadas na seção são expressas no Quadro 2:

Quadro 2: Síntese das principais características dos agricultores

Principais características	Aspectos mais representativos
Faixa etária	Predomina a faixa etária entre 50 e 60 anos, sendo que, a idade média entre os homens é 61,5 anos e entre as mulheres é 58,7 anos.
Escolaridade	Predomina o ensino fundamental incompleto (1ª a 4ª série) na grande maioria dos casos.
Número de filhos (as)	Famílias com um até seis filhos, sendo a média de 2,5 filhos por casal.
Número de irmãos dos agricultores	Entre 2 e 17 irmãos, sendo que a média reside em 8,9 irmãos.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

A próxima seção do capítulo tratará de questões relativas às principais entradas monetárias dos agricultores familiares sem sucessores.

5.3 O SUSTENTO DOS AGRICULTORES: ENTRADAS MONETÁRIAS AGRÍCOLAS, PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO E APOSENTADORIA RURAL

Nesta seção, busca-se apresentar e analisar as principais entradas monetárias dos agricultores familiares sem sucessores. De antemão antecipa-se que, embora a amostra estudada não seja estatisticamente representativa do total da população, os dados coletados apontam para uma importância da aposentadoria rural e da produção para o autoconsumo na reprodução social das famílias analisadas.

Este é um indicativo de que as novas ruralidades estão também presentes no meio rural de Frederico Westphalen, no qual as atividades primárias e rendas agrícolas seriam apenas um ingrediente a mais em uma realidade caracterizada por um meio rural multifuncional e pluriativo.

Estudos a respeito deste tema (novas ruralidades e a abordagem da multifuncionalidade e pluriatividade do rural) surgiram a partir do reconhecimento das novas dinâmicas existentes no meio rural. Conforme Anjos e Caldas (2009), neste novo contexto do rural, além dos agricultores pluriativos (que combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas), identificam-se “novos atores sociais”, como é o caso dos aposentados, e outras categorias, cuja sobrevivência depende cada vez menos de atividades relacionadas com a agricultura.

Dada essa queda na importância da renda proveniente de atividades agropecuárias, Silva (2001) ressalta que muitas das famílias rurais brasileiras estão tornando-se não agrícolas, garantido sua sobrevivência mediante transferências sociais, tais como aposentadorias.

No caso do presente estudo, além da renda proveniente da aposentadoria rural, o sustento das famílias analisadas ocorre por meio do envolvimento em atividades agrícolas e da produção para o autoconsumo. As atividades não agrícolas não foram apontadas como existentes para a geração de renda nas propriedades familiares analisadas. Esta constatação está relacionada, sobretudo, com o recorte delimitado para o estudo, que são os agricultores familiares sem sucessores, uma vez que o exercício da pluriatividade, necessita de elementos endógenos muito claros, tais como relativa abundância de força de trabalho (famílias mais numerosas), indivíduos com maiores graus de instrução e jovens, o que não é encontrado junto aos agricultores familiares sem sucessores, devido ao tamanho reduzido das famílias. Outra razão que nos auxilia a explicar esta evidência é o fato dos agricultores, na sua maioria, já contarem com o recebimento da aposentadoria rural.

Num primeiro momento, tratando-se das atividades agrícolas de modo geral, verificou-se que as propriedades como um todo são bastante diversificadas, especialmente em relação às atividades que visam o autoconsumo familiar. Entretanto, internamente a unidade de produção evidencia-se que a maior parte tende a se especializar em geralmente dois produtos.

Esta característica (especialização produtiva) provavelmente está associada ao fato do estudo ter sido desenvolvido em propriedades familiares sem sucessores, nos quais, os pais, em idade já avançada, muitas vezes beneficiários da aposentadoria rural, acabam encerrando determinadas atividades, conforme será mais bem detalhado na sequência.

Este indicativo nos sugere que em um futuro não muito distante a agricultura familiar local tenderia a especializar-se mais ainda, especialmente na produção de *commodities*. A esse respeito, Favaretto (2014) ressalta que a baixa densidade populacional acaba se tornando um

complicador para a diversificação econômica em áreas rurais estagnadas ou aquelas que perdem população.

As atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades e a área destinada à produção para o autoconsumo são apresentadas na Tabela 21:

Tabela 21: Fontes de ingressos monetários agrícolas e autoconsumo familiar

Ingressos monetários agrícolas	Nº de casos	%
Apenas grãos (soja e milho)	3	13
Apenas atividade leiteira	3	13
Grãos e pecuária (atividade leiteira e/ou bovinos de corte)	6	26,1
Não há ingressos monetários agrícolas	5	21,6
Frutas/legumes/verduras e atividade leiteira	2	8,9
Fumicultura, grãos e atividade leiteira	4	17,4
Total	23	100
Área total destinada à produção para o autoconsumo (%)	Nº de casos	%
De 5 a 10%	13	56,6
De 10 a 20%	5	21,7
100%	5	21,7
Total	23	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Como pode se constatar, dentre os casos analisados evidenciaram-se cinco grupos de atividades agrícolas realizadas nas propriedades familiares sem sucessores. Destes, por ordem de representatividade em relação ao número de casos, destacam-se: grãos e pecuária; fumicultura; grãos e atividade leiteira; apenas grãos (soja e milho); apenas atividade leiteira e; frutas/legumes/verduras e atividade leiteira.

Cabe destacar que a atividade leiteira está presente em aproximadamente 65% das propriedades, individualmente ou combinada com outras atividades, por tratar-se de uma atividade que proporciona ganho mensal às famílias. A esse respeito, observou-se que na medida em que os agricultores se tornam beneficiários da aposentadoria, a atividade leiteira tende a ser encerrada.

Esta constatação nos permite inferir que os agricultores primam pelo recebimento de uma renda mensal. Assim, enquanto os mesmos não são beneficiários da aposentadoria rural, tendem a desenvolver a atividade leiteira, em detrimento de atividades que resultam em rendas anuais, por exemplo. Esta “opção” por rendas mensais também reflete certas questões relacionadas às despesas, muitas delas também mensais, tais como luz, telefone, entre outras.

Neste sentido, os dados empíricos demonstraram que em todas as propriedades em que os agricultores ainda não são aposentados, a atividade leiteira está presente. Entretanto, há perspectivas destes encerrarem esta atividade com o tempo, ou seja, quando tornarem-se beneficiários da aposentadoria. Conforme relata a Família 6, “A sala de ordenha nós não fizemos nova porque daqui três anos a Ica (esposa) se aposenta e disse que não vai mais tirar leite”.

Em relação a produção de grãos, a mesma está presente em aproximadamente 57% dos casos analisados, sendo produzido de forma individual ou combinado com outras atividades. Dentre os produtos destaca-se a soja e o milho. O milho, além de sua comercialização na forma de grãos, é utilizado para alimentação de animais domésticos, tais como bovinos, galinhas e suínos, produzidos nas propriedades para o consumo da família.

Somada a produção que é comercializada, a produção para o autoconsumo³⁹ é um fator bastante relevante que contribui para a reprodução das propriedades familiares, estando presente em todas as situações analisadas, ou seja, em todas as propriedades há horta e pomar, onde são produzidos frutas, legumes e verduras (saladas e temperos). Além destes produtos, os agricultores criam galinhas, suínos e bovinos, além de realizarem o processamento de alimentos, tais como geleias, conservas e queijos, com o intuito de atender às necessidades da família.

Em relação a área total destinada a produção para o autoconsumo, na maioria dos casos os agricultores utilizam entre 5 e 10% da área total, outros agricultores utilizam ainda entre 10 e 20%, e em cinco casos, 100% da área é destinada a produção para o autoconsumo. Neste último caso a produção agrícola visa exclusivamente o autoconsumo familiar, não havendo deste modo ingressos monetários via atividades agrícolas.

Grisa (2007), em estudo realizado em distintas regiões do Rio Grande do Sul, constatou que a produção para o autoconsumo refere-se a uma estratégia recorrida nas propriedades familiares, especialmente pelo fato de proporcionar segurança alimentar, sobretudo, pela qualidade dos alimentos e por ser uma forma de economizar recursos financeiros ao evitar a aquisição dos produtos em mercados externos à unidade familiar.

A esse respeito, na concepção de Gazolla (2004), o autoconsumo gera autonomia produtiva e reprodutiva para as famílias, uma vez que mantem o grupo doméstico, fazendo

³⁹ A produção para o autoconsumo foi alvo de reflexões desenvolvidas por autores clássicos, tais como Chayanov (1974) e Eric Wolf (1976). Para estes autores o autoconsumo refere-se a uma característica típica das formas familiares de produção e trabalho na agricultura. Mais recentemente, no contexto dos estudos rurais brasileiros, o tema é retomado por autores como Leite (2004), Gazolla (2004), Menasche (2007), Grisa (2007), entre outros.

com que a família dependa cada vez menos das condições externas às propriedades (mercados) para se reproduzir socialmente.

Cabe salientar que a produção para o autoconsumo não atende às necessidades apenas dos pais que residem na propriedade, mas também dos filhos que residem no meio urbano. Essa constatação é reforçada nas palavras dos entrevistados.

Produzimos alimentos para o nosso consumo, e também para os filhos, que vem aqui na propriedade e levam coisas pra cidade também. Por exemplo, a gente abate um animal dai os filhos levam carne, levam queijo também (FAMÍLIA 12).

No final de semana é sempre na casa da mãe, tem salsinha, cebolinha, alface, ela (a filha) faz “rancho” na minha casa, leva carne, queijo, leite, tudo daqui da propriedade (FAMÍLIA 20).

Além dos ingressos monetários agrícolas e da produção para o autoconsumo, que visam o sustento das famílias, grande parte dos agricultores conta com o recebimento da aposentadoria rural (Tabela 22).

Tabela 22: A aposentadoria rural e a participação no ingresso monetário total

Nº de beneficiários da aposentadoria rural por família de agricultores	Nº de casos	%
Dois (casal)	14	60,9
Apenas um	2	8,7
Nenhum	7	30,4
Total	23	100
Aposentadoria rural no total dos ingressos monetários totais (%)	Nº de casos	%
De 25 a 50%	5	21,7
De 50 a 75%	6	26,1
100%	5	21,7
Sem beneficiários da aposentadoria rural	7	30,5
Total	23	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Das 23 situações analisadas, sete não possuem nenhum membro da família aposentado. Das dezesseis que possuem, em dois casos apenas a esposa é beneficiária, tendo em vista que as mulheres se aposentam mais cedo que os homens. No total, independentemente de haver um ou dois membros por família, a aposentadoria rural está presente em 70% das propriedades.

Estes dados demonstram que a aposentadoria rural é de importância no total dos ingressos monetários totais, especialmente naquelas famílias em que o casal é aposentado. Nestes casos, geralmente a aposentadoria representa entre 50% e 75% dos ingressos monetários totais da propriedade. Já nos casos em que apenas um dos familiares é aposentado, o valor representa entre 25 e 50%. Os valores apontados são significativos e, possivelmente, denotam que os ingressos monetários gerados pelas atividades agrícolas são consideravelmente baixos nas propriedades familiares sem sucessores com beneficiários da aposentadoria rural.

Em partes, isso se explica pelo fato de que a aposentadoria rural, por tratar-se de um valor recebido mensalmente, possui expressiva participação na composição dos ingressos monetários totais, especialmente em propriedades em que são produzidos grãos, cuja entrada geralmente é anual ou semestral.

Além disso, constatou-se que em cinco dos casos analisados a aposentadoria rural é a única fonte de renda dos agricultores, ou seja, representa 100% do total. Estas propriedades, que se dedicam apenas a produção para subsistência, não produzem nenhum tipo de produto para comercialização, e possuem respectivamente: 3,5 ha; 2 ha; 3,1 ha; 12 ha e 7 ha de área própria.

Dos casos analisados, estas propriedades são os que possuem menor área de terra. Estes dados nos sugerem que há uma estreita relação entre produção para o autoconsumo e tamanho das propriedades. Ou seja, quanto menores as áreas, mais excluídos em termos tecnológicos e de produção de *commodities*.

Chama-se a atenção para o caso de uma destas propriedades, no qual, apesar de ser composto por 12 hectares, não há produção para comercialização, sendo que o mesmo apresenta relevo bastante acidentado e é considerado um dos fatores limitantes. De acordo com os pais, até que os mesmos não eram beneficiários da aposentadoria rural, era cultivado fumo manualmente. Atualmente, nestas áreas encontra-se apenas “capoeira”, tendo em vista que não há nenhum tipo de produção neste local. A produção para subsistência encontra-se nas áreas mais planas e mais próximas a residência.

Neste exemplo, verificam-se propriedades voltadas quase que apenas para moradia rural, com produção para o autoconsumo, demonstrando o que já foi evidenciado em estudos realizados por Wanderley (2001), nos quais a autora afirma que o meio rural se tornou um espaço atrativo para descanso e lazer, no qual grande número de aposentados permanece ou retorna a este local após o período de atividade produtiva. Ou seja, enquanto que, no passado, as pessoas que deixavam as atividades agrícolas deixavam também o meio rural, em períodos

mais recentes boa parte da população continua residindo no meio rural apesar de deixar as atividades agrícolas.

A combinação entre aposentadoria rural mais produção para subsistência garante que os aposentados vivam no meio rural em melhores condições de vida, já que muitas vezes um salário mínimo seria insuficiente para manter-se no meio urbano, tendo em vista o maior custo de vida neste local e a impossibilidade de produzir seus próprios alimentos. Nesses casos, os pais optam por continuar residindo no meio rural apesar dos filhos já terem migrado. Sendo assim, embora sua capacidade de trabalho fique um tanto reduzida, cabe destacar que os aposentados permanecem realizando atividades agrícolas, mesmo após a conquista da aposentadoria, e dentre estas atividades a produção para o autoconsumo se sobressai perante as demais.

Ou seja, a aposentadoria por idade no meio rural, diferentemente da urbana, possibilita ao aposentado continuar trabalhando, especialmente em atividades produtivas voltadas para o autoconsumo familiar e isso se deve a distintas razões, entre elas, os agricultores permanecem trabalhando porque consideram insuficiente viver apenas com o dinheiro da aposentadoria. Conforme ressaltam: “Se nós tivéssemos que comprar tudo o que produzimos aqui na propriedade (carne, leites e ovos), a gente não sobrevive só com a aposentadoria”. Outras razões residem ainda no fato de gostar da atividade agrícola, de plantar, de cuidar dos animais, o que os mantém ativos e com autoestima elevada.

Em suma, Tonezer (2009) resalta que nestes casos a produção agrícola ganha um novo significado, ou seja, se antes os agricultores eram “obrigados” a trabalhar para sobreviver, hoje, muitas vezes, continuam trabalhando, porém, pelo simples prazer. Neste sentido, os agricultores aposentados dificilmente param de trabalhar, a menos que as limitações de ordem física os obriguem.

A esse respeito, Valadares e Galiza (2016), observando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD), evidenciaram que ao menos metade dos beneficiários da previdência rural afirma estar ocupada, e destes, aproximadamente 90%, afirmam realizar atividades ligadas diretamente à agricultura familiar.

Esse acontecimento já havia sido observado, no final da década de 1990 e início da década de 2000, por Graziano da Silva, o qual o autor denominou de “retomada da produção de subsistência”, proporcionado em grande parte pelas transferências sociais de renda (sendo a principal delas a aposentadoria rural).

No que tange a relevância desta política, Biolchi (2002) indica que a mesma adquire importância na medida em que este recurso contribui para diminuir a carência de grande parte

das famílias que residem no meio rural, especialmente nos municípios em que a agricultura familiar é a base social e econômica, como é o caso da microrregião de Frederico Westphalen.

Neste sentido, Schwarzer (2000) corrobora afirmando que uma das principais funções da aposentadoria consiste em evitar que os idosos permaneçam sem rendimentos em momentos que atingem seu ciclo de vida com restrições físicas, nos quais não devem ser expostos ao trabalho mais pesado. Desta forma, a aposentadoria aumentou a possibilidade de permanência das pessoas idosas no meio rural (FROEHLICH et al., 2011).

Além disso, conforme Ramos e Arend (2012), os benefícios previdenciários exercem influência na autonomia financeira das pessoas idosas, o que provavelmente acaba aumentando a tendência de arranjos familiares independentes (casal de aposentados ou membros individuais), como é o caso dos agricultores que integram este estudo. Esta afirmação é reforçada nas palavras de um agricultor:

Uma vez que existia aquelas famílias grandes (o agricultor refere-se ao elevado número de filhos), e ficava os filhos “em roda” dos pais trabalhando, os pais conseguiam viver na colônia sem ter uma aposentadoria, hoje não conseguem mais, uma pessoa que não tem mais condições de trabalhar não tem como sobreviver no meio rural sem a aposentadoria (FAMÍLIA 16).

Para além da importância e relevância da aposentadoria rural na composição dos ingressos monetários totais dos agricultores familiares sem sucessores, observou-se neste estudo que o recebimento deste benefício tende a funcionar também como um “substituto” em relação ao acesso a políticas públicas de financiamentos, especialmente o Pronaf.

Ou seja, os agricultores tendem a não acessar mais o Pronaf no momento em que se tornam beneficiários da aposentadoria rural. “Quando me aposentei não acessei mais o Pronaf, porque não quis mais assumir compromissos com dívidas” (FAMÍLIA 16), ressalta um agricultor.

Estas informações possivelmente refletem numa menor demanda por crédito rural Pronaf por parte dos agricultores, conforme ilustram as informações divulgadas pela FAO (BIANCHINI, 2017), apresentado na seção 4.5, as quais demonstram haver uma tendência de redução no número de contratos realizados via Pronaf que deverá se manter nos próximos anos.

A esse respeito, Delgado e Cardoso Jr. (1999) destacam que as rendas provenientes da aposentadoria rural possibilitam às famílias formar um excedente monetário e reinvestir na atividade produtiva, tendo em vista que a aposentadoria representa um seguro agrícola ou mesmo um capital de giro nas propriedades familiares, sendo assim, uma forma estratégica de

sobrevivência e de reprodução social das famílias rurais, oferecendo aos aposentados maior segurança social, tornando-os menos dependentes dos ciclos agrícolas e da renda dos filhos.

Resumidamente, a forma como se dá o sustento dos agricultores familiares sem sucessores está sintetizado no Quadro 3:

Quadro 3: Síntese das principais características referentes ao sustento dos agricultores familiares sem sucessores

Principais características	Aspectos mais representativos
Meios de sustento dos agricultores	Atividades agrícolas, produção para o autoconsumo e aposentadoria rural.
Atividades agrícolas	Na maior parte dos casos é desenvolvida duas ou mais atividades, sendo que a produção de grãos (soja e milho) e a atividade leiteira predominam.
Produção para o autoconsumo	Ocupa entre 5 e 20% da área total, sendo que em cinco casos ocupa 100% da área.
Aposentadoria rural	Representa entre 25 e 50% dos ingressos monetários totais da família, nos casos em que apenas um familiar é aposentado e entre 50% e 75% nos casos em que o casal é aposentado e em 5 casos representa 100%.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Pôde-se observar neste capítulo as principais características dos agricultores familiares sem sucessores e suas propriedades. No capítulo seguinte tratar-se-á das questões relativas a saída dos filhos do meio rural e a ausência de sucessão familiar nas propriedades analisados.

6 A SAÍDA DOS FILHOS DO MEIO RURAL: (NOVOS) ARRANJOS, ESTRATÉGIAS E PROJETOS DOS PAIS

Ao longo deste estudo as discussões apontaram para a ocorrência de mudanças na dinâmica da população rural, tais como diminuição no seu contingente, especialmente da população mais jovem, e quedas nas taxas de fecundidade, o que tem ocasionado envelhecimento das pessoas que optam por continuar a viver neste meio, ou seja, aumenta a idade média dos habitantes desta população. Neste sentido, o presente capítulo tem como objetivo apresentar e analisar o que a saída dos filhos implica em termos de novos arranjos, estratégias e projetos dos pais, bem como uma caracterização dos filhos não sucessores.

Para tanto, num primeiro momento, dando início às discussões, apresentam-se algumas reflexões feitas pelos agricultores a respeito da problemática da saída dos jovens do meio rural, que envolve a reprodução social da agricultura familiar.

Posteriormente, na segunda parte do capítulo, apresentam-se informações referentes aos filhos não sucessores, analisadas a partir de variáveis como idade, escolaridade, local de residência atual, idade ao migrar, motivações, entre outras questões. Estes dados, apesar de referirem-se aos filhos, foram também informados pelos pais.

As razões pelas quais os agricultores familiares não obtiveram sucessão em suas propriedades, se houve estímulo por parte dos pais para que os filhos permanecessem no meio rural e as principais motivações que, na visão dos pais, contribuem para a migração dos jovens, entre outras questões, serão apontadas na terceira seção.

A quarta seção irá abordar se houve alterações nas dinâmicas produtivas das propriedades familiares após a saída dos filhos do meio rural e, em havendo, em que momento as mesmas ocorreram. Por último, na quinta seção serão abordados os sonhos e expectativas dos pais sobre continuar ou não residindo no meio rural e compreender o futuro destas propriedades frente aos contextos de ausência de sucessão familiar.

6.1 O ENTENDIMENTO DOS AGRICULTORES ACERCA DA PROBLEMÁTICA DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

O futuro da agricultura familiar diante da saída dos filhos do meio rural é motivo de preocupação também entre os agricultores, especialmente porque os jovens representam a força renovadora desta forma social de trabalho e produção. Esta seção apresenta algumas reflexões e considerações realizadas pelos agricultores a respeito da saída dos jovens do meio rural.

No que tange à produção de alimentos, apesar das controvérsias apresentadas na literatura⁴⁰ acerca da participação da agricultura familiar no cenário econômico nacional, para os agricultores familiares sem sucessores sua relevância é inquestionável. Conforme relatam:

Se não mudar a mentalidade das pessoas que é da roça que se “arranca” mandioca, batata, tomate e alface, não sei como vai ser, isso vai ser um problema, não vai ter gente que queira mexer com a terra, fazer trabalho manual. Tem que mudar a política da agricultura familiar, ter mais incentivo, senão não sei o que o povo vai comer, num futuro bem próximo está se desenhando um cenário muito preocupante. Cada vez é mais gente na cidade para comer e menos gente no interior para produzir (FAMÍLIA1).

Quem vai fazer um queijo de colônia? As meninas não vão aprender mais a fazer essas coisas, nem conservas, chimias, vai terminar a agricultura familiar aqui em Frederico Westphalen. A maioria das pessoas que moram aqui na nossa linha já tem mais de 60 anos. E o que preocupa, é a nossa comida, como vai ser, se isso não mudar, quem vai produzir? É preocupante, até que tem estes agricultores que já estão tudo bem, mas e nas próximas gerações (FAMÍLIA1).

As possibilidades de maior concentração fundiária, característicos da agricultura familiar, também é motivo de preocupação entre os agricultores quando fala-se em concentração fundiária e produtiva⁴¹. Nos depoimentos dos agricultores: “Aqueles que têm maior poder aquisitivo vão continuar, porque vão ir adquirindo as terras dos demais, mas o pequeno agricultor não” (FAMÍLIA3) e “Só vai ficar os agricultores que trabalham com máquinas, daí eles vão produzir apenas soja, milho e não alimentos como mandiocas e outros” (FAMÍLIA 17), evidenciam-se estas constatações, as quais também se fazem presentes ao analisarmos dados estatísticos secundários.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, no município de Frederico Westphalen, 1.398 estabelecimentos agropecuários declararam algum valor de produção, incluindo o autoconsumo, sendo que, praticamente 45% do total dos estabelecimentos produziram apenas 7,0% do valor de produção. Por outro lado, apenas 5% dos estabelecimentos produziram o equivalente a 47% do valor da produção. Resumindo, um número relativamente grande de estabelecimentos produziu muito pouco e um grupo pequeno foi encarregado da maior parte da produção de 2006.

⁴⁰ Conforme estudo de Buainain, Alves, Silveira e Navarro (2014), Navarro (2010), entre outros.

⁴¹ A concentração produtiva é discutida na literatura por autores como Eliseu Alves. Para o autor, tal acontecimento está amplamente ligado a modernização da agricultura que se deu de forma desigual, beneficiando apenas uma parcela reduzida de estabelecimentos e deixando à margem da modernização outra parcela. Seu principal artigo a respeito do tema foi publicado após a liberação do Censo 2006 (Alves; Rocha, 2010), e tem sido bastante relevante para demonstrar empiricamente a espantosa concentração (em valor) da produção agropecuária. Segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006), 4,4 milhões de estabelecimentos declararam produção e informaram explorar alguma área de terra. Destes, 500 mil, correspondentes a 11,4% do total, foram responsáveis por 87% do VBP naquele ano (produção vendida, autoconsumo e indústria caseira). O restante, 88,6% dos estabelecimentos (3,9 milhões), contribuiu somente com 13%. Nesse grupo, cerca de 2,9 milhões de estabelecimentos (66% do total) produziram apenas 3,3% do VBP de 2006; cada um destes gerou meio salário mínimo mensal desse valor.

Em virtude disso, verificou-se que os agricultores familiares sem sucessores temem que o meio rural de Frederico Westphalen deixe de ser característico de pequenas das propriedades com produção diversificada, passando a apresentar uma maior especialização produtiva e em escala, sobretudo a partir do plantio de *commodities*, as quais permitem maior grau de mecanização.

De modo geral, estes elementos nos permitem inferir que há possibilidades de modificações no perfil da região que conforma as comunidades rurais. Conforme ressaltam os agricultores:

A tendência é os agricultores que tem mais terra irem adquirindo daqueles que tem menos terra, e nós vamos sentir falta de alimentos porque quem tem maior quantidade de terra não se preocupa em plantar alimentos, como mandioca, batata... Vão plantar soja, milho, em grandes quantidades (FAMÍLIA4).

Se não tem sucessor vai acabar a agricultura familiar, é muito preocupante, vamos supor que a nossa geração morre, quem que vai sobrar aqui na nossa comunidade? E os jovens que ficar vão querer produzir apenas grãos que é mais fácil, plantar, “passar veneno” e colher (FAMÍLIA 8).

Quem tá se aposentando tá parando com a atividade leiteira, os agricultores mais jovens não estão entrando, a gente aguenta porque não tem outra alternativa, tem as vacas de leite já, vai fazer o que dai, não vale apenas investir em outra atividade agora, nós nem estamos mais investindo (FAMÍLIA 7).

Nas observações dos agricultores, o plantio de *commodities* será ainda mais representativo na produção agropecuária municipal diante da saída dos filhos do meio rural. Entretanto, a mecanização torna-se inviável em determinadas áreas de terra do município, pelas próprias características regionais, que é composta por relevo bastante acentuado. “Muitas terras vão virar “tapera”, as terras desniveladas ninguém vai plantar, como que vai fazer? As terras de máquinas sempre alguém vai plantar, mas e as outras? (FAMÍLIA 13)”, ressalta um agricultor.

Esse fato já vem sendo notado em alguns locais, conforme relato de um agricultor que aponta para uma área de terra de sua propriedade e explica o que vem ocorrendo: “Lá pra cima daquela ladeira, tudo foi lavoura, agora virou “capoeira”, eu não tenho mais condições de comprar uma junta de boi e lavrar, se tivesse um filho pra me ajudar tudo bem, mas assim não tem mais como produzir naquela área (FAMÍLIA 16)”.

Em suma, os agricultores acreditam que as áreas de terra com relevo mais acentuado irão “virar mato” diante das restrições à mecanização.

Vai virar bastante mato, quanto mato tem agora já, há alguns anos era tudo bem mais desmatado, antigamente nós plantava nas áreas de morro “a braço”, agora não plantamos mais, virou mato já. As áreas mais planas vão ser plantadas, com maquinários, o resto vai ficar abandonado (FAMÍLIA 12).

A saída dos jovens e os reflexos para o meio rural são perceptíveis entre os agricultores, especialmente em relação ao envelhecimento da população e esvaziamento do meio rural. “O interior vai acabar ficando vazio (FAMÍLIA3); Já tem pouquinhas propriedades no interior, os vizinhos tudo longe, quero ver como vai ser nas próximas gerações (FAMÍLIA 20); A gente vê aqui na nossa linha, a maioria está ficando só o casal e quando eles não puder mais trabalhar não sei como vai ser (FAMÍLIA 22).

Como pôde-se observar nesta seção, a saída dos jovens do meio rural e a ausência de sucessão, também são razões de questionamentos entre os agricultores familiares, sobretudo em relação a reprodução social da agricultura familiar. Dentre as manifestações estão presentes a questão da falta de alimentos, a concentração produtiva e fundiária, a maior especialização produtiva, sobretudo de *commodities*, além do envelhecimento e esvaziamento da população rural. Na seção seguinte será retratada a caracterização dos filhos não sucessores.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS FILHOS NÃO SUCESSORES

Esta seção tem como objetivo caracterizar os filhos não sucessores. São considerados não sucessores os filhos que, por distintas razões ou motivações, já não residem mais nas propriedades paternos.

Os 23 casais de agricultores que compõem o presente estudo somam um total de 58 filhos, destes, 23 são homens e 35 são mulheres. Essa diferença de gênero é bastante expressiva e já de início nos permite evidenciar a menor disposição das filhas mulheres serem sucessoras comparativamente aos filhos homens. Cabe destacar ainda que em oito, dentre os casos analisados, os agricultores tem apenas filhas mulheres, reforçando ainda mais essa hipótese.

Para Brumer e Spanevello (2008), o maior número de filhas não sucessoras está relacionado ao fato de que as mulheres demonstram maior propensão do que os homens na continuidade dos estudos e na motivação para ter uma atividade não agrícola e sair do meio rural. Assim, as autoras constatarem que há diferenças entre rapazes e moças na perspectiva de sucessão familiar. Deste modo, as chances dos filhos homens serem sucessores das propriedades familiares são maiores, contudo não garantem nada.

A respeito da migração com o objetivo de dar continuidade aos estudos, Abramovay (2001) indica que tanto para os filhos homens quanto para as filhas mulheres o estudo acaba

tornando-se um passaporte para o ingresso na vida urbana, ou seja, os jovens que migram apresentam maior escolaridade em comparação aos que continuarão na profissão agropecuária.

Neste sentido, evidenciou-se que os filhos não sucessores (diferente de seus pais, que cursaram apenas as séries iniciais) possuem escolaridade elevada, ou seja, a grande maioria cursou (ou ainda está cursando) o ensino superior, conforme apresentado na tabela 23.

Tabela 23: Grau de instrução dos filhos dos agricultores no município de Frederico Westphalen, 2016

Grau de Instrução	Número de filhos	%
Ensino fundamental completo	4	6,9
Ensino médio completo	15	25,9
Ensino superior incompleto ⁴²	6	10,3
Ensino superior completo	33	56,9
Total	58	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Os dados da tabela 23 demonstram que 67,2% dos filhos possuem ensino superior completo ou incompleto, no último caso (ensino incompleto), os filhos ainda estão cursando. Há ainda 25,9% dos filhos que possuem o ensino médio e apenas 6,9% que possuem somente o ensino fundamental (até a 8ª série).

Esta realidade é bem distinta da geração anterior, conforme demonstrado na seção 5.2, em que a escolaridade dos pais é baixa, tendo em vista que a grande maioria não cursaram mais do que as séries iniciais (1ª a 4ª série). Estes dados nos indicam que as oportunidades para os filhos são maiores comparativamente a seus pais por diversas razões. No caso do município de Frederico Westphalen pode-se destacar a existência, em períodos mais recentes, de instituições de ensino superior, bem como o avanço das universidades federais, do ensino a distância, entre outras questões.

Diante destas maiores oportunidades de ingressarem num curso superior, os jovens acabam migrando para o meio urbano, seja para estudar, seja para trabalhar depois de formados em atividades mais promissoras no meio urbano.

A respeito da idade dos filhos não sucessores, os mesmos possuem entre 20 e 49 anos. A Tabela 24 aborda questões referentes aos filhos tais como a distribuição segundo faixas

⁴² Esta variável caracteriza os filhos dos agricultores que ainda não concluíram o ensino superior, porém estavam ainda estudando no momento da pesquisa.

etárias e informações a respeito do período em que ocorreu a migração e a idade média ao migrar (total e dividida por sexo).

Tabela 24: Distribuição dos filhos não sucessores segundo faixas etárias e período da migração

Faixa Etária	Total		Masculino		Feminino				
	N	%	N	%	N	%			
Até 25 anos	12	20,7	4	17,4	8	22,9			
26 a 30 anos	14	24,1	5	21,7	9	25,7			
31 a 35 anos	11	19	4	17,4	7	20			
36 a 40 anos	10	17,2	4	17,4	6	17,1			
41 anos ou mais	11	19	6	26,1	5	14,3			
Total	58	100	23	100	35	100			

Período	Total		Masculino		Feminino		Idade Média ao migrar		
	N	%	N	%	N	%	T	M	F
Até 1990	6	10,4	2	8,8	4	11,4	15,8	17	15,3
De 1991 até 2000	21	36,1	11	47,8	9	28,6	17,5	18,8	15,8
De 2001 até 2010	23	39,7	9	39,1	14	40	18,1	18	18,7
De 2011 até 2015	8	13,8	1	4,3	8	20	19,9	21	19,8
Total	58	100	23	100	35	100	17,8	18,7	17,4

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Em relação às faixas etárias, apesar de estarem bem distribuídos entre elas, os dados acima evidenciam que a maior parte dos filhos não sucessores possui idade entre 26 e 30 anos, seguido de até 25 anos. Em relação aos filhos homens, a maior parte possui idade acima de 41 anos. Já entre as filhas mulheres a idade predominante é entre 26 e 30 anos.

Tratando-se do período em que ocorreram as migrações, o maior número ocorreu entre 2001 e 2010, seguido de 1991 e 2000. De modo geral, a migração mais intensa se deu, com algum ajuste temporal, no auge da consolidação de importantes indicadores macroeconômicos (inflação, consumo, renda, trabalho, etc.), inclusive no auge do preço das *commodities* agrícolas e de crédito aos agricultores familiares. O fato é que mesmo melhorando as condições na agricultura, fora dela também houve melhorias. Com isso, a migração mais intensa nesse período pode estar relacionada às possibilidades mais promissoras observadas fora da atividade agrícola.

Tratando-se ainda a respeito da migração dos filhos, no que diz respeito à idade em que os mesmos deixaram a propriedade dos pais, evidenciou-se que, no passado, independente do sexo, a migração ocorria mais cedo. Recentemente os jovens deixam o meio rural mais tardiamente. Em outras palavras, até 1990 os filhos migraram com idade média de 15,8 anos;

em contrapartida, no período compreendido entre 2011 até 2015 os filhos migram com idade média de 19,9 anos.

Um dos fatores que pode nos auxiliar a explicar essa realidade é o acesso a escolas e transporte no meio rural, ou seja, antigamente os jovens que desejassem dar continuidade aos estudos precisavam migrar para o meio urbano. Mais recentemente, há possibilidade dos jovens concluírem o ensino médio ou até mesmo a graduação, como foi evidenciado em alguns casos, se deslocando diariamente até o meio urbano.

Ainda a respeito da idade média ao migrar, de modo geral, observa-se que as filhas mulheres migram com idades menores que os filhos homens. Uma das razões que explicam esta realidade centra-se no fato de que em alguns casos as filhas deixam a propriedade dos pais ainda muito jovens, algumas com idades em torno de 14 anos, conforme revelado neste estudo, para trabalhar como domésticas em residências no meio urbano. Isso ocorre porque muitas delas visualizam neste trabalho uma oportunidade de dar prosseguimento aos estudos na expectativa de conquistarem algo melhor posteriormente.

Por fim, os filhos não sucessores apresentam características e aspectos representativos que estão sintetizados no Quadro 4.

Quadro 4: Síntese das principais características dos filhos não sucessores

Principais características	Aspectos mais representativos
Número e sexo	Os 23 casais de agricultores analisados somam um total de 58 filhos não sucessores, destes, 23 são homens e 35 são mulheres.
Faixa etária	Predomina a faixa etária até 30 anos.
Escolaridade	Ensino superior completo ou incompleto (filhos ainda estão estudando) é predominante em 67,2%.
Idade média ao migrar	A idade média ao migrar dos filhos não sucessores reside em 17,8 anos, sendo que os filhos homens migram em média com 18,7 anos e as filhas mulheres migram mais cedo, com 17,4 anos.
Período em que ocorreu a migração	Predomina o período entre 1991 e 2010.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Ao longo da seção apresentaram-se as principais características dos filhos não sucessores. Como visto, os mesmos possuem escolaridade bastante elevada comparativamente aos seus pais e tendem a deixar a propriedade paterna em média com 18 anos de idade, o que geralmente está associado à conclusão do ensino médio e o início do ensino superior. O acesso ao ensino superior acaba sendo um fator condicionante a migração. Na seção seguinte

serão abordadas questões relativas às razões pelas quais os filhos deixaram a propriedade dos pais e os locais para onde migraram.

6.3 SOBRE A SAÍDA DOS FILHOS DO MEIO RURAL E DAS PROPRIEDADES FAMILIARES: RAZÕES E LOCAL DE MIGRAÇÃO

A permanência ou não dos jovens no meio rural e nas propriedades familiares está atrelada a distintos fatores. Em estudo realizado por Brumer e Spanevello (2008), as autoras, analisando a percepção dos jovens, filhos de agricultores familiares residentes no Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, constataram que a desvalorização da atividade, a falta de renda, a insalubridade do trabalho, a falta de incentivos, não gostar da atividade e gostar da cidade ou de outra atividade são os principais motivos que influenciam na saída dos jovens do meio rural.

Para Bianchini (2010), a geração de renda nas propriedades é um elemento chave para a sucessão familiar, ou seja, a falta de renda fixa e a pouca valorização dos produtos agrícolas estão entre os elementos que contribuem significativamente na opção dos filhos em partir para o meio urbano em busca de alternativas mais promissoras.

No presente estudo, dos 58 filhos não sucessores distribuídos entre as famílias, apenas dez continuaram residindo no meio rural após deixarem as propriedades paternas. Estes resultados diferem do que acontecia nas gerações passadas, conforme retrata Spanevello (2008). Para a autora, no passado, os filhos que deixavam as propriedades paternas instalavam-se no meio rural, na própria comunidade, embora em outra propriedade, ou em outro município, região ou até mesmo Estado. Nos dias atuais, o deslocamento dos filhos dos agricultores tem sido predominantemente em direção ao meio urbano.

Entre os dez filhos que permaneceram residindo no meio rural, todos são mulheres, as quais já constituíram famílias e moram com seus esposos atualmente em outras das propriedades. Nestes casos, a saída da propriedade paterna ocorreu em virtude do casamento.

Essa constatação é significativa e denota que as mulheres geralmente não herdam a terra dos pais, conforme já apontado anteriormente, tendo em vista que as mulheres que continuaram residindo no meio rural, “trocaram de propriedade”, passando a residir nas propriedades de seus maridos, e em alguns casos, juntamente com os sogros, o que acaba ocasionando a elas perda de autonomia.

Costa et al. (2012), corroboram indicando que geralmente é a mulher que sai do chamado “núcleo familiar”, por meio do casamento. Assim, não herdaria a terra porque a

partir do casamento passaria a fazer parte de outra família, e, pertencendo a outra família, não teria direito de ficar com uma parte da terra. Deste modo, geralmente o homem acaba sendo o herdeiro da propriedade rural.

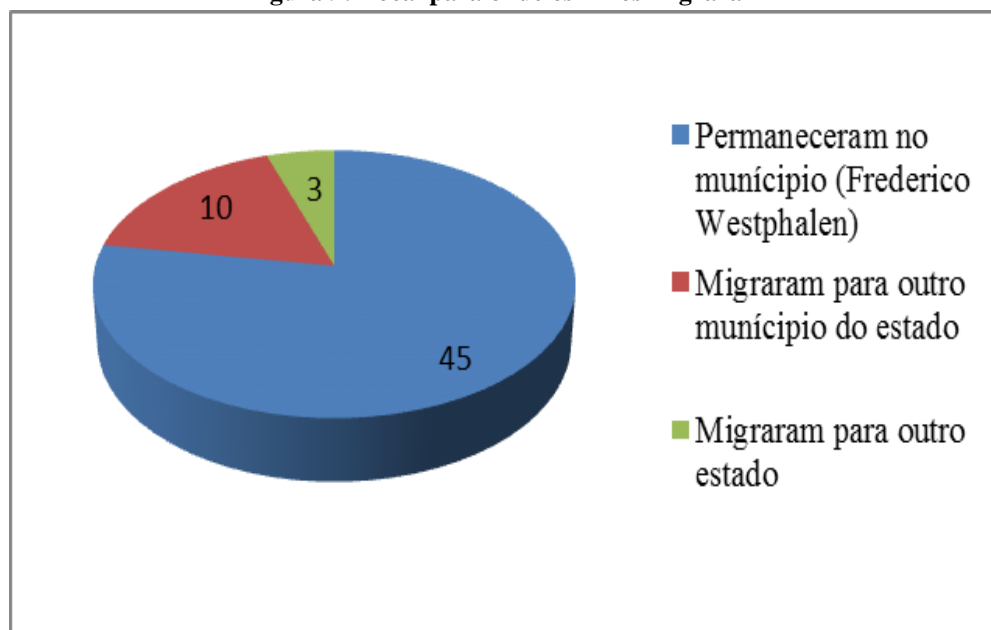
Entretanto, nestas situações, apesar das filhas continuarem residindo no meio rural, as mesmas ocupam-se em atividades não agrícolas, principalmente relacionadas ao funcionalismo público, tais como professoras. Ou seja, apesar de manterem o meio rural como local de residência, isso não significa que se envolvem com a profissão agropecuária como atividade principal.

Além do casamento, que foi uma das razões que fez com que as filhas acima mencionadas deixassem as propriedades paternas, de acordo com o relato dos pais, a maior parte dos filhos migrou para dar continuidade aos estudos ou para trabalhar no meio urbano em busca de melhores condições de vida.

A falta de condições materiais das famílias acaba tornando-se um dos fatores que leva os filhos a buscar trabalho fora do meio rural e da agricultura. Em muitos casos, a educação acaba sendo consequência da busca por um futuro mais promissor, tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho urbano. Assim, na maioria dos casos, os filhos acabam conciliando trabalho e estudos ao mesmo tempo.

Essa busca por oportunidades mais promissoras de trabalho no meio urbano, associadas às baixas rendas agrícolas, faz com que os jovens migrem. Em relação às regiões para as quais os filhos não sucessores migraram, a maior parte permaneceu residindo no município de Frederico Westphalen, os demais tiveram como destino cidades da região ou de outros Estados, como Santa Catarina e Paraná, o que pode se observar na Figura 12.

Figura 9: Local para onde os filhos migraram



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Estes resultados diferem-se da realidade encontrada por Bianchini (2010), em estudo semelhante, realizado no município de Paraíso, estado de Santa Catarina. Para a autora, a maioria dos filhos não sucessores migrou para outros estados do país, tais como Mato Grosso e São Paulo.

No caso do presente estudo, um dos fatores que explica esta permanência dos filhos no município de origem refere-se ao fato de que a maioria deixou o meio rural com o propósito de dar continuidade aos estudos, o que foi facilitado pelo fato de Frederico Westphalen tratar-se de município polo regional. Ou seja, dentre os municípios da região, é nele que se encontra o acesso ao ensino, visto que o mesmo conta com diversas instituições de ensino superior.

Em relação aos filhos que permanecem residindo no município, evidenciou-se que os mesmos mantêm um vínculo bastante estreito com a propriedade paterna. Frases como “As meninas moram mais longe, mas o Ivan (filho) vem todos os finais de semana, é como um ponto de referência ir à casa do pai e da mãe” (FAMÍLIA 1) comprovam esta constatação.

A relação dos filhos não sucessores com a unidade produtiva também está presente quando se analisa a questão econômica e produtiva. A respeito da relação econômica, há casos em que os pais auxiliam os filhos com dinheiro, na maioria dos casos, para custear despesas com os estudos. Além de auxílio monetário, os pais ajudam os filhos com o fornecimento de produtos, tais como verduras, legumes, carne, leite. Conforme relatam: “No final de semana é sempre na casa da mãe, tem salsinha, cebolinha, alface, ela (a filha) faz

“rancho” na minha casa, leva carne, queijo, leite, tudo daqui da propriedade” (FAMÍLIA 20). Há casos ainda em que os filhos auxiliam os pais, como é o caso da Família 1, em que o filho “bancou” as reformas na residência dos pais e a construção de açudes.

Essa relação estreita entre os filhos não sucessores e seus pais também é observada nas questões produtivas ligadas à propriedade em dois casos, nos quais se evidenciou que apesar dos filhos residirem no meio urbano, os mesmos auxiliam os pais no cultivo de grãos (soja e milho). Estas constatações mostram que, apesar dos filhos migrarem para o meio urbano, seria errôneo afirmar que houve um afastamento total deles para com as propriedades familiares paternas e o meio rural.

Contudo, apesar de continuar havendo essa relação entre as propriedades familiares e os filhos não sucessores, as possibilidades de que os mesmos retornem as propriedades paternas para desenvolver a profissão de agricultor são praticamente inexistentes, na visão dos pais. Isso ocorre pelo fato de que as ocupações atuais no meio urbano restringem essa possibilidade. Conforme ressalta a Família 1: “Voltar aqui na propriedade é difícil porque o estudo do neto e o trabalho da nora não combina aqui no interior”. Neste depoimento evidencia-se que não apenas a ocupação atual dos filhos no meio urbano mas também dos demais membros de suas famílias (esposa e filhos) é um fator que impossibilita o retorno às propriedades paternas.

Entre os poucos agricultores que acreditam na possibilidade de retorno de algum dos filhos, os mesmos ressaltam que o meio rural será apenas um local de residência, mas não para exercer a profissão de agricultor, como afirma um agricultor. “O Gilnei (filho) disse que um dia vai voltar e construir uma casa aqui na propriedade, mas só pra morar” (FAMÍLIA 17).

Ainda a respeito da questão de retorno dos filhos, evidenciou-se que, de modo geral, apesar de haver por parte dos pais desejo de que houvesse sucessão, os mesmos, por outro lado, não gostariam que os filhos retornassem às propriedades para exercerem a profissão de agricultor.

Em suma, os pais gostariam de deixar suas propriedades aos filhos como herança, nos termos restritos da continuidade da posse da terra junto aos familiares, mas não gostariam que os filhos continuassem exercendo atividades agropecuárias. Ou seja, há uma desvinculação clara, já entre os pais, entre sucessão (vinculada à propriedade privada da terra e o direito de explorá-la) e a exploração em si, objetiva e prática de fazer agricultura. Com isso, os atributos morais referentes à sucessão vão sendo corroídos, a partir do momento os pais imprimem um discurso negativo sobre a ocupação de agricultor e a agricultura, não querendo que os filhos sejam agricultores. Porém, não querem vender a propriedade. Sendo assim, é possível afirmar

que, os pais estão gerando outro modelo de passagem do patrimônio que inclui ter apenas os herdeiros, mas não necessariamente ter sucessores.

A esse respeito, Pandolfo (2012) ressalta que isso ocorre, sobretudo, porque os agricultores têm uma visão pessimista da viabilidade econômica das propriedades rurais e se questionam sobre as vantagens de seus filhos permanecerem nesta profissão. Eles demonstram um desejo de continuidade da propriedade por algum dos filhos, justificado pelo apego emocional em relação à propriedade e ao que foi construído pela família, no entanto, o sucesso profissional e financeiro de seus filhos encontra-se em primeiro plano, mesmo que represente o abandono da atividade agrícola.

Sob essa ótica pessimista há o desejo de que os filhos saiam do meio rural em busca de melhores condições de vida e alternativas, que construam uma trajetória profissional fora da agricultura. Neste ângulo, a educação é vista como um passaporte para uma vida melhor.

Neste sentido, evidencia-se que a saída dos filhos do meio rural causa aos pais um sentimento às vezes ambíguo, já que, se por um lado, gostariam que ao menos um filho permanecesse na propriedade, por outro lado, os pais demonstram sentimento de felicidade pelo fato dos filhos estarem trabalhando em atividades consideradas menos penosas, com possibilidade de férias, finais de semana, obtendo uma renda fixa mensal, 13º salário e construindo um futuro mais promissor no meio urbano, mesmo que isso signifique não retornar ao meio rural.

Esta percepção reside ainda nas próprias condições das propriedades, tais como área de terra reduzida e de difícil mecanização e falta de maquinários. Conforme relatado pelos agricultores:

Com o que a gente tem (o agricultor refere-se a quantidade de terra reduzida), não há condições deles (os filhos) viver da agricultura, só se fosse morar aqui e ir trabalhar na cidade, mas pra trabalhar como agricultor não é possível (FAMÍLIA 4).

Na agricultura é muito sofrido. A gente nem faz questão que os filhos voltem, se voltar vai depender de máquinas, e a gente não tem (FAMÍLIA 14).

A propriedade é pequena, não tem como alguém voltar pra se sustentar, a gente vive aqui porque é aposentado e planta para o consumo, mas um filho voltar viver da agricultura não dá (FAMÍLIA 15).

Se for melhor pra eles (os filhos) viver na cidade eu nem faço questão que voltem, porque a gente sabe que é sofrido, daí, fosse pra eles voltar tinha que ter mais terra de máquinas e outras atividades (FAMÍLIA 22).

A partir dos depoimentos desses agricultores constata-se que a falta de tecnologia, o tamanho reduzido das propriedades e outros fatores relacionados a ele tais como áreas com relevo acentuado e de difícil mecanização, com sistemas produtivos pouco rentáveis,

ocasionam menores condições para a sucessão quando comparados com agricultores que possuem áreas de terra mais planas e de fácil mecanização.

Diante disso, cabe dizer que não é apenas o progresso técnico que “desemprega”, conforme informa boa parte da literatura. A falta de tecnologia também é um fator que gera migração. Ou seja, as pessoas também migram, pois observam possibilidades mais promissoras fora da agricultura. Ou dito de outra maneira, não basta apenas que os jovens encontrem, na agricultura, condições melhores. Se as condições fora da agricultura forem superiores, a migração irá persistir.

Além destes fatores, os agricultores citam outros fatores apontados como pontos negativos da atividade rural, especialmente porque não há dias “de folga”, como finais de semana e nem possibilidade de férias, especialmente para aqueles agricultores que desenvolvem a atividade leiteira, por exemplo, que requer cuidados diários. Sendo assim, os pais visualizam a atividade agrícola como uma profissão bastante sofrida, não desejando que seus filhos passem pela mesma situação enfrentada por eles. Conforme relata um agricultor,

“A minha filha depois que foi morar na cidade vai todos os anos à praia com a sua família, eu com 50 anos não sei nem o que é praia, porque não têm férias na agricultura” (FAMÍLIA 10).

Diante destes fatores, os pais, muitas vezes, acabam incentivando e apoiando os filhos a migrarem para o meio urbano em busca de melhores oportunidades. Essa constatação é confirmada por meio dos depoimentos dos agricultores.

Eu nunca quis que eles (os filhos) ficassem na lavoura, nós estimulamos para eles irem pra cidade, demos um pouco de estudo, porque naquela época pra assegurar os filhos tinha que dar terra e como a gente tinha pouca terra e não tinha condições de comprar mais, a gente incentivou que fossem estudar e trabalhar pra eles. Até hoje a gente ajuda com tudo o que pode (os pais referem-se a alimentos produzidos na propriedade) pra eles continuar lá, pois os três filhos hoje estão bem na cidade. Não tem como eles voltar, se a gente tivesse uma área de terra maior tudo bem. A gente até tentou comprar uma outra área pelo banco da Terra, mas não conseguimos, porque tinha aqueles três hectares no nosso nome, mas com essa área de terra e tudo “dobrada” como é que nós íamos sustentar três filhos (FAMÍLIA 3).

Hoje os jovens, todos querem estudar, tem que ir pra cidade, todo dia ir e voltar é cansativo, não dá, daí eles vão pra cidade e enxergam um mundo diferente lá e a agricultura já fica pesada, e as oportunidades aparecem e a gente vê que não dá pra chamar de volta pro meio rural. Nós sempre apoiamos que fosse pra cidade, porque eu tinha maquinários, mas já estavam velhos, fosse para um filho ficar tinha que renovar tudo, o que eu tinha ali não dava mais, mas daí tinha que fazer financiamento no banco, pegar um horror de dinheiro, pra tocar uma lavoura, nós achamos que não era muito viável (FAMÍLIA 15).

Sendo assim, no presente estudo os dados revelaram que os pais não estão mais influenciando e interferindo nas decisões de seus filhos em permanecerem no meio rural e na agricultura, diferentemente do que acontecia nas gerações passadas em que a situação

predominante era de estimular os filhos a serem agricultores. Havia, no passado, antes de mais nada, uma imposição moral que vai sendo severamente destituída a medida em que as pessoas (neste caso os filhos) acessam níveis de escolaridade superiores aos alcançados pelos pais. Com isso, o horizonte se amplia e as pessoas começam a questionar as decisões internas ao funcionamento das propriedades.

Assim sendo, a crise atualmente vivida pela agricultura familiar no que tange a sucessão reflete, muitas vezes, não apenas as aspirações almejadas pelos filhos que tem seu olhar voltado à construção de um futuro no meio urbano, mas também o desejo dos pais.

A esse respeito, Bieger e Griebeler (2014) constataram que os pais não estimulam os filhos para a permanência no meio rural e na agricultura pelas seguintes razões: atividade difícil, pouca valorização, falta de lazer, condições estruturais (estradas, moradia, transporte), o desejo dos filhos para darem continuidade aos estudos e conquistarem empregos urbanos entre outros.

Em suma, as concepções que os pais constroem em torno da ocupação agrícola influenciam diretamente na formação da percepção dos filhos sobre a atividade. Desta forma, se a família tem uma percepção positiva ou negativa provavelmente seus filhos reproduzirão visões semelhantes as de suas famílias.

Esta hipótese é evidenciada por Spanevello (2008) ao estudar a relação da percepção que os pais têm sobre a ocupação agrícola e o estímulo dado aos filhos para seguir nesta atividade. No estudo, a autora constatou que grande parte dos agricultores sem sucessores apresentam uma percepção negativa da ocupação agrícola, portanto não estimularam seus filhos a exercerem a profissão de agricultor. Já nas famílias onde há sucessores a percepção da atividade tende a ser positiva, assim, os pais estimulam seus filhos a permanecer na atividade e na propriedade.

Além da visão pessimista em relação a atividade agrícola, o estímulo para migrar para o meio urbano dado pelos pais aos filhos reside no desejo de que eles gostariam de ver seus filhos formados, já que não tiveram essa oportunidade, como declaram: “Já que nós não tivemos oportunidade de estudar, demos oportunidade a eles (filhos)” (FAMÍLIA 17).

A esse respeito, Maluf (2003) ressalta que a trajetória dos jovens coloca um aparente dilema para o futuro das famílias rurais, pois o acesso a educação, visto pelos pais como uma alternativa de ascensão social, acaba reforçando ainda mais a saída dos jovens do meio rural. Spanevello (2008) complementa que “o prolongamento dos estudos é visto como a primeira porta de saída dos filhos do meio rural” (SPANEVERELLO, 2008, p. 91).

As afirmações de Maluf (2003) e Spanevello (2008) são reforçadas pelas declarações dos agricultores:

Os jovens que saíram para estudar viram que as coisas são diferentes, e não voltaram mais. Isso teve início quando começou a ter transporte escolar para levar os jovens estudar na cidade, eles começam comparar o serviço nosso com o da cidade, na cidade é mais fácil, eles tem os feriados e finais de semana, foi aí que eles não ficaram mais, até então uns ficavam, quando não tinha transporte (FAMÍLIA7).

Deste modo, o estudo, acaba tornando-se um elemento de distanciamento entre os jovens e a ocupação na agricultura, tendo em vista que se os jovens investem na educação, não se cogita a possibilidade de retornarem à propriedade dos pais para seguir a profissão de agricultor, mas sim ingressar em profissões ou carreiras mais promissoras no meio urbano.

Para além das razões e motivações apresentadas ao longo desta seção, que influenciam na saída dos filhos do meio rural, em síntese, os agricultores elencaram outras seis:

- a) a possibilidade de obtenção de uma renda própria;
- b) autonomia para exercer atividades independentes dos pais;
- c) o não gosto pela atividade agrícola;
- d) o trabalho penoso realizado pelo agricultor;
- e) a pouca valorização da profissão do agricultor e;
- f) condições das propriedades.

Estas motivações estão registradas no Quadro 5.

Quadro 5: Principais motivações que, na visão dos pais contribuem para a migração dos jovens do meio rural para o meio urbano

Motivações	Trechos retirados dos “depoimentos” dos agricultores
Renda Própria	“Eu acho que eles (jovens) vão para a cidade pra ter um dinheirinho mensal, tem aqueles que vão estudar, mas a maioria é pra ter renda mensal” (FAMÍLIA5). “Acho que é pela questão do salário, que em casa (na propriedade dos pais) eles não conseguem ter o dinheiro deles” (FAMÍLIA2).
Autonomia para exercer atividades independentes dos pais	“A maioria dos jovens não se acerta com o pai e a mãe, principalmente com o pai, não fecha, dá aqueles conflitos, os jovens pensam diferente e os pais não aceitam” (FAMÍLIA8).
Gostar da atividade	“Como diz o ditado: ‘ovelha não é pra mato’, vai ficar trabalhando na roça pra que? Trabalhar contra a vontade? Tem que trabalhar no que gosta” (FAMÍLIA2).
O trabalho penoso realizado pelo agricultor	“A gente não tem nem final de semana e os jovens querem sair, no meio rural não podemos nem programar um passeio” (FAMÍLIA7). “Os jovens ter os finais de semana livres, no meio rural não pode sair se divertir, eles querem ter mais liberdade” (FAMÍLIA 12).
Pouca valorização do agricultor	“O agricultor não tem incentivo pra ficar na lavoura. Os custos de produção são muito elevados e o agricultor familiar não tem como produzir em grandes quantidades” (FAMÍLIA9). “Os jovens vê que não tem muito retorno no meio rural e tem que investir muito, os insumos são muito caros, a gente depende do tempo ainda e na cidade tem o salário todo mês” (FAMÍLIA 17).
Condições das propriedades	“Hoje em dia tá difícil ganhar dinheiro com a agricultura, só quem tem bastante terra, quem tem pouca terra é mais difícil. É por isso que a maioria sai, o casal tem só aquela propriedade pouca terra, que daí não se consegue sobreviver e os filhos tem que sair procurar alternativas, ir estudar e pegar um emprego na cidade. E também a maioria quer produzir tudo com máquinas, manual ninguém mais quer plantar e pra ter maquinários tem que ter bastante terra” (FAMÍLIA4). “O problema é que os pais não têm os maquinários, daí os filhos acabam indo embora (FAMÍLIA 14).

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Na percepção dos agricultores familiares sem sucessores de Frederico Westphalen, estas são as principais razões que tem levado os jovens a não permanecer no meio rural e nas propriedades familiares como sucessores. Apresenta-se no quadro 6, uma síntese dos principais aspectos abordados ao longo da seção.

Quadro 6: Síntese das principais características referentes a saída dos filhos do meio rural

Principais características	Aspectos mais representativos
Razões pelas quais os filhos deixaram as propriedades dos pais.	Estudar, trabalhar no meio urbano ou ainda, em relação as filhas mulheres em virtude do casamento.
Regiões para onde migraram.	Maioria permaneceu residindo no município de Frederico Westphalen, porém no meio urbano.
Possibilidade dos filhos retornarem as propriedades dos pais.	Praticamente inexistente.
Principais motivações que na visão dos pais contribuem para a saída dos filhos do meio rural.	Possibilidade de obtenção de uma renda própria; autonomia para exercer atividades independentes dos pais; não gosto pela atividade agrícola; o trabalho penoso realizado pelo agricultor; a pouca valorização da profissão do agricultor e; condições das propriedades.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Pelo exposto acima, observa-se que há um conjunto de variáveis capazes de contribuir ou mesmo determinar a permanência ou saída dos filhos do meio rural. Diante destes fatores, muitas familiares passam a não contar com os filhos para darem segmento às atividades produtivas. Na seção seguinte serão abordadas as mudanças ocorridas nas propriedades familiares após a saída dos filhos do meio rural e em que período as mesmas ocorreram.

6.4 APÓS A SAÍDA DOS FILHOS DO MEIO RURAL: AS ALTERAÇÕES NAS DINÂMICAS PRODUTIVAS DAS PROPRIEDADES FAMILIARES

Nas propriedades familiares, o trabalho é essencialmente realizado pela família e, desta forma, os filhos são incorporados ao trabalho das propriedades geralmente desde muito cedo, acompanhando e auxiliando os pais em algumas tarefas, tendo grande importância no desenvolvimento das atividades. Diante disso, pressupõe-se que a migração dos filhos provoca diminuição ou até abandono de determinadas atividades produtivas das propriedades familiares.

Com isso, no momento em que os filhos deixam a unidade familiar, é preciso redefinir os papéis de cada membro da família, no caso os pais, pois estes passarão a ter menos colaboradores nas atividades diárias, independentemente de ser filho homem ou filha mulher. Assim, procurou-se analisar em que medida a migração dos filhos provoca alterações na dinâmica das propriedades familiares e em que instâncias as alterações são mais significativas. No limite, estaremos atentos se a não sucessão seria capaz de provocar, mesmo

que no curto prazo, abandono ou encerramento de algumas atividades produtivas desenvolvidas na propriedade ou tão somente um novo arranjo.

De modo geral, evidenciou-se por meio das informações analisadas que apesar de aumentar a “carga” de trabalho para os pais, conforme relatado: “Começou a ser mais puxado pra nós, principalmente nos afazeres domésticos e trato dos animais que era tarefa desenvolvida pelas filhas (FAMÍLIA3)”, não ocorreram mudanças significativas, tais como diminuição ou encerramento nas atividades produtivas no curto prazo, ocorridas logo após a saída dos filhos do meio rural. As mudanças tendem a acontecer com o passar do tempo, tendo em vista que a migração dos filhos se dá, quase que exclusivamente, no momento em que os pais ainda apresentam boas condições físicas de trabalho. Por isso o abandono das atividades só acontece mais tarde e ocorrem basicamente por dois motivos. O primeiro reside nas restrições, especialmente de ordem física, que acometem os pais por meio do esgotamento da capacidade de trabalho, em virtude do envelhecimento. A respeito deste fator condicionante, os agricultores relatam:

Até que a gente aguentava fomos levando, depois a gente diminuiu as atividades, mas foi mais recentemente, não logo após a saída dos filhos da propriedade (FAMÍLIA 12).

Resultados semelhantes já haviam sido apontados por Tonezer (2009) em estudo realizado com idosos residentes no meio rural no município de Santana da Boa Vista, estado do Rio Grande do Sul, no qual a autora constatou que a produção diminuiu em função das limitações de idade, especialmente atividades como lavrar, capinar, entre outras tarefas que exigem mais força, e por isso eram, muitas vezes, abandonadas.

Já o segundo motivo refere-se ao fato dos agricultores tornarem-se beneficiários da aposentadoria rural, fazendo com que esta renda possibilite diminuir ou até mesmo encerrar determinadas atividades devido a garantia de recebimento de uma renda mensal, conforme expõe o agricultor:

As atividades não diminuíram quando os filhos saíram porque enquanto eles estudavam tinha dar o tempo pra eles estudar, aí sobrava pouco tempo pra nos ajudarem. Com o passar do tempo a gente foi diminuindo o plantio de fumo, feijão, mas não porque os filhos saíram, porque os produtos não estavam “dando bem”, mas fomos aumentando na atividade leiteira até nos aposentarmos (FAMÍLIA 5).

A gente manteve as atividades um tempo depois da saída dos filhos, só de um tempo pra cá que a mulher se aposentou daí a gente parou com a produção de leite (FAMÍLIA 14).

Nos casos de mudanças nas atividades produtivas devido à aposentadoria⁴³, observou-se que a atividade leiteira tende a ser extinta. Isso resultará em uma concentração ainda maior da produção agropecuária, neste caso o leite, nas mãos de poucos (menos) agricultores.

Conforme a descrição dos agricultores, apesar de terem sido realizados alguns arranjos, não houve diminuição ou encerramento das atividades destinadas à comercialização relacionadas à saída dos filhos do meio rural. Ou seja, as mudanças foram acontecendo com o passar do tempo, por distintas razões.

Do mesmo modo que a diminuição ou encerramento das atividades produtivas só ocorre um tempo após a saída dos filhos do meio rural, evidenciou-se que o arrendamento de terra a terceiros, o qual implica numa relação econômica entre as partes, também se dá desta forma, ou seja, os pais passam a arrendar áreas de terra a terceiros quando não tem mais condições de continuar desenvolvendo as atividades produtivas em suas propriedades, conforme o depoimento de entrevistado: “Faz uns 5 anos que começamos a plantar soja e milho em parceria com nosso vizinho, faz pouco tempo”, declara o casal entrevistado 12, que há treze anos não possui filhos residindo na propriedade. Ou seja, após os filhos deixarem a unidade familiar, por 7 anos os pais continuaram realizando as atividades produtivas sem grandes mudanças.

Há ainda outros casos em que o arrendamento de terras tem relação com a falta de maquinários necessários. Nas palavras da Família 14 “Sempre plantamos soja e milho em parceria com vizinhos por não ter os maquinários”. Observa-se claramente que antes mesmo dos filhos deixarem o meio rural o arrendamento de áreas para terceiros já ocorria.

Evidenciaram-se, ainda, dois casos em que o arrendamento de terras não ocorre a terceiros, caso no qual há uma espécie de “parceria” entre os pais e os filhos não sucessores. Nestes exemplos, a produção de grãos é uma atividade realizada com o auxílio dos filhos, que apesar de não residirem mais na propriedade e se ocuparem de empregos urbanos, cultivam soja e milho nas áreas de terra disponíveis dos pais. Isso é possível pelo fato desta ser uma atividade de maior flexibilidade, não exigindo cuidados diários, e podendo ser realizada nos finais de semana, diferente da atividade leiteira, por exemplo. Essas informações são confirmadas pelo relato de um dos agricultores:

⁴³ Esta constatação exprime a expectativa dos agricultores pela aposentadoria para deixar de exercer determinadas atividades como é o caso da atividade leiteira. E, exatamente coincidindo com o período de realização e conclusão deste estudo, está sendo discutida a reforma previdenciária. Com isso, questiona-se como fica essa situação a partir da perspectiva dos agricultores se aposentarem mais tarde.

O Ivan (filho) voltou a trabalhar na propriedade, ele faz o serviço da roça, mas não deixa de trabalhar no serviço dele na cidade. No nosso caso, nós não tínhamos mais condições de trabalhar, ai eu queria arrendar para outros e ele (o filho) disse ‘arrenda pra mim então’. Mas por exemplo pra tirar leite, ninguém vai voltar por que é todo dia, tem que estar todo dia na propriedade (FAMÍLIA1).

Para os filhos, esta atividade é vista como um ingresso monetário a mais, pois os mesmos já possuem ingressos monetários de atividades urbanas, e essa “parceria” com os pais é uma forma de complementá-la. Por outro lado, no caso dos pais, para além do valor monetário (pois se trata de uma relação econômica entre as partes, tendo em vista que os filhos pagam uma quantia em dinheiro para os pais), os mesmos demonstram estarem satisfeitos devido ao apego pela propriedade e a resistência em arrendar áreas de terra para terceiros. Trata-se, portanto, de uma “parceria” entre pais e filhos, sendo que os pais disponibilizam a terra e os maquinários e os filhos a mão de obra. Nestes casos, evidencia-se a emergência de uma estratégia organizada pelos pais, diante da ausência de sucessores.

Finalmente, ainda tratando-se de questões relativas às mudanças que ocorreram nas propriedades após a saída dos filhos do meio rural, os agricultores foram questionados se houve investimento em tecnologias modernas a fim de suprir a falta de mão de obra. Com base nos casos analisados, constatou-se que, de modo geral, isso não ocorreu entre os agricultores familiares sem sucessores. Uma das explicações para isso reside no fato de que os pais consideram inviável continuar investindo nas propriedades, pois sabem que nenhum filho irá retornar para dar continuidade, então optam por “ir levando até que dá” e parar com as atividades ao se aposentarem ou quando não tiverem mais condições de saúde adequadas. Conforme relato da Família 6:

Nós não construímos uma sala de ordenha nova porque daqui a três anos a Ica (esposa) se aposenta e disse que não vai mais querer tirar leite, daqui a seis anos eu me aposento também. Então, se eu não tiver certeza que alguém vai continuar eu não vou investir, porque não vale a pena. (FAMÍLIA 6).

Com este depoimento evidencia-se que ao tornarem-se beneficiários da aposentadoria rural os agricultores irão parar com a atividade leiteira, então, tendo clareza que os filhos não irão retornar para dar continuidade a esta atividade, os pais optam por não investir.

Com base nas informações mencionadas acerca da migração dos filhos e as possíveis alterações nas dinâmicas das propriedades familiares, constatou-se que as mudanças tendem a ocorrer especialmente um tempo após a saída dos filhos do meio rural, por dois motivos, quais sejam, por restrições de ordem física que incluem problemas de saúde dos pais devido a idade avançada, e no momento em que eles tornam-se beneficiários da aposentadoria rural.

Dada a relevância que a saída dos filhos do meio rural representa para a continuidade das propriedades, a seção seguinte irá abordar questões referentes aos projetos futuros dos

agricultores, tais como destino das propriedades e amparo na velhice a partir da ausência de sucessores.

6.5 O DESTINO DAS PROPRIEDADES E OS PROJETOS DOS PAIS DIANTE DA AUSÊNCIA DE SUCESSORES

Diante da ausência de filhos sucessores para deixar as propriedades, a herança da terra acaba tornando-se um dilema para os pais. De acordo com Spanevello (2008) e Spanevello et al. (2010), além da venda para outros agricultores e o arrendamento para terceiros, a passagem da propriedade para os filhos acaba tornando-se outra possibilidade, embora saibam que os filhos não irão retornar para produzir ou viver no meio rural.

Além dos impasses sobre o que fazer com a propriedade, os pais apresentam outra preocupação, o amparo na velhice. Nas gerações passadas, os filhos que assumiam a função de sucessores recebiam também a função de cuidar dos pais. Diante disso, a partir das situações analisadas, e em virtude dos filhos não residirem mais nas propriedades, assim como não haver pretensão e poucas possibilidades dos mesmos retornarem as propriedades familiares para serem sucessores, os pais foram questionados a respeito de suas intenções em deixar a propriedade.

Neste sentido, o estudo apontou que o desejo de permanecer no meio rural “até o fim da vida” é manifestado pela grande maioria. Constata-se esta afirmação nas palavras do seguinte agricultor: “Nós queremos morrer aqui” (FAMÍLIA 10). Esse desejo reside especialmente no apego com as propriedades e a vida construída no local.

Pensamos em ir mas já desistimos, a gente tem medo de não se acostumar, os filhos queriam levar nós, mas nós somos muito ligados a propriedade (FAMÍLIA 16).

Embora em alguns casos tenha se observado que o desejo de se mudar para o meio urbano está presente, os agricultores pretendem permanecer no meio rural até o recebimento da aposentadoria, tendo em vista que não possuem escolaridade suficiente para desenvolverem atividades no meio urbano. Conforme relatam:

O pensamento de hoje é sair daqui quando nos se aposentar, já estamos se preparando pra isso, a filha dificilmente vai voltar, dai temos que pensar (FAMÍLIA 7).

Sem estudo vai fazer o que na cidade, pelo menos no meio rural você não é mandado (FAMÍLIA 18).

De acordo com Maia (2014), há diferenças expressivas entre os grupos etários rurais no que tange a maior ou menor propensão ao êxodo rural. Por exemplo, aproximadamente entre 40 e 50 anos de idade as possibilidades de migrar são mínimas, provavelmente em

virtude do trabalhador rural se estabilizar em sua atividade agrícola, perdendo os estímulos para migrar às áreas urbanas. A probabilidade volta a crescer por volta dos 55 anos, sugerindo que muitos idosos, especialmente aposentados ou pensionistas, também estariam migrando às áreas urbanas. E destes, as possibilidades tendem a aumentar ainda mais a partir do momento em que visualizam que os filhos não pretendem seguir a ocupação agrícola.

Em relação ao presente estudo, evidenciou-se que não há diferenças entre as faixas etárias, como constatou Maia (2014). Apesar da maior parte dos agricultores (76,1%) estarem com idade acima de 55 anos, receberem o benefício da aposentadoria e não terem filhos sucessores, o desejo por permanecer no meio rural é demonstrado pela grande maioria.

As justificativas referentes à preferência e desejo por continuar residindo neste local referem-se ao fato de que o meio rural é reconhecido e visualizado pelos agricultores como um local tranquilo, com elevada segurança e qualidade de vida, bem como pela possibilidade de produzir alimentos.

É um lugar mais calmo, dá pra produzir alimentos para o nosso consumo e para os filhos que levam para eles também (FAMÍLIA 12).

Nós já chegamos a pensar em vender a propriedade, porque temos problemas de saúde, mas agora desistimos, eu gosto da cidade, mas só pra passear, se der tudo certo vamos ir ficando por aqui mesmo porque nos finais de semana, os filhos vem aqui, trazem os netos, que brincam, andam a cavalo (FAMÍLIA 16).

O maior motivo que eu não quero ir morar na cidade é ter que comprar no mercado os alimentos (ovos, leite, verdura...) aqui na propriedade a gente produz tudo (FAMÍLIA 16).

Contudo, cabe registrar aqui que embora os dados da pesquisa apontem que no momento não há desejo e intenção por parte dos pais em deixar a propriedade rural, não fica totalmente descartada a hipótese de que por algumas razões alguns destes agricultores futuramente possam migrar. Em síntese, os agricultores tem clareza de que em casos de problemas de saúde ou de falecimento de um dos dois, a única alternativa, mesmo que contra vontade, será deixar o meio rural e suas propriedades para residir próximo ou junto dos filhos, tendo em vista que os filhos não retornarão.

Conforme ressaltam os agricultores: “Até que a gente pode se virar vamos ficando por aqui, depois a gente vai ter que se encostar nos filhos” (FAMÍLIA 2); “A última coisa que penso é ir morar na cidade, mas a gente depende dos filhos, então não se sabe (FAMÍLIA 23).

Os depoimentos dos agricultores revelam que mesmo não havendo desejo de deixar as propriedades familiares e o meio rural, a possibilidade não está totalmente descartada, tendo em vista que devido ao envelhecimento os pais passam a depender do cuidado dos filhos ou de terceiros. Conforme comentam:

A gente não quer ir, mas não estamos livres, porque estamos sozinhos aqui, se der problemas de saúde, o dia que nós precisar dos filhos, é mais fácil nós ir pra perto deles do que eles vir pra perto de nós (FAMÍLIA 16).

Até que a gente está mais ou menos tudo bem, mas a hora que a gente se entregar não sabe como vai ser porque se os filhos não voltam a gente tem que ir pra perto dos filhos ou achar alguém pra cuidar de nós, não vai ser fácil daí, vamos ter que se sujeitar (FAMÍLIA 4).

Entretanto, os agricultores pretendem permanecer no meio rural e nas suas propriedades até “o limite de suas forças”, conforme relatam:

Só vamos sair do meio rural quando a gente não puder mais ficar aqui sozinho, daí vamos ter que ir perto de uma filha. Só o tempo que vai dizer o que a gente vai fazer, não estamos planejando, por exemplo, daqui dois anos quero estar morando na cidade, vai depender da nossa saúde (FAMÍLIA5).

Enquanto tivermos saúde vamos ficar por aqui mesmo, é bom de morar no interior, mas o futuro só Deus sabe, quando ficar só um de nós. A gente pode ficar aqui nem que não se planta mais tanto, mas dá pra ficar aqui, criar uns “bichinho” pro consumo, no interior é diferente, é mais calmo e tranquilo. Na cidade, o que vamos fazer? (FAMÍLIA 22).

Os depoimentos dos agricultores revelam que diante da ausência de sucessores o cuidado na velhice acaba também se tornando uma preocupação entre os pais. Se anteriormente pelo menos um dos filhos tendia a ficar na propriedade e amparar os pais, hoje uma parcela de agricultores não somente percebem a dificuldade de ter um sucessor, como também apresentam dúvidas em relação aos cuidados na velhice e se serão cuidados, ou não, pelos filhos.

Assim, evidenciou-se a existência de basicamente três alternativas possíveis visualizadas pelos pais. A primeira delas, a qual predomina na maioria dos casos, é que, mesmo que contra a vontade, os agricultores não descartam a possibilidade de ter que se mudar para o meio urbano a partir do momento em que visualizam que, de fato, os filhos não voltam. Para os agricultores, a ida para a cidade representa principalmente o acesso mais facilitado, devido a proximidade geográfica, a recursos médicos e aos filhos.

A segunda alternativa refere-se a possibilidade de que terceiros sejam pagos para cuidar dos pais. Nas palavras do agricultor: “Se eles (os filhos) não querem assumir nós, a gente vende a propriedade e usa esse dinheiro pra pagar um lugar que cuidam de nós, a principio não queremos nos desfazer da propriedade, mas não se sabe” (FAMÍLIA 3).

Nestas duas possibilidades resta claro que os agricultores acabam aceitando sair da propriedade para residir no meio urbano na tentativa de ficar perto dos filhos, pois os mesmos não retornam à propriedade, ou ainda, procuram contar com a ajuda de terceiros para ampará-los.

No contexto dos padrões sucessórios tradicionais, a herança da terra, representava um conjunto de valores simbólicos e não apenas um capital que os filhos recebiam dos pais. Em outras palavras, no passado sempre havia um sucessor, e se cabia a ele a terra como herança, cabia a ele também o cuidado com os pais na velhice. Deste modo, a sucessão era muito mais do que simplesmente herdar a terra, mas sim “fazia parte de um compromisso moral” dos filhos para com os pais. Em períodos mais recentes este valor simbólico tem perdido força. Conforme ressalta Spanevello et al. (2014), estas diferentes possibilidades construídas pelos agricultores reforçam a desestruturação de um padrão sucessório que prevalecia nas antigas gerações.

Já a terceira alternativa reside na esperança dos pais de que um dos filhos irá retornar as propriedades para ampará-los: “Mais tarde uma filha vem aqui morar, quando a gente ficar mais “malexo”, os filhos voltam” (FAMÍLIA 11). No entanto, a decisão não depende unicamente dos pais, mas também dos filhos, e embora haja o desejo dos pais, esta situação tem poucas chances de acontecer.

Para além da preocupação com os cuidados por ocasião da velhice, os agricultores precisam repensar o que fazer com a propriedade a partir do momento em que constatarem que os filhos não voltarão. Neste intuito, perguntou-se aos agricultores sem sucessores a respeito de seus projetos futuros no que tange o destino/encaminhamento da propriedade.

Entre os casos analisados, constatou-se haver basicamente duas opções entre os agricultores:

- a) deixar a propriedade para os filhos como herança e;
- b) vender a propriedade.

No primeiro caso, os pais optam por deixar como herança aos filhos, mesmo que estes não pretendem retornar a propriedade como sucessores a fim de exercerem a atividade agrícola. Nota-se então que os pais optam por passar esse dilema de “o que fazer com a propriedade” para os filhos. Nas palavras dos agricultores “eles que irão decidir” confirma-se esta constatação. “Vamos repartir um pedaço de um cada, ai os filhos que façam o que quiserem” (FAMÍLIA2). “Deixar para os filhos, mesmo que eles não irão retornar a propriedade, eles que vão decidir, se querem vender, ou cuidar, se cuidasse seria melhor” (FAMILÍA 15).

Deste modo, constata-se que se os pais não conduzem os acertos a respeito da herança em vida, sobram para os filhos herdeiros às dúvidas em relação ao destino da terra, e principalmente à divisão e os acordos entre todos os irmãos. Sendo assim, evidencia-se que as

práticas ou estratégias utilizadas pelos agricultores vêm sofrendo alterações em relação aos aspectos anteriormente utilizados. Deste modo, o falecimento dos pais, em última análise, é que irá determinar o início de um difícil acordo entre os descendentes, “do que fazer com a propriedade”.

Evidencia-se ainda que o valor simbólico da terra, que até então lhe cabia, se perde no momento em que os filhos se recusam a dar continuidade a atividade agrícola ao herdar a propriedade dos pais, passando a ter apenas um valor monetário, tendo em vista que possivelmente ao herdar as terras os filhos irão vendê-las.

O segundo caso é a perspectiva de venda da propriedade, sendo esta opção menos aceita, ou seja, a grande maioria dos agricultores não pretende desfazer-se da propriedade. Esta constatação fica clara no depoimento de um dos agricultores: “Vamos deixar lá, nem que fique abandonada, foi sofrido pra comprar, não vamos vender” (FAMÍLIA 17).

Observa-se, portanto, que há um sentimento de tristeza por parte dos pais, considerando que os mesmos construíram e prepararam durante décadas suas propriedades, as quais contam hoje com toda uma infraestrutura montada, e que embora os agricultores permaneçam por vários anos na propriedade, em algum momento muitas destas propriedades serão vendidas. Esta constatação é reforçada nas palavras do agricultor: “Eu acho que todos aqueles que investem gostariam que a propriedade ficasse com alguém da família, se alguém quisesse tocar a propriedade já está tudo organizado, ter alguém da família seria um orgulho” (FAMÍLIA 5).

Como se evidencia, a relação entre a propriedade e os agricultores representa muito mais do que apenas um vínculo econômico, mas sim, existem também laços afetivos, culturais e sociais. Contudo, nos casos em que a venda acabará acontecendo, reside a possibilidade das propriedades permanecerem com a produção agrícola em casos de serem compradas por outros agricultores, ou passarem a serem usados apenas como espaço de lazer ou moradia, nos casos de aquisição por compradores oriundos do meio urbano. Nessa perspectiva, Silvestro et al. (2001) acrescentam que muitas propriedades tendem ao desaparecimento devido à sua transformação em sítios de lazer, ou absorção por unidades empresarias de maior porte.

De modo geral, apesar das duas opções, deixar para os filhos ou vender a propriedade, constatou-se que os agricultores ainda apresentam dúvidas a respeito do destino das propriedades e que uma série de fatores poderá influenciar nas decisões. Sendo assim, os achados empíricos revelam a ausência de um planejamento entre os agricultores no referente a “quem ficará com a propriedade” diante da ausência de sucessão.

Essa ausência de planejamento e dúvidas a respeito do destino das propriedades é observada no depoimento de um agricultor: “A princípio não queremos nos desfazer da propriedade, mas como a propriedade não é grande não vale a pena perder sono pensando nisso, pode até ficar para os filhos virem passar os finais de semana” (FAMÍLIA 3). Da mesma forma, essa dúvida e falta de planejamento em torno do destino das propriedades também reflete as mudanças ocorridas em torno da sucessão no presente, as quais quebram a sequência lógica da hereditariedade de que as propriedades permaneceriam com os filhos.

Finalmente, apresenta-se no quadro 7 uma síntese dos projetos futuros dos pais diante da ausência de sucessores em suas propriedades.

Quadro 7: Síntese das principais características referentes às alterações nas dinâmicas produtivas das propriedades familiares após a migração dos filhos

Principais características	Aspectos mais representativos
Desejo dos pais em permanecer residindo no meio rural.	Manifestada pela grande maioria.
Destino das propriedades sem sucessores.	Deixar para os filhos como herança ou vender.
Cuidados na velhice	Ser amparados pelos filhos e residir no meio urbano próximo ou junto deles; ser amparados por terceiros, pagando pelos cuidados serem amparados pelos filhos, pois acreditam no retorno deles as propriedades.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Como visto ao longo da seção, diante da ausência de sucessores e das chances quase inexistentes de que os filhos retornem ao meio rural, o destino das propriedades e os cuidados dos pais na velhice acaba se tornando uma preocupação entre os pais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo buscou-se analisar em que medida as mudanças demográficas afetam a reprodução da agricultura familiar, especialmente em relação às propriedades familiares sem sucessores. Para compreender este processo identificaram-se as razões pelas quais os agricultores familiares não obtiveram sucessão em suas propriedades, evidenciaram-se as mudanças que ocorreram nas propriedades familiares após a saída dos filhos e verificaram-se quais os projetos futuros dos agricultores familiares sem sucessores, especialmente em relação ao destino das propriedades no município de Frederico Westphalen, região norte de estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente e por razões variadas, dentre as quais se destaca o distanciamento dos jovens rurais das atividades agrícolas e a busca por outras estratégias laborais, além é claro de mais instrução formal, as famílias estão tendo dificuldades para concretizar a sucessão das propriedades, uma vez que os filhos adotam a migração enquanto estratégia de inserção no meio urbano. Destaca-se ainda, o desejo dos próprios pais, os quais incentivam os filhos a buscarem oportunidades de trabalho e renda mais promissoras no meio urbano.

Com isso, o modelo sucessório, padrão e uniforme, estabelecido na agricultura familiar e amplamente estudado e difundido pela literatura especializada parece não mais prevalecer, sinalizando-se assim uma espécie de novo padrão sucessório, embora com contornos ainda não muito claros. Ocorre que a ausência de sucessores faz com que o destino das propriedades se torne um problema social relevante entre os agricultores familiares, causando preocupação entre os pais, mas algo pouco evidente entre os filhos.

Contudo, apesar da saída dos filhos das propriedades, constatou-se que, mesmo havendo um aumento na “carga” de trabalho realizado pelos pais devido ao menor número de colaboradores nas atividades não foram constatadas alterações significativas nas dinâmicas das propriedades familiares no curto prazo, ou seja, as mudanças tendem a ocorrer com o passar do tempo, e são amplamente impactadas pelas restrições de ordem física, incluindo problemas de saúde dos pais devido a idade avançada, e no momento em que os agricultores tornam-se beneficiários da aposentadoria rural.

No que se refere ao destino das propriedades diante da não sucessão, verificou-se que os pais estão gerando outro modelo de passagem das propriedades, até então praticamente inexistente que inclui ter herdeiros mas não necessariamente ter sucessores. Esta constatação reside no fato de que, os agricultores, em um primeiro momento imprimem aos filhos um discurso negativo sobre a ocupação agrícola, especialmente devido às atividades agrícolas

penosas, impossibilidade de férias e finais de semana entre outras razões, não querendo que os mesmos sejam agricultores. Desta forma, estimulam os filhos a sair do meio rural em busca de oportunidades mais promissoras no meio urbano.

Posteriormente, num segundo momento, quando questionados em relação ao destino de suas propriedades diante da não sucessão, os agricultores manifestam desejo de não vender a propriedade, mas sim deixar aos filhos como herança. Estas contradições denotam que os pais não desejam que os filhos permaneçam na agricultura, mas sim que recebam sua terra como herança, o que demonstra haver uma desvinculação entre sucessão e exploração agrícola.

Para além deste novo modelo de passagem das propriedades, ao longo do trabalho, constatou-se entre os agricultores familiares sem sucessores: 1) Propriedades rurais familiares como locais de moradia, com produção para o autoconsumo, nestes casos a aposentadoria rural representa a totalidade dos ingressos monetários totais para estas famílias; 2) O plantio de grãos em “parceria” com os filhos não sucessores que residem no meio urbano, bem como com outros agricultores que residem na mesma comunidade; e 3) A compra de uma área de terra mais próxima à sede da comunidade, mais próximo a vizinhos, como novos “arranjos” e estratégias sociais, econômicas e (re) produtivas adotadas pelos agricultores familiares frente aos contextos de ausência de sucessão.

Chama-se ainda a atenção para a aposentadoria rural que possui elevada importância nas propriedades familiares sem sucessores, chegando a representar a totalidade dos ingressos monetários totais em algumas situações, o que demonstra que os ingressos monetários gerados pelas atividades agrícolas são consideravelmente baixos em propriedades familiares sem sucessores com beneficiários de aposentadoria rural.

Além da aposentadoria rural, a produção para o autoconsumo familiar possui ampla relevância na reprodução social e econômica dos agricultores familiares sem sucessores. Com isso, os agricultores, mesmo aposentados, sem filhos residindo no meio rural e com a capacidade de trabalho um tanto reduzida, permanecem realizando atividades agrícolas, especialmente aquelas voltadas à subsistência.

Mesmo trazendo evidências importantes, esta pesquisa possui limitações na extrapolação dos seus resultados, tendo em vista que o estudo é caracterizado como não probabilístico, sendo que a amostra foi identificada de acordo com a conveniência da pesquisadora, portanto, não foi representativa no total da população, ou seja, estudaram-se apenas alguns agricultores, de apenas um município. Mesmo assim, com os resultados obtidos e levando em consideração os estudos citados, percebem-se os desafios para a manutenção

das propriedades familiares a partir da diminuição no número de jovens residentes no meio rural.

Nessa mesma linha, entende-se que os resultados desta pesquisa são relevantes, pois avançam na compreensão das questões que envolvem os agricultores familiares sem sucessores e, sobretudo, os arranjos e estratégias sociais econômicas e (re) produtivas adotados por eles diante da ausência de sucessores.

Como sugestão de pesquisas futuras salienta-se que seria interessante realizar um estudo mais específico com os filhos não sucessores a fim de compreender seus possíveis projetos, especialmente a respeito do destino das propriedades, já que se constatou nesta pesquisa que os pais, na sua maioria, pretendem passar o dilema de “o que fazer com as propriedades” para os filhos, mesmo sabendo que estes não pretendem retornar ao meio rural para serem agricultores.

Também seria relevante estudar apenas as propriedades em que os agricultores familiares sem sucessores encontram-se em idade mais avançada, definindo-se um recorte etário (exemplo 65 anos), já que constatou-se neste estudo que as mudanças, especialmente produtivas, não ocorrem logo após a saída dos filhos do meio rural, mas sim a partir do momento em que os agricultores tornam-se beneficiários da aposentadoria rural ou quando não têm mais condições de trabalhar devido às restrições de ordem física e problemas de saúde, ocasionados em virtude da idade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs, 1992.
- ABRAMOVAY, R. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife, **Anais...** Recife: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2001.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: Unesco, 1998.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.
- ALVES, E.; ROCHA, D. de P. Ganhar tempo é possível?. In: GASQUEZ, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **Agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 275-289.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil**. Aparte Inclusão Social em Debate. [Rio de Janeiro], 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- ANDREATTA, T. et al. A problemática do envelhecimento no campo: uma análise entre os agricultores familiares sem sucessores do Rio Grande do Sul. Brasil. In: CONGRESSO CIENCIAS SOCIALES AGRARIAS, 2., 2014, Salto. **Anais...** Salto: Enfoques y Alternativas para El Desarrollo Rural, 2014.
- ANJOS, F.S.; CALDAS, N.V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n.1, p.661- 694, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v40n2/a469cr2481.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.
- ATLAS do desenvolvimento humano no brasil. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/frederico-westphalen_rs>. Acesso em: 05 dez. 2016.
- ÁVILA, R.I.; MACHADO, A.M. **Transição demográfica brasileira**: desafios e oportunidades na educação, no mercado de trabalho e na produtividade. Porto Alegre: FEE , 2015. (Texto para discussão, 133).
- BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.l.], 2014, v.52, p. 45-62, 2014.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve)**: uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 1., 2011, Curitiba. Anais... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico de Crédito Rural: (1999- 2012)**. Brasília, DF, 31 dez. 2012. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais velho**. Washington, DC, 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

BIANCHINI, S. **O futuro das propriedades familiares sem sucessores: o caso do Município de Paraíso/SC**. 2010. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/123456789/2425>>. Acesso em: 16 out. 2016.

BIANCHINI, V. **Pronaf Safra 2016/2017 deve atingir menos de 1 milhão de famílias**. [S.l.]: Unidade FAO Sul, 2017. Disponível em: <<http://www.boaspraticas.org.br/attachments/article/675/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%B0184.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BIEGER, T. E.; GRIEBELER, M. P. D. Sucessão na agricultura familiar: um estudo do município de Coronel Barros – RS. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 22., 2014, Ijuí. **Anais... Ijuí: Unijuí**, 2014.

BIOLCHI, M. A. **Agricultura familiar e previdência social rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/2427>>. Acesso em: 23 out. 2016.

BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. **Études Rurales**, Paris, n. 5-6, p. 32-135, 1962.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 23 out. 2016.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 205- 227, 2004.

BRUMER, A. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, M. A. de; STROPASOLAS, V. L; BARCELLOS, S. B. (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. n. 1. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. p. 215-233.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul, 2008. (Relatório de Pesquisa).

BUAINAIN, A. M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.

CABELEIRA, M. de M. Neomalthusiano: o controle da população revisitado. **Ecopolítica**, São Paulo, n. 6, p. 82-91, maio/ago. 2013.

CAMARANO, A. A et al. A população brasileira e seus movimentos ao longo do século XX. In: CAMARANO, A. A. **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 81-116.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **PNAD 2009: primeiras análises: tendências demográficas**. Brasília: IPEA, 2010. (Comunicados do IPEA).

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva**, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. de. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 725-733, maio/jun. 2003.

CASTRO, E. G. de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 21-49.

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4549/000457592.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 out. 2015.

CORADIN, L. **Projetos profissionais juvenis e a perspectiva de reprodução social na agricultura familiar**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61736/000865797.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

CORAZZA, G.; MARTINELLI JÚNIOR, O. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 10, n.9, p.9-36, 2002.

COSTA, C. da et al. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 465-483, jul./dez. 2013.

COSTA, F. de A. O investimento da economia camponesa: Considerações Teóricas. **Revista de Economia Política**, [S.l.], v. 15, n.1, jan./mar. 1993.

COSTA, M. R.C. et al. O destino das unidades de produção familiares no meio rural: um estudo sobre a juventude no município de Morro Redondo – RS. **História: Debates e Tendências**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 140-153, jan./jun. 2011. Publicado em semestre de 2012.

CUNHA, N. G. et al. **Estudos de Solos do Município de Frederico Westphalen**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2011. 32 p. (Embrapa Clima Temperado. Circular técnica, 116).

DELGADO, G. C.; CARDOSO JR., J. C. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondent- drivensampling: uma descrição dos métodos**. 2013. Monografia (Bacharel em Estatística) - Instituto de Matemática, Departamento de Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/93246>>. Acesso em: 13 out. 2016.

FAVARETO, A. Um contraponto à tese da “argentinização” do desenvolvimento rural no Brasil. In: BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil século 21**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 1081-1099.

FERIGOLLO, W. A. **Rostos e rastros no barril: 1954-2004**. Frederico Westphalen: Pluma, 2004.

FONTANA, R. L. M. Teorias demográficas e o crescimento populacional no mundo. **Revista Ciências Humanas e Sociais Unit**, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 113-124, 2015.

FONTANELLA, B. J. B. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 17-27, jan. 2008.

FROEHLICH, J. M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, set. 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER - FEE. **FEE dados 2016**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER - FEE. **Mapas FEE 2009**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://mapas.fee.tche.br/microrregioes-geograficas-ibge-rio-grande-do-sul-2009.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The Farm Family Business**. Wallingford: Cab. International, 1993.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/5583>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/72252>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

GODOI, D.S. **A transição demográfica e os impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro**. 2014. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/109373>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11001/000601676.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Contagem populacional**. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=200>>. Acesso em 20 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Relações anuais de informações sociais**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais.html>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Pecuária municipal Frederico Westphalen (1975-2015)**. Rio de Janeiro, 2015a. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430850>. Acesso em: 15 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Produção agrícola municipal: lavoura permanente. Frederico Westphalen**. Rio de Janeiro, 2015b. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430850> Acesso em: 2 fev. 2017.

KALACHE, A. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 217-220, jul./set. 1987.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).

KIELING, R. I. **Janela de oportunidade demográfica: um estudo sobre os impactos econômicos da transição demográfica no Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/18878>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

KIMPARA, E. T. C. Crescimento populacional: obstáculo ao desenvolvimento sustentável?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: ABEP, set. 2010.

KISCHENER, M. A. **A sucessão geracional na agricultura familiar num Contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do sudoeste do Paraná**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. v.1. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LANDAU, E. C., et al. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

LEONE, E. T. et al. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 59-77, abr. 2010.

LOBLEY, M. Succession in the family farm business. **Journal of Farm Management**, [S.l.], v. 13, n. 12, p. 839-851, 2010.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil século 21**. Brasília, DF: Embrapa. 2014. p. 1081-1099

MALUF, R.S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135- 152.

MARX, K. O Capital. **O processo global de produção capitalista**. São Paulo: Difel, 1982.

MATTEI, L. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 105-124, fev. 2015a.

MATTEI, L. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, 2015b.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, supl. especial, p. 83-91, out./dez. 2014.

MELLO, M. A. Transformações sociais recentes no espaço rural do oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., **Anais eletrônicos...** Fortaleza: Sober, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/1036.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MENDONÇA, K. F. C. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 445-463, jul./dez. 2013.

MENDONÇA, M. J. de. Josué de Castro e o combate ao neomalthusianismo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011

NAVARRO, Z. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo ainda é possível?** Brasília, DF: CGEE, 2013.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R., NAVARRO, Z. (Org.). **A**

agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA/MAPA, 2010. p. 185-209. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_agriculturabrasileira.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2016.

NEVES, J. A. S.; SCHNEIDER, S. Brazilian demographic transition and the strategic role of youth. **Espace Populations Sociétés**, Lille, v. 2, n. 3, p. 2-20, 2015.

NIEDERLE, P. A. et al. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.l.], v.52, p. 9-24. 2014.

OLKOSKI, W. **História agrária do Médio Alto Uruguai – RS:** colonização, (re)apossamento das terras e exclusão (1900 – 1970). 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2002.

PANDOLFO, G. C. **Escola e família:** a socialização dos jovens agricultores familiares. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/81363>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A agroindustrialização da produção como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Cadernos do Ceam, Núcleo de Estudos Agrários**, Brasília, DF, v. 8, n. 32, 2008.

PELEGRINI, G. **Estudo dos fatores condicionantes do processo de formação e atuação das associações de agroindústria familiar.** 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.l.], v. 52, p. 63-84, 2014.

PIOVESAN, M. T. **Evolução da agricultura do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do sul:** uma abordagem em termos dos Sistemas Agrários. 2011. Monografia (Bacharel em Agronomia) - Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, 2011.

POLÈSE, M.; SHEARMUR, R. Why some regions will decline: a canadian case study with thoughts on local development strategies. **Papers in Regional Science**, Urbana, v. 85, v. 1, p. 23-46, 2006.

RAMOS, M. P.; AREND, S. C. O impacto da reforma da previdência social rural brasileira nos arranjos familiares: uma análise para entender a composição dos domicílios dado o aumento da renda dos idosos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 67-86, jan./jun. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Perfil socioeconômico Corede Médio Alto Uruguai**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134133-20151117102639perfis-regionais-2015-medio-alto-uruguai.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

RIZZATTI, M. E. C. **Aspectos significativos da história de Frederico Westphalen**. Frederico Westphalen: Marin, 1996.

ROS, C. A. da. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/2006%20d_cesar_da_ros_-2006.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

SAKAMOTO, C.; MAIA, A. G. Os impactos das mudanças na estrutura das famílias sobre a distribuição de renda: uma comparação entre áreas urbanas e rurais no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2013. Belém. **Anais...** Belém: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2013.

SCHNEIDER, I. **Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola**. Porto Alegre: FEE, 1994. (Resultado de uma pesquisa intitulada Perfil etário da População Economicamente Ativa na agricultura gaúcha, 1980- 1991).

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A.L. (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina: Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. (Estudos Rurais).

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Unijuí, 2005.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília, DF: NEAD, 2001.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOARES, S. S. D. Apresentação. In: CAMARANO, A. A. **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 9-10.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/16024>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SPANEVELLO, R. M. et al. As perspectivas sucessórias de gestão dos negócios e do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores. **Revista do CCEI**, Bagé, v. 14, p. 54-71, 2010.

SPANEVELLO, R. M. et al. Os impasses no destino do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2014a.

SPANEVELLO, R. M. et al. As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. 5. ed. Chapecó: Argos, 2014b. p. 163-188.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1999.

TITO, N. G. **Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura**. [S.l.], 2012.

TOLEDO, E.; TONIN, F. Existe um processo de esvaziamento populacional nas regiões rurais brasileiras?. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 13, n. 1, p. 89-107, jan./jun. 2016.

TONEZER, C. **Idosos rurais de Santana da Boa Vista – Rio Grande do Sul: efeitos da cobertura previdenciária**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VALADARES, A.A.; GALIZA, M. **Previdência rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. (Nota técnica, 25).

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

WAIBEL, L. Princípios de colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 159-222, 1949.

WANDERLEY, M. N. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. S025-S044, 2014. Impressa em fev. 2015.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...**Caxambu: ANPOCS, 1996.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais**: um estudo de caso no Bairro de Escadinhas, Feliz, RS. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4585>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

WOORTMANN, K. "**Com parente não se negueia**": o campesinato como ordem moral. Brasília, DF: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico, 87).

ZANINI, M.C.C. Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na Região Central do Rio Grande do Sul. In: NEVES, D. P (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. v. 2. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 89-108.

ZUANAZZI, P. T. A taxa de fecundidade no RS por regiões funcionais e características socioeconômicas: o desafio da transição demográfica. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 109-122, 2015.

**APÊNDICE A - ENTREVISTA APLICADA AOS AGRICULTORES FAMILIARES
SEM SUCESSORES NO MUNÍCIPIO DE FREDERICO WESTPHALEN**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Mariele Boscardin – Mestranda PGDR/UFRGS

Marcelo Conterato - Orientador

Data:

--	--

Número Questionário

Localidade

**A) BLOCO I- CARACTERIZAÇÃO- EM RELAÇÃO AOS ENTREVISTADOS
ENTREVISTADO 1 (MARIDO)**

1) Nome:

2) Idade:

3) Escolaridade:

- a) Nunca estudou.
- b) Ensino Fundamental Incompleto.
- c) Ensino Fundamental Completo.
- d) Ensino Médio Incompleto.
- e) Ensino Médio Completo.
- f) Ensino Superior Incompleto.
- g) Ensino Superior Completo.

4) Por que razão/motivos não estudou mais?

- a) Não tinha acesso a escolas (distância, transporte...)
- b) Falta de recurso financeiro.
- c) Falta de apoio dos pais.
- d) Não gostava de estudar.
- e) Tinha que trabalhar.
- f) Outra razão. **Qual?**

5) Número de irmãos?

6) Como seus pais procederam na distribuição da propriedade aos filhos (para você e seus irmãos)?

- a) Todos os herdeiros (homens e mulheres) receberam parte igual da herança. (IGUALITÁRIA PARA TODOS).
- b) Apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada (IGUALITÁRIA PARA HOMENS).
- c) Apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres (IGUALITÁRIA PARA HOMENS COMPENSADA).
- d) A partilha não foi igualitária e não houve compensação para os não herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA).
- e) A partilha não foi igualitária mas houve um sistema de compensação para os não herdeiros (DESIGUAL COMPENSADA).

- f) Um sucessor foi designado pelo pai e recebeu a terra sem nenhuma compensação para os demais herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA COM SUCESSÃO).
- g) Não houve herança.
- h) Outra forma. Qual?

ENTREVISTADO 2 (ESPOSA)

7) Nome:

8) Idade:

9) Escolaridade:

- a) Nunca estudou.
- b) Ensino Fundamental Incompleto.
- c) Ensino Fundamental Completo.
- d) Ensino Médio Incompleto.
- e) Ensino Médio Completo.
- f) Ensino Superior Incompleto.
- g) Ensino Superior Completo.

10) Por que razão/motivos não estudou mais?

- a) Não tinha acesso a escolas (distância, transporte...)
- b) Falta de recurso financeiro.
- c) Falta de apoio dos pais.
- d) Não gostava de estudar.
- e) Tinha que trabalhar.
- f) Outra razão. Qual?

11) Número de irmãos?

12) Como seus pais procederam na distribuição da propriedade aos filhos (para você e seus irmãos)?

- a) Todos os herdeiros (homens e mulheres) receberam parte igual da herança. (IGUALITÁRIA PARA TODOS).
- b) Apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada (IGUALITÁRIA PARA HOMENS).
- c) Apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres (IGUALITÁRIA PARA HOMENS COMPENSADA).
- d) A partilha não foi igualitária e não houve compensação para os não herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA).
- e) A partilha não foi igualitária mas houve um sistema de compensação para os não herdeiros (DESIGUAL COMPENSADA).
- f) Um sucessor foi designado pelo pai e recebeu a terra sem nenhuma compensação para os demais herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA COM SUCESSÃO).
- g) Não houve herança.

13) Há quanto tempo residem na propriedade?

- a) menos de 5 anos.
- b) de 5 a menos de 10 anos.
- c) de 10 a menos de 20 anos.
- d) de 20 a menos de 30 anos.

e) mais de 30 anos.

14) O que vocês associam/valorizam em relação ao espaço rural?

- a) paisagem (animais e plantas...).
- b) tranquilidade.
- c) possibilidade de produzir alimentos.
- d) vizinhos e comunidade.
- e) Outra opção. Qual?

BLOCO II- CARACTERIZAÇÃO- EM RELAÇÃO ÀS PROPRIEDADES

15) Situação Fundiária da propriedade:

Área total disponível (ha)	Própria (ha)	Arrendada (ha)		Outra forma (ha)
		De outros (ha)	Para outros (ha)	

16) Origem da propriedade atual:

- a) através de herança.
- b) comprada por vocês de parentes.
- c) comprada por vocês de terceiros.
- d) através de doação.
- e) as terras são de posse.
- f) Outra situação. Qual?

16.1) Em caso de herança, quem foram os herdeiros:

- a) o marido herdou a terra de sua família.
- b) a esposa herdou a terra de sua família.
- c) ambos, o marido e a esposa, herdaram partes que compõem a propriedade atual.
- d) outra situação. Qual?

17) Quantidade da área de terra destinada para a produção para o autoconsumo:

- a) Não há produção para o autoconsumo.
- b) Menos de 5%.
- c) De 5 a menos 10%.
- d) De 10 a menos de 20%.
- e) De 20 a menos de 30%.
- f) De 30 a menos de 40%.
- g) De 40 a menos de 50%.
- h) De 50 a menos de 100%.
- i) Área total (100%).

18) A propriedade possui horta?

- a) Sim.
- b) Não.

18.1) A horta é autossuficiente para atender as necessidades da família?

- a) Sim.
b) Não.

19) A propriedade possui pomar?

- a) Sim.
b) Não.

19.1) O pomar é autossuficiente para atender as necessidades da família?

- a) Sim.
b) Não.

20) Possui animais na UP? () sim () não

Espécie	Número aproximado	Espécie	Número aproximado

21) Principais produtos para comercialização.

21.1) Origem vegetal

Especificação	Área	Quantidade comercializada

21.2) Origem animal

Especificação	Quantidade comercializada

22) Vocês são aposentados/pensionistas?

- a) Sim.
b) Não.

22.1) Em caso afirmativo, quanto a aposentadoria rural representa no total de renda da família?

- a) menos de 25%.
b) de 25% a menos de 50%.
c) de 50% a menos de 75%.
d) de 75% a menos de 100%.
e) 100%.

23) O trabalho desenvolvido na agricultura (lavouras e pecuária) é:

- a) totalmente mecanizado.
b) parcialmente mecanizado.
c) totalmente manual.

24) Há contratação de maquinários na propriedade.

- a) não.
- b) sim.

24.1) Em caso afirmativo. Quais maquinários? Para quais atividades?

25) Há contratação de mão de obra na propriedade?

- a) Sim.
- b) Não.

25.1) Em caso afirmativo.

- a) Esporádica. Número de pessoas
- b) Permanente. Número de pessoas

25.2) Para quais atividades (lavoura, pecuária...)?

26) Há troca de dias/ horas de serviço com outros agricultores (parentes/vizinhos)?

- a) Sim.
- b) Não.

26.1) Em caso afirmativo, qual a frequência?

- a) diária.
- b) esporádica.

27) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano?

- a) Sim.
- b) Não.

27.1) Se sim. Que modalidade?

- a) Custeio.
- b) Investimento.

27.2) Em caso afirmativo. Quais.

- a) Pronaf.
- b) Outro. Qual?

27.3) Em caso negativo. Já teve acesso?

- a) Sim.
- b) Não.

27.4) Se sim. Que modalidade?

- a) Custeio.
- b) Investimento.

27.5) Desde que ano passaram a ter acesso as essas políticas?

BLOCO III- EM RELAÇÃO AOS FILHOS NÃO SUCESSORES

28) Identificação dos filhos.

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Local de residência ⁴⁴	Município ⁴⁵	Ocupação

29) Vocês acham que um dos filhos (as) ainda pode retornar à propriedade para ser agricultor?

- a) Sim.
b) Não.

Porquê?

30) Vocês gostariam que um filho (a) retornasse para a propriedade para ser agricultor?

- a) Sim.
b) Não.

Porquê?

31) Vocês estimularam/ deram condições para que algum dos filhos permanecesse na propriedade?

- a) Sim.
b) Não.

31.1) Em caso afirmativo. O estímulo foi dado aos:

- a) filhos.
b) filhas.
c) ambos.

31.2) De que forma estimularam?

31.3) Em caso negativo. Por que não estimularam?

- a) condições de vida na agricultura (difícil).
b) baixa quantidade de terra.
c) baixa renda.
d) gostariam que os filhos estudassem.
e) outras razões. Quais?

32) Na opinião de vocês, quais as principais causas/motivações que influenciam na saída dos jovens do meio rural?

- a) Acesso aos meios de comunicação (internet, telefonia)
b) Acesso a espaços de lazer
c) Renda própria
d) Políticas públicas para financiamentos
e) Políticas públicas para instalação dos jovens como agricultores
f) Autonomia para exercer atividades independentes dos pais nas propriedades
g) Acesso ao ensino superior
h) Gostar da atividade
i) Outros. Quais?

⁴⁴ Meio Rural ou urbano.

⁴⁵ Migrou para outro município ou estado (se sim qual?).

33) Vocês acham que a saída dos jovens do meio rural é um problema para o futuro da agricultura familiar?

BLOCO IV- APÓS A SAÍDA DOS FILHOS DA PROPRIEDADE

34) Descrição em relação a saída dos filhos da propriedade (ano/ idade (momento da saída)/ razões/motivações da saída dos filhos).

Filho	Ano	Idade	Razões/ Motivações⁴⁶

35) Vocês tiveram que diminuir alguma atividade produtiva na propriedade?

- Sim.
 Não.

35. 1) Em caso afirmativo. Quais?

- lavoura.
 criações animais.
 autoconsumo.
 Outras atividades. Quais?

35. 2) Por quais razões?

- a) Falta de mão de obra.
b) Problemas de saúde do casal.
c) Os filhos deixaram de depender financeiramente da renda da propriedade.

36) Vocês tiveram que abandonar/ encerrar alguma atividade produtiva na propriedade?

- a) Sim.
b) Não.

36.1) Em caso afirmativo. Quais?

- a) lavoura.
b) criações animais.
c) autoconsumo.
d) Outras atividades. Quais?

36.2) Por quais razões?

- a) Falta de mão de obra.
b) Problemas de saúde do casal.
c) Os filhos deixaram de depender financeiramente da renda da propriedade.
d) Outras razões. Quais?

37) Vocês tiveram que arrendar áreas de terra para terceiros?

- a) Sim.
b) Não.

⁴⁶Saíram apenas para estudar/ Saíram apenas para trabalhar/ Saíram para trabalhar e estudar/ Outros motivos.

37.1) Em caso afirmativo. Quanto (área)?

- a) Área total.
- b) Área parcial (%)

38) Vocês tiveram que vender parte da propriedade?

- a) Sim.
- b) Não.

38.1) Em caso afirmativo. Quanto (área)?

- a) Área total.
- b) Área parcial (%)

39) Houve maiores investimentos e melhorias na propriedade após a saída dos filhos?

- a) Sim.
- b) Não.

39.1) Em caso afirmativo. Que tipo de melhorias?

- a) aquisição de bens (eletrodomésticos...)
- b) reforma nas benfeitorias.
- c) comunicação (TV por assinatura, celular).
- d) transporte (aquisição de carro...)
- e) aquisição de imóveis no meio urbano.
- f) Outros. Quais?

39.2) Em caso negativo. Quais as limitações?

- a) Recursos financeiros.
- b) Não vale a pena investir, os filhos não irão voltar.
- c) Não vale a pena investir, irão se desfazer (vender) a propriedade.
- d) Outras razões. Quais?

40) A produção para o autoconsumo familiar foi fortalecida após a saída dos filhos?

- a) Sim.
- b) Não.

41) Houve investimentos em tecnologias modernas, a fim de suprir a falta de mão de obra?

- a) Sim.
- b) Não.

41.1) Em caso afirmativo, quais investimentos?

- a) aquisição de equipamentos para as lavouras (tratores...).
- b) aquisição de equipamentos para criações animais (mecanização da ordenha...).
- c) outras aquisições. Quais?

42) Agora que todos os filhos já saíram, vocês já pensaram em abandonar a propriedade e ir morar na cidade ou mesmo próximo dos filhos?

- a) Sim.
- b) Não.

42.1) Em caso afirmativo.

- a) A propriedade será vendida.
- b) A propriedade será arrendada.
- c) A propriedade irá se tornar um “sítio de lazer” para os finais de semana.
- d) A propriedade será deixada para os filhos, mesmo que eles não irão residir na mesma.

43) Os filhos gostariam que vocês permanecessem na propriedade.

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Não sabem.

43.1) Em caso negativo, qual a opinião deles sobre o destino da mesma?

- a) vender.
- b) arrendar.
- c) tornar a propriedade um sítio de lazer para os finais de semana.
- d) Não sabem.

44) Quanto tempo vocês desejam ainda permanecer na propriedade?

- a) anos.
- b) não pretendem sair da propriedade.

45) O que vocês pretendem fazer com a propriedade no futuro?

- a) um dos filhos vai retornar
- b) a propriedade será arrendada
- c) a propriedade será vendida
- d) ainda não sabem o que fazer com a propriedade
- e) ainda não pensaram nisso
- f) Outras opções. Quais?

46) Vocês gostariam que esta propriedade continuasse com alguém da família (filhos/netos) ou isto não tem importância para vocês?**47) Caso a propriedade for vendida, o que vocês pretendem fazer?**

- a) morar sozinho na cidade
- b) morar com um dos filhos no meio rural
- c) morar com um dos filhos na cidade
- d) comprar uma pequena área próxima da cidade
- e) não considera a hipótese de vender a propriedade
- f) morar sozinho em outra propriedade

48) Se a propriedade for vendida, para quem vocês gostariam de vendê-la?

- a) para algum familiar.
- b) para algum vizinho.
- c) não tem preferência.

49) Como vocês acham que será a propriedade no futuro?

**APÊNDICE B - QUADRO DEMONSTRATIVO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES SEM SUCESSORES QUE FIZERAM PARTE DA PESQUISA DE
CAMPO**

Nº	Localidade do Município	Data da Entrevista
01	Linha São Paulo	27/01/2016
02	Linha São Paulo	28/01/2016
03	Linha São Paulo	15/02/2016
04	Linha Castelinho	16/02/2016
05	Linha Castelinho	17/02/2016
06	Linha Castelinho	17/02/2016
07	Linha São Paulo	13/03/2016
08	Linha São Paulo	13/03/2016
09	Linha Castelinho	14/03/2016
10	Linha Getúlio Vargas	14/03/2016
11	Linha Getúlio Vargas	15/03/2016
12	Linha Getúlio Vargas	15/03/2016
13	Linha Castelinho	20/03/2016
14	Linha São João do Porto	20/03/2016
15	Linha Castelinho	20/03/2016
16	Linhas Pedras Brancas	28/03/2016
17	Linha São João do Porto	01/04/2016
18	Linha Getúlio Vargas	07/04/2016
19	Linha Getúlio Vargas	07/04/2016
20	Linha Getúlio Vargas	07/04/2016
21	Linha Encruzilhada	07/04/2016
22	Linha Vila Carmo	09/04/2016
23	Linha Vila Carmo	10/04/2016